

Cada comunidade utiliza os recursos próximos de suas áreas ocupadas. Há uma nítida divisão de espaços de uso pelas comunidades. Esse fato se reproduziu também no momento em que o zoneamento do Pema foi elaborado (parte 3 desta tese). Os espaços de uso comum estão representados pela área de várzea, onde, conforme já citado, o gado de todos é levado pelos lagos, onde a pesca é realizada, exceto no período de cheia quando os capinzais cobrem a superfície e, então, os pescadores fazem seus "caminhos". Isso é feito na região da Ilha Grande, onde as atividades de caça e retirada de madeira são realizadas (Figura 18).

As residências dos moradores estão distribuídas ao longo das estradas, reproduzindo a distribuição encontrada na Amazônia ao longo dos igarapés e rios menores. A distância entre as moradias não é muito grande. As casas de moradia se separam pela demarcação dos terreiros, sem, no entanto haver cercas. O terreiro, na percepção local é livre de ervas ou grandes acúmulos de frutíferas, servindo como área de lazer para as crianças e livres de animais peçonhentos. Nos terreiros estão localizados as casa de moradia, galinheiros, poço, casas de farinha, sanitários e banheiros.

Os comunitários, que moram mais próximos às sedes da comunidade, têm perfeita consciência de pertencerem àquela comunidade. Os que vivem nas fronteiras de uma comunidade ou outra possuem dúvidas sobre qual comunidade pertence, caso observado entre os moradores de Santana e Paytuna.

Um fato que os leva a decidir a que comunidade pertence está, muitas vezes, nas relações sociais que são estabelecidas quando, por exemplo, ocorrem casamentos entre famílias mais poderosas da comunidade. As benfeitorias providenciadas pelo poder público para cada uma das comunidades pode também ser um fator de decisão. O morador da comunidade do Ererê tem agente de saúde que distribui remédios e faz atendimentos locais. Em caso de necessidade, os moradores do Arouxi e Maturupi se integram a comunidade do Ererê, quando não se dizem pertencentes à comunidade do Maxirá.

O extrativismo é um elemento importante nas comunidades apesar da maioria de seus moradores não terem indicado suas áreas de uso desses recursos, exceto para o buriti e o açaí. A palha branca (palha de curuá), tucumã, bacaba, patuá, leite de sucuba, cipó, copaíba também não foram indicados no mapeamento, mas citados nos questionários como recursos extraídos, assim como os locais de construção de caieiras para produção de carvão para comercialização. Essa última atividade considerada por quem a pratica como "de quem é escravo desse trabalho por necessidade", por avaliarem como muito trabalhosa e de pouco rendimento econômico.

O acesso aos recursos está calcado no conhecimento e nas necessidades dos comunitários das comunidades do entorno, visto que utilizam espaços comuns para retirada de recursos principalmente a caça e a madeira. Os comunitários reconhecem os espaços comuns de uso e alguns afirmam que pararam de tirar madeira porque “agora é a reserva”, referindo-se a criação do Pema e as proibições que implicam a utilização de recursos dentro da unidade de conservação. Embora comentem que alguns recursos estão diminuindo como a madeira e a caça porque “há os que comentem abusos”, referindo-se aos excessos de retirada de recursos no parque. Áreas de uso comum remetem a tragédia dos comuns Hardin (1968), onde a ausência de direitos de propriedade leva a que não haja agentes a excluir outros para acessar o recurso, pois quando há existência de muitos agentes a utilizar um recurso, nessas condições, isso leva a um ineficiente nível de utilização do recurso e a uma especial propensão para o uso excessivo do recurso.

Para Benatti (2001) a forma coletiva de obtenção dos recursos naturais e a presença de práticas de trabalho familiar, baseadas na agricultura e no extrativismo são características da posse agroecológica. Podemos considerar que para as comunidades do entorno essa era a forma de utilização dos recursos antes da área ser reconhecida como “reserva”. O autor explica que nesse tipo de espaço há o uso individual de determinados recursos naturais, sem, no entanto existir posse individual e que ao utilizar um determinado recurso, aquele que o usa adquire direitos sobre esse bem. É o caso das caieiras de carvão, da madeira, coleta de frutos e até “comidias” para caça quando os produtos são retirados e deixados no local para serem recolhidas mais tarde. Qualquer outro morador que passar no local respeita o recurso, “o trabalho” de outrem mesmo estando em um espaço considerado de uso comum.

Nas comunidades estudadas parece ser claro que há a existência de um entendimento vinculado a um conjunto de regras e valores consensuais baseados, sobretudo na lei do respeito e em uma reciprocidade social que permite o uso comum em concordância com os interesses individuais (DIEGUES e MOREIRA, 2001). Vale lembrar que há laços familiares entre as comunidades, além do reconhecimento histórico de existência na área.

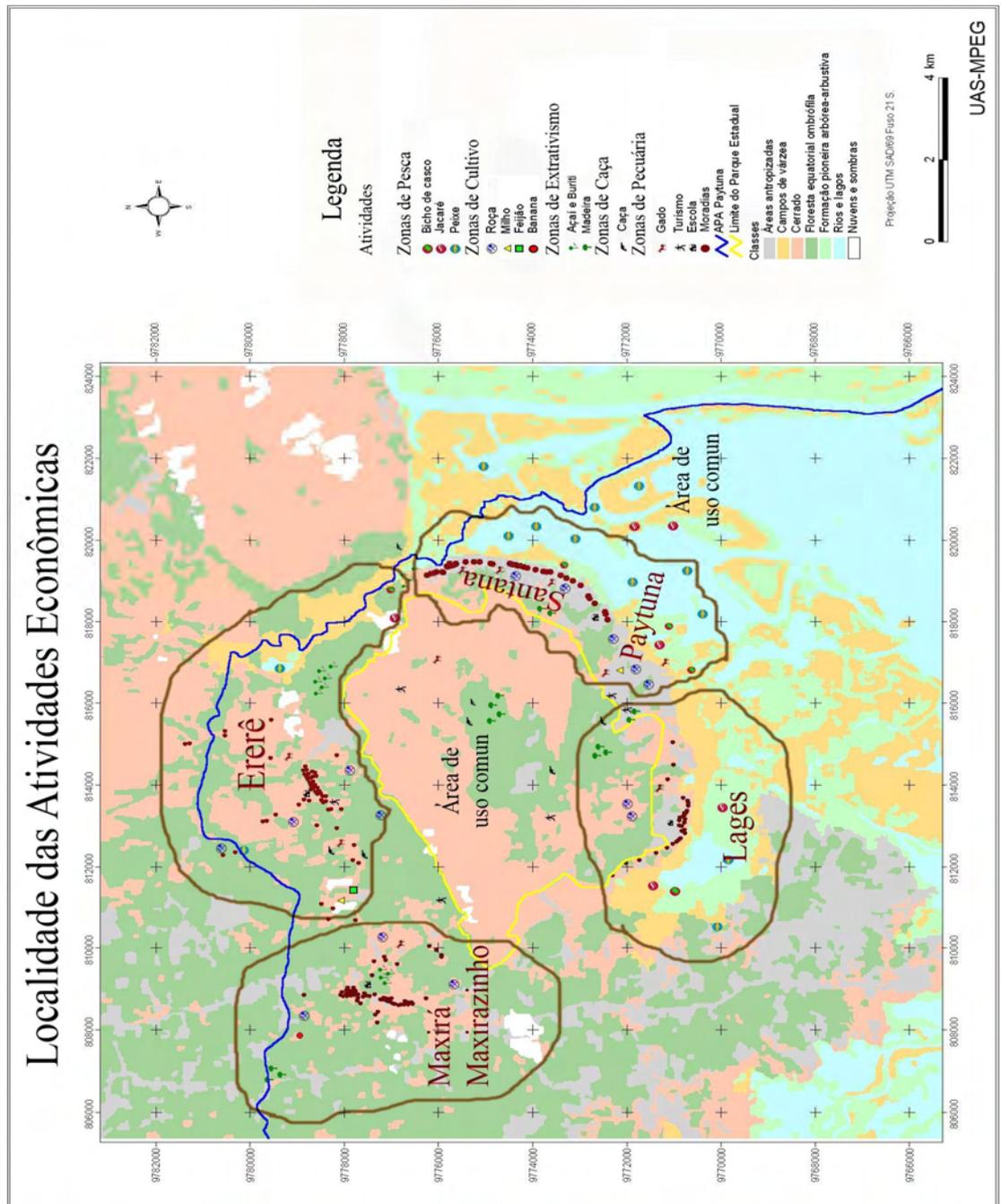


Figura 18 - Localização das áreas utilizadas pelas comunidades do entorno em função do tipo de atividade.

Comercialização dos produtos

Na circulação dos produtos da roça ou do extrativismo e coleta, ocorre uma apropriação dos excedentes, por agentes de comercialização denominados localmente de marreteiro, marreteiro-feirante e patrão. Os produtos podem comercializados por esses agentes nas comunidades ou na cidade.

O marreteiro, termo regional, utilizado pelos comunitários para designar os atores sociais proprietários de veículos, é o responsável pelo abastecimento das famílias de mercadorias. Sua presença deve-se, fundamentalmente, à precariedade dos meios de transporte. A maioria dos moradores não possui transporte próprio. Para levarem a produção até sede do município utilizam o ônibus que circula entre as comunidades e que cobra além do preço da passagem, uma taxa por saca de produto que será transportada o que “aumenta a despesa e diminui o ganho”.

O marreteiro, na maioria das vezes, desloca-se aos locais de produção, principalmente, na época da colheita, vendendo produtos de uso doméstico e vestuários, em troca de produtos agrícolas e de extração vegetal. Um dos mecanismos para a aquisição de mercadorias pelos caboclos é o pagamento efetuado em dinheiro, assim como a compra de mercadorias oferecidas pelo marreteiro.

O marreteiro-feirante é um agente de comercialização que habita no mundo rural, mas atua na sede da cidade, realizando atividades que incluem a compra dos produtos dos comunitários e os vende na cidade. O marreteiro e o marreteiro-feirante procuram vender a mercadoria comprada pelas comunidades, diretamente ao consumidor ou vendê-la a um segundo intermediário, a fim de que chegue ao consumidor final.

Os patrões são os agentes que mais se apropriam dos excedentes gerados. São, assim, denominados por possuírem grandes estoques de produtos básicos de consumo geral. Podem ter inclusive grau de parentesco com os comunitários. Utilizam-se do expediente dos adiantamentos (em dinheiro ou em mercadorias) e, ao longo do tempo, estabelecem laços de dependência. Distinguem-se dos demais agentes de comercialização por estarem em sua maioria nas cidades e trabalharem numa escala que lhes possibilita servir de financiadores tanto para os comunitários quanto para os pequenos comerciantes.

A venda da produção na cidade é efetuada tanto na cidade alta, no local chamado Bosque onde estão concentrados as barracas de comércio e os entrepostos dos patrões, quanto na cidade baixa, onde estão situados os mercados municipais e as feiras dos produtores. Em passado recente (1990), a comercialização dos excedentes era realizada pelas relações culturalmente estabelecidas entre compadres, moradores locais e também agentes de comercialização – os últimos representados pela figura dos donos de pequenos comércios. Esses pequenos comércios estavam localizados, na maioria das vezes,

próximos às áreas de produção, onde ocorrem a compra da produção e a venda de produtos alimentares num esquema de aviamento³⁰. Na região do entorno do Pema, o maior comprador era o Luiz Andrade que vivia na comunidade do Paytuna. Com o declínio de sua atividade, observa-se um crescimento de pequenos estabelecimentos nas próprias comunidades.

A comunidade do Maxirá tem a maior produção de farinha é também a comunidade que mais diversifica sua vendas a outros locais. Muitos intermediários vêm à comunidade para compra de produtos e os moradores em sua maioria “vendem para quem paga melhor”. O preço dos produtos varia muito de ano para ano, de acordo com a oferta e demanda do mercado local. A farinha, o milho e o feijão são vendidos em sacas de até 60 kg. O feijão é o produto mais valorizado, com preço considerado “sempre ótimo”; os preços da farinha e do milho estão sempre oscilando. No ano de 2006, em função da grande seca na Amazônia, o preço da saca de farinha chegou a ser comercializada por até R\$120. Em geral, o preço desse produto, na região, não ultrapassa R\$45,00 e o preço do milho fica compreendido entre R\$20,00 e R\$28,00 a saca.

A rede de comércio estabelecida nas comunidades é bem variada. Os produtos são vendidos na cidade e em outras comunidades mais próximas. São comercializados principalmente peixes, farinha, buriti, palha, além dos sub-produtos da mandioca como carimã, tapioca e tucupi e até sementes de maniva. Há certo reconhecimento dos produtos produzidos por cada comunidade. Parece haver uma identificação entre as comunidades e a sua produção. Identidade esta, construída a partir de provavelmente fatores ecológicos (terra-firme e várzea) e históricos do uso e produção de produtos.

Assim, as comunidades são identificadas tanto por seus moradores quanto por seus compradores. A comunidade do Ererê é identificada como produtora de miriti ou buriti. Sua produção de “puquecas” (massa de buriti pronta para uso) é considerada na cidade e entre os moradores de outras comunidades como “melhor qualidade, porque eles sabem limpar o buriti”. A comunidade do Maxirá é vista como produtora de farinha e, conforme já citado, seus moradores afirmam “aqui é a terra da farinha”. Em Lages é o feijão de várzea; e Paytuna e Santana são vistas como locais para compra de pescado (Figura 19).

³⁰ Para Santos (1980, p.159 apud FRAXE, 2006), “aviar, na Amazônia, significa fornecer a crédito. O ‘aviador’ fornece ao extrator [ribeirinho] certa quantidade de consumo, alguns instrumentos de trabalho e, eventualmente, pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebe a produção extrativa (produtos agrícolas, peixes etc.). Os preços dos bens são fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescenta ao valor das utilidades fornecidas juros normais, mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia se chamar de *juro extra*”.

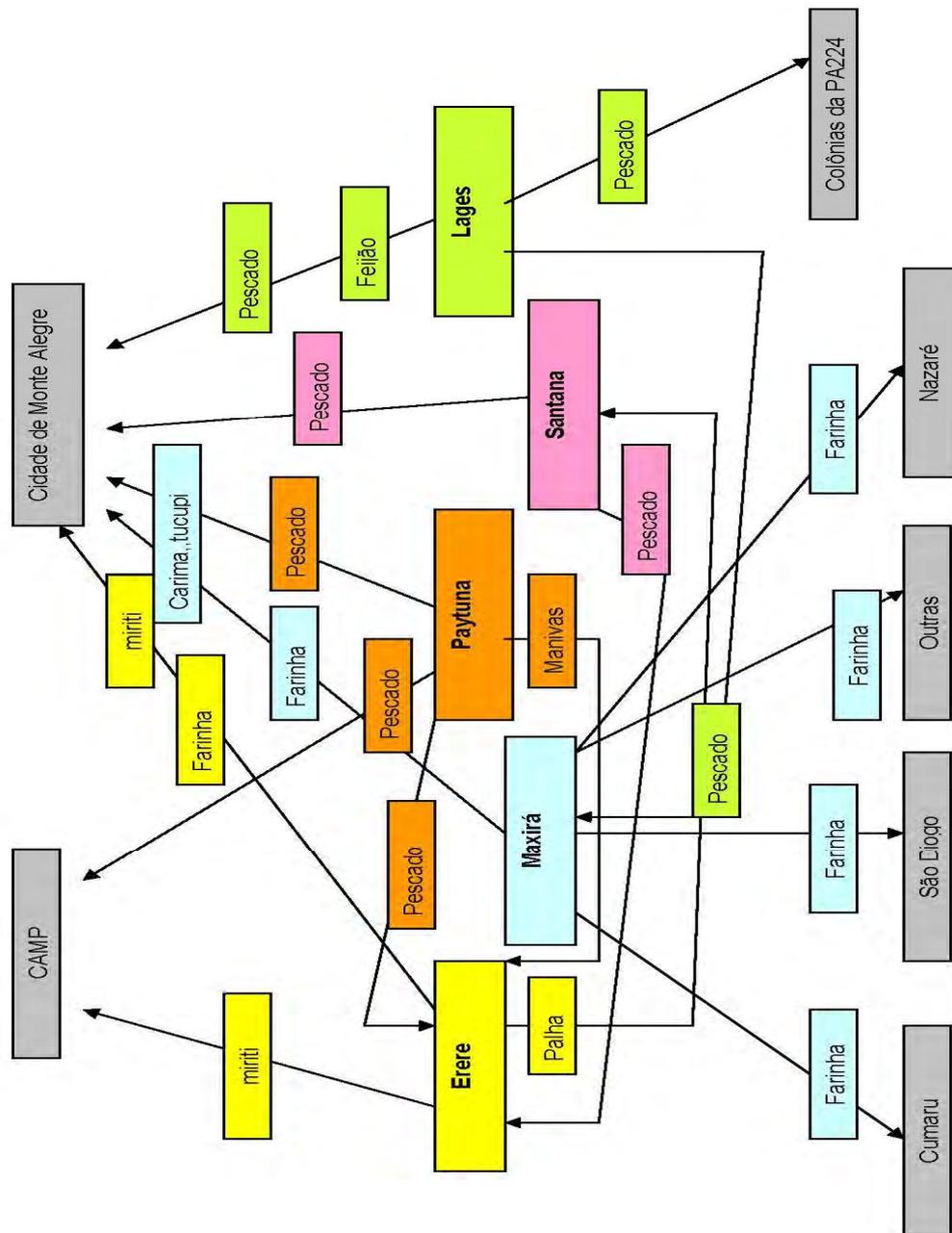


Figura 19 - Relação comercial entre as comunidades do entorno do Pema, Monte Alegre, Pará.

9.2 OS RECURSOS BIOLÓGICOS

9.2.1 As classificações locais

Os moradores do entorno utilizam plantas coletadas na região do cerrado como as plantas cultivadas para sua alimentação, construção de suas casas e estruturas para a comunidade, artesanato, utilidades domésticas e remédios. Neste estudo, considero as categorias citadas pelos moradores, representadas na coluna 1 do quadro, nas análises de uso dos recursos vegetais (Quadro 2). Tais categorias foram aqui estabelecidas como as mais usuais citadas pelos moradores e tendo como referência outros estudos etnobotânicos (PRANCE et al.1987; FIGUEIREDO et al. 1993; HANAZAKI et al. 2000).

Categorias de uso	Utilização dos recursos
Alimento	Plantas citadas como comestíveis: frutos, mandioca, milho e feijão.
Artesanato	Sementes, palhas e cuias, corantes.
Construção	Recursos Casa, telhados, pontes, áreas de cercado para os animais.
Comercial	Recursos retirados para venda: carvão madeira, estacas, esteios.
Energia	Recursos utilizados para produção de lenha para as residências.
Medicinal	Recursos para o preparo de remédios.
Uso doméstico	Recursos utilizados nas residências e como instrumentos de trabalho.

Quadro 2- Categorias de uso dos recursos utilizados pelos moradores.

As plantas utilizadas para alimentação são cultivadas tanto nas proximidades das casas (quintais e hortas) quanto das áreas dos roçados, ou comprados nos mercados locais. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é o principal produto cultivado, mas plantam também milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e batata doce. (*Ipomoea batatas* L.). As frutíferas como a goiaba (*Psidium guajava*), manga (*Mangifera indica*), caju, (*Anacardium occidentale*), limão (*Citrus* sp), murici (*Byrsonima crassifolia*) e ata (*Annona squamosa*), são cultivadas nos quintais, assim como a “cuieira” (*Crescentia cujete*), utilizada na confecção de cuias, e o urucum (*Bixa orellana*), utilizado para tempero. Outras frutas são coletadas nas áreas do cerrado, nas áreas de floresta e na várzea como sacuri (*Attalea microcarpa*), curuá (*Attalea spectabilis*), jatobá (*Hymenaea* spp.), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), cajuí (*Anacardium* sp.) açai (*Euterpe oleracea*) e miriti ou buriti (*Mauritia flexuosa*).

Entre as espécies vegetais, utilizadas para construção das casas, chiqueiros, galinheiros, estão incluídas as localmente chamadas de breu, jatobá, taboca, louro, sacuri e palhas de outras palmeiras como palha branca. Para confecção dos artesanatos, as

palmeiras são as principais plantas utilizadas. Além da palha, utilizam também as sementes de açaí, miriti e bacaba; e das leguminosas como tento, feijão preto e jutaí.

As plantas consideradas para a comercialização incluem o paricá, angelim, cedro, louro, itaúba, jatobá e jacarandá como as de maior valor comercial. Algumas espécies são usadas para mais de um propósito. Como exemplos, citam o jatobá, usado como alimento, remédio e construção; e o paricá que além de ser comercializado para uso como estaca, sua casca é vendida para o curtume local. Outras plantas comumente usadas são a ariauá, a vassoura do campo e envireira, utilizadas para confecção de vassouras, eixo para as carroças e cabos de enxada, além de caniços para a pesca, respectivamente.

As plantas de uso medicinal estão entre os recursos que estabelecem importante ligação entre a população e o meio ambiente. O conhecimento local sobre as plantas medicinais é bem difundido entre a população das comunidades do entorno, sobretudo entre as mulheres que são, muitas vezes, as responsáveis pela coleta e manuseio dessas plantas. A sucubá e a verônica estão entre as mais utilizadas.

9.2.2 Riqueza de espécies por uso

Um total de 169 espécies de plantas é citado como útil às comunidades estudadas. O conhecimento e uso de plantas medicinais apresentou o maior número de espécies (71), seguido das alimentícias (41 espécies), comerciais (40) e energéticas (37) (Tabela 8).

A comunidade do Ererê utiliza quase todas as plantas citadas pelos moradores da região (69% das espécies por categoria de uso), apenas as plantas usadas para construção não foram muito citadas nessa comunidade. Isto provavelmente ocorreu por ser esta uma das comunidades mais antigas e a transmissão dos conhecimentos pode estar ocorrendo entre seus moradores. As espécies vegetais usadas para construção são mais diversificadas nas comunidades Paytuna, Lages e Santana. É nessas comunidades que residem os construtores de canoas e carroças.

A comunidade de Maxirá utiliza poucas espécies. A porcentagem de espécies utilizadas nessa comunidade por categoria de uso é de apenas 25% das espécies citadas na região. Provavelmente, esse fato ocorre porque na comunidade a produção de farinha e a atividade pecuária, além de suas relações comerciais com outras comunidades, limitam as suas necessidades de uso de recursos. Há também a venda de terrenos e lotes que atrai moradores de outras localidades e ambientes, que desconhecem ou não sentem necessidade de utilizar as espécies locais. Também as comunidades de Santana e Lages

utilizam poucas espécies conhecidas regionalmente (35% e 40% das espécies conhecidas), muito provavelmente em função de suas atividades estarem mais voltadas a pesca.

Tabela 8 - Riqueza de espécies por categoria de uso citadas pelos moradores das comunidades estudadas.

Categorias de uso	Comunidades					
	Ererê	Maxirá	Lages	Paytuna	Santana	Total *
Alimento	38	18	22	23	17	41
Artesanato	17	0	2	1	0	17
Construção	7	5	11	14	11	21
Comerciais	23	12	13	13	17	40
Energia	19	10	14	9	12	37
Medicinal	56	26	30	29	21	71
Uso doméstico	9	2	6	9	6	13

* O número total de espécies não é a soma das comunidades, mas o número total de espécies na categoria de uso. Muitas espécies são similares entre as comunidades.

As comunidades apresentaram uso comum para as espécies vegetais citadas. O índice de similaridade de Jaccard das categorias de uso entre as comunidades indicou que as comunidades se assemelham quanto ao conhecimento das espécies úteis. As categorias de uso correspondentes a alimentícias e medicinais apresentaram índices que indicam haver mais semelhanças entre as comunidades. Já para as demais categorias de uso, a similaridade encontrada é baixa (Tabela 9).

A similaridade de plantas alimentícias citadas entre as comunidades é média ($Jaccard_{\text{médio}} = 0,53 \pm 0,08$). Das 41 espécies, citadas como alimento, 15 espécies (37%) são utilizadas em quatro ou cinco comunidades, sendo as principais espécies alimentícias da região (açai, araçá, buriti, chulé, furufú, ingá, jutaí, limão, manga, maracujá nativo, mucajá, murici, sacuri, tucumã e urucum). Doze plantas (29%) são exclusivas de apenas uma comunidade: pixuneira e carauaxizeiro, citadas apenas na comunidade de Santana; ceruaia encontrada apenas na comunidade Paytuna e nove espécies citadas, apenas na comunidade do Ererê (ata, cupuaçu, cutide, jatobá, jauari, jejui, mariá, tarunã e urucuri)

Entre as plantas medicinais, a similaridade de espécies citadas entre as comunidades pode ser considerada boa ($Jaccard_{\text{médio}} = 0,41 \pm 0,06$), em função da grande quantidade de espécies citadas e utilizadas pelas comunidades, embora quase a metade (46,5%) das 71 espécies é de uso exclusivo de apenas uma comunidade, predominando a comunidade do Ererê. Quinze espécies (21%) são utilizadas em quatro ou cinco comunidades, sendo as principais espécies medicinais da região (açai, andiroba, aroeira, artemija, barbatimão,

cajiru, capim santo, erva-cidreira, jatobá, limão, mastruz, pau d'arco, pião roxo, sucuba e verônica).

Tabela 9 - Espécies citadas pelas comunidades do entorno do PEMA e seus respectivos usos: E=Erere, L= Lages, M= Maxirá, S= Santana, P=Paytuna.

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Abota	campo	medicinal/ abortiva	E
Açaí	várzea/ igapó	alimento/ medicinal/ artesanato	E, L, S
Açacú	igapó	medicinal	E
Achuazeiro	mata	lenha	S,P,M
Ajará	mata	vara	P
	coberto/ mata próx. /		E
Amarelão	serra	lenha/ madeira	
Ananinha	coberto	caniço	L
Andiroba	mata próx.	medicinal	E
Angelim	mata	Madeira para construção	L
Apeí	baixo (igarapé)	medicinal	E,L
Apoizeiro	mata	lenha	S
Araçá	Mata prox/quintal	alimento	E,L,M,P
Ariauá	coberto	Estaca/ eixo para carroça/ cerca	E,M,L,P
Aridá	mata	madeira	L
Arapari	Quintal/mata	Medicinal/ lenha	E
Areançus	quintal	medicinal	P
Aroeira	campo	medicinal	E, M,S,P
Aruana	coberto	medicinal	L
Aruanacauá	coberto	medicinal	L
Arruda	quintal	medicinal/ benzedeira	E
Artemija	várzea	medicinal	E

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Arumã	igapó	palha p/ peneira	E
Assacu	igapó	medicinal	E
Ata	quintal	alimento	E
Ata Braba	mata	Madeira/ caniço/ vara	E,S
Babosa	quintal	medicinal	E
Bacaba	Igapó	alimento, artesanato	E,P,M
Baju-açu	quintal	medicinal	M
Barbatimão (roxo e branco)	coberto/ campo	medicinal	E; M
Batingueira	mata próx.	lenha, madeira	E
Boldo	quintal	medicinal	E
Breu	mata	Construção/ carvão	S,P
Breneiro	mata	madeira	M
Buriti (Miriti)	várzea/ igapó	alimento/ artesanato	E,L,P,M
Caembé	Campo/ coberto	medicinal// madeira	E,S,M
Caferana	várzea	lenha	L
Cajirú	quintal	medicinal	E, L, M, S,P
Caju	coberto/ campo	Alimento/ medicinal	E,L,P
Cajú-açú	mata	medicinal	E
Carne de menino Deus	quintal	benzedeira	E
Cana mansa	quintal	medicinal	E
Canela de velho	mata	lenha	L
Caparú	várzea	artesanato	E
Capim santo/ capim saúba	quintal	medicinal	E
Capim	Campo de várzea	Alimento para o gado	S,P

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Caraná	igapó	palha p/ telhado	E,L,M,P
Caranacuzeiro	várzea	lenha	L
Caratinga	várzea	lenha	L
Carauazeiro	várzea	alimento	S
Carimaúá ou quiromá	Coberto/mata	Alimento/ carvão	E,S,P
Carrapicho	coberto	medicinal	E
Cedro	serra/ mata próx.(rara)	Madeira/ medicinal	E,M
Ceruaia	coberto	alimento	P
Chuá	Coberto/mata	alimento/ lenha/ carvão	E,L,S,P
Cipó jabuti	mata	medicinal	E
Copaliba	ilha grande (rara) / coberto	medicinal/ madeira/estaca	E,P,L
Coramina	quintal	medicinal	E
Crista de pica-pau	coberto	medicinal	E
Cujeira	quintal	artesanato/ medicinal	E
Cupuaçu	terra-firme próx igapó	alimento	E
Curuá	serra / mata próx. / igapó	alimento/ palha/ repelente/ madeira/ sabão	E,M,L,P
Cutide	mata	alimento	E
Dedo de Adão	quintal	medicinal	E
Erva-cidreira	quintal	medicinal	E
Espanjeira	mata próx.	Lenha/ cerca	E
Espinho preto	Capoeirão/mata	lenha	E
Envireira	Várzea/coberto	Lenha, caniço/vara	E,S,P
Faveira	mata	Lenha/cerca	E,S
Farinha seca	mata	lenha	S

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Fedegoso	várzea	medicinal/ indução de parto	E
Feijão	roça	alimento	E
Feijão preto	capoeirão	artesanato	E
Furuia	mata próx.	carvão/ lenha/ alimento	E,M,P,S
Gameleiro	mata	Construção da casa	L,P
Goiabinha	Mata/coberto	Lenha/ carvão/ vara	M,L,S,P
Goiabarana	mata	Lenha/ cerca	E,S,P
Hortelã	quintal	medicinal	E
Ingá	mata próx./ quintal	lenha/ alimento	E,L,P,M
Insulina	quintal	medicinal	E
Itairama	várzea	lenha	L
Itaúba	mata/ coberto (rara)	Madeira/ estaca/ cerca	E,M,L,P
Iteira	mata próx.	madeira/ medicinal	E
Jacarandá	mata próx / pé da serra	madeira	E,L
Jamaracarú	coberto	medicinal	E,P
Japecanga	coberto	medicinal	L
Jatobá	mata ilha grd./ próx. Serra	madeira/ alimento/ medicinal	E, M, S,P
Jauari	várzea	fruto	E
Jejuí	mata próx. (rara)	madeira/ alimento	E
Jenipapo	quintal	alimento	E,M,P
Jucá	quintal	alimento/ medicinal	E,M
Jutaí ou pororoca	Pé da serra /mata	artesanato/ alimento/ carvão/ lenha	E,L,S,P
Lacre	mata	lenha	L
Laranja lima	quintal	medicinal/ alimento	E
Laranjinha	mata/ coberto	madeira/ lenha	E

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Limão	quintal	medicinal/ alimento	E
Louro	Coberto/ mata	Madeira/ cerca/ estaca	E,L,S,M,P
Malva grossa	quintal	medicinal	E
Manga	quintal/ mata próx.	alimento/ medicinal	E, M, L
Mandioca	roça	alimento	E, M
Mapuxiquim/ mapuxiquiri	mata próx.	lenha	E
Maracanã	mata	Lenha/ carvão	L,S
Maracazeiro,	mata	lenha	M
Maracujá nativo	mata	alimento	E,M,L,P
Marmeleiro	quintal	medicinal	P
Maria	mata	alimento	E
Marupá	mata	construção	L
Massaranduba	Mata	madeira	P
Mastruz	quintal	medicinal	E,M
Melindro	quintal	medicinal	E
Merajuçara	várzea/ mata	madeira	E
Merapixuna (catingueira)	mata próx.	Medicinal/ lenha/ carvão	E,M,S
Merapucú	cobert / capoeirão	lenha, madeira/ carvão	E,M,L
Milho	roça	alimento	E, M
Morototó	mata	lenha	E,S
Mucajá	coberto	alimento	E,M, L,P
Mucuracá	coberto	medicinal	L
Mulateira	mata	lenha	E,M
Mulungu	cidade/ pé da serra	artesanato	E
Murici	coberto/ mata próx.	artesanato, alimento/ carvão, lenha	E,L,P

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Murucu	mata	lenha	L,S
Mutambeiro	Capoeira do roçado	lenha	M
Mutuacá	mata	Construção de casa	L
Mururé (Muriú pajé)	rio (macrófita)	ornamento/ banho	E
Oiteira	coberto	estaca	M,L
Oriza	quintal	medicinal	E
Olho de boi	campo	medicinal	E
Olho de veado	coberto e capoeirão próx.	artesanato	E
Orelha de preto	capoeirão	artesanato/ medicinal/ madeira	E,L
Orelha de onça	mata	madeira	E
Palha branca	Mata/ coberto	Palha para cobrir	E,S,P
Palha preta	coberto	Cobrir casas	P
Paricá vermelho/branco	serra/ ilha grande/ coberto	madeira/ medicinal/ curtume/ carvão/ estaca	E; M,S
Pataú	igapó	artesanato/ alimento	E,P
Pau de bicho	mata	Madeira/ estaca	L,S,P
Paud'arco(roxo/ branco)	toda região/mata	madeira/ medicinal/ carvão	E,M,L,S
Pau santo	mata	medicinal	P
Pau mulato (mulateiro)	mata próx./ várzea	lenha/ madeira	E,M
Pecacunha	coberto	medicinal	M
Pé de boi	quintal	medicinal	M
Pedra ume	Coberto/campo	medicinal	LM, P
Pega primeiro	capoeirão próx.	artesanato	E
Pereira	mataprox./coberto campo	lenha/ madeira	E,S
Pião roxo	quintal	medicinal	E

Nome comum	Local de coleta	Usos	Comunidade
Pintadinho	mata	madeira	P
Pitomba	coberto	alimento	L,P
Pixuneira	várzea	alimento	S
Preciosa	mata	medicinal	P
Quebra-pedra	coberto	medicinal	E, L
Sacaca	quintal	medicinal	P
Sacuri	coberto	alimento/ palha p/ telhado /artesanato	E,L,P
Salva do Marajó	quintal	medicinal	E, P
Sarabatucú	várzea	medicinal	E
Socoró	várzea	Lenha/ medicinal	L,S
Sete sangria	mata próx./ coberto	medicinal	E,P
Sucuúba	coberto / mata próx.	medicinal	E,L,S,P
Sucupira	Mata da ilha grande	madeira	P
Taboca	Mata/ várzea/ campo de várzea	Cerca/ balaio/ caniço	E,L,S,P
Tamarindo	quintal	medicinal/ alimento	E
Tarunã	igapó	alimento	E
Taperebá	mata próx.	medicinal/ alimento	E,P
Tachi (arapari)	coberto	medicinal	E,S,M
Tachi da várzea	várzea	Medicinal/ madeira	E,S
Tento	Parque (subindo a serra)	artesanato	E
Trevo roxo	quintal	medicina/ ornamental	E, L, P, S, M
Tucumã	mata/ capoeirão	alimento/ artesanato/ medicinal	E,M,L,P,S
Ucuúba (Mafubeira)	coberto	medicinal	E
Unha de gato	coberto/ mata próx.	medicinal	E,M

Urucum	quintal	corante	E, L, M, S, P
Urucuri	mata	fruto	E
Vassoureira	mata	Lenha/ estaca/ carvão	E,M, L,S,P
Vassoura do campo	coberto/ capoeirão	vassoura/ lenha	E,M, L
Verônica branca/ vermelha	coberto	medicinal	L,E,S,P,M

Vinte e uma espécies são utilizadas na construção, das quais apenas quatro espécies (19%) são utilizadas em todas as comunidades, são elas: ariauá, caranã, itauba e vassoureira. A similaridade de espécies usadas na construção, entre as comunidades foi baixa ($Jaccard_{médio} = 0,36 \pm 0,12$), pois a maioria das espécies (71%) foi utilizada apenas em uma ou duas comunidades, mais especificamente nas comunidades de Lages, Paytuna e Santana, respectivamente.

Entre as 40 plantas citadas como comerciais 19 espécies (48%) são exclusivas de apenas uma comunidade e outras 11 espécies (28%) foram utilizadas por apenas duas comunidades, isso mostra uma similaridade de espécies muito baixa ($Jaccard_{médio} = 0,27 \pm 0,12$) entre as comunidades. Apenas as espécies furuía, itauba, jatobá e pau d'arco são utilizadas por quatro ou cinco comunidades. Também as espécies de uso energético são muito diversificadas. Das 37 espécies utilizadas, 20 (57%) são utilizadas em apenas uma comunidade e outras 11 espécies (30%) foram utilizadas por apenas duas comunidades.

Como em outros usos, a similaridades das espécies de uso energético, entre as comunidades foi muito baixa ($Jaccard_{médio} = 0,21 \pm 0,09$). Destaque é dado às comunidades do Lages e Ererê que, entre as espécies utilizadas no uso energético, apresentaram grande proporção de espécies exclusivas: 50% e 42%, respectivamente. A espécie furuía é utilizada pelas cinco comunidades; chuá e goiabinha são utilizadas por quatro comunidades; e envireira, goiabarana e ingá são utilizados por três comunidades.

O artesanato é importante apenas na comunidade do Ererê, que utiliza 17 diferentes espécies para esse uso. As comunidades Maxirá e Santana não fazem artesanato. A comunidade de Lages utiliza apenas duas espécies, taboca e tucumã; e a comunidade de Paytuna utiliza apenas o curuá. Taboca, tucumã e curuá são também utilizadas pela comunidade do Ererê.

Dentre as 13 espécies utilizadas no uso doméstico, sete espécies (54%) são utilizadas em apenas uma ou duas comunidades, o que resulta em uma similaridade de espécie baixa entre as comunidades ($Jaccard_{médio} = 0,37 \pm 0,13$). Apenas cuieira e vassoura de campo são utilizadas em todas as comunidades.

A riqueza de plantas citadas pelas comunidades do entorno é alta quando comparada com outras comunidades, considerando o número de informantes. Outros estudos em regiões de cerrado, embora com ênfase em plantas medicinais, usos de áreas de capoeiras e etnoecologia de populações indígenas, citam a alta diversidade de plantas utilizadas pelas populações estudadas (Tabela 9). Na região do cerrado amazônico, poucos autores fazem referência a utilização de recursos por populações. Entre estes, destaco os trabalhos de Posey (1987) com os índios kayapó, e de Morán (1990) que descreve a adaptabilidade de populações indígenas nas regiões de cerrado do Planalto Central e de Roraima. Apenas

cerca de 180 dos 940 trabalhos, analisados por Diegues e Arruda (2001), dizem respeito a populações que vivem nos cerrados, e desses somente 22 referem-se a populações não-indígenas.

Tabela 10 - Usos de plantas em outros estudos em ambiente de cerrado:
G=uso geral; M=medicinal.

Ambientes de cerrado	Usos	Nºinformantes	Citações	Pesquisa
Mato Grosso	M	73	228	Amorozo, 2002
Araguaia	G	63	96	Begossi, et al 2000
Cuiabá	G	59	180	Pasa, et al 2005
Este estudo	G	158	705	Levantamento em 2006

Exceto para o conhecimento sobre os “remédios do mato”, que em geral são as mulheres que o detém, o conhecimento sobre os recursos vegetais utilizados não se concentram em um único grupo. Os demais recursos são de conhecimento de homens, jovens e idosos. São os homens quem trabalham com as plantas a serem comercializadas. As atividades de extração de algumas plantas como as palhas, sementes e frutos são realizados pelas mulheres e pelos jovens, demarcando a diversidade e a pluralidade do conhecimento sobre os recursos existentes.

9.2.3 O uso dos recursos naturais no tempo

Os recursos da biodiversidade, utilizados pelas populações das comunidades do entorno do Pema, incluem mais de 250 espécies entre plantas cultivadas e coletadas, peixes, animais terrestres e aquáticos (Figura 20). A utilização dos recursos biológicos não tem a mesma intensidade. As plantas medicinais, por exemplo, são utilizadas em casos de necessidade; os peixes, as aves aquáticas e os répteis embora possam ser consumidos diariamente seu uso obedece à sazonalidade do ambiente. Os animais terrestres também têm uso esporádico. O conhecimento local sobre as espécies utilizadas está relacionado às informações sobre as formas de uso os hábitos das espécies e tem correspondência com as estações de seca e cheia.

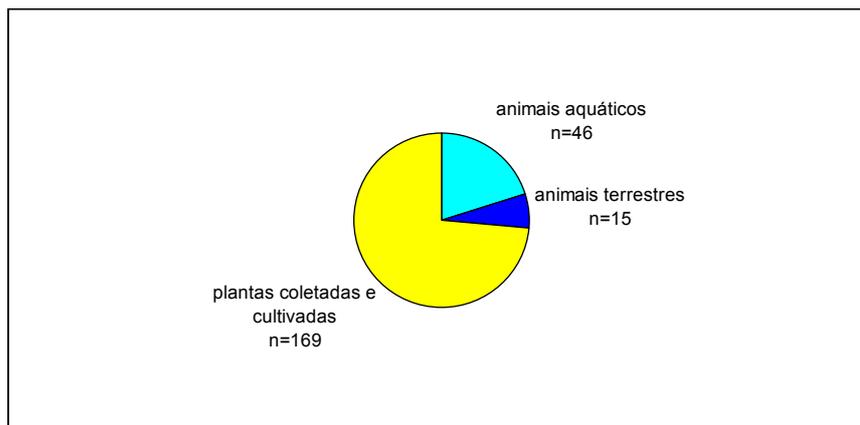


Figura 20 - Riqueza de espécies animais e vegetais utilizadas pelas comunidades do entorno: N= número de espécies citadas.

Os eventos naturais como a seca extrema, as grandes enchentes e o fogo nas serras, segundo os moradores, também afetam a utilização de recursos. A grande seca do rio Amazonas, ocorrida em 2005, afetou diretamente a pesca nos lagos que circundam as comunidades da beira Lages, Santana e Paytuna. As medidas tomadas pelos moradores para a manutenção dos estoques foram: a retirada dos peixes pequenos, transferindo-os para os lagos mais profundos que ainda retinham água; e a venda os peixes maiores, mesmo com preços abaixo do mercado. No caso dos incêndios nas serras, estes, segundo os moradores, provocam diminuição de caças. Além afugentar os animais maiores, ocorre perda de filhotes que não conseguem fugir, prejudicando também a coleta de frutos e das plantas usadas para remédios.

A percepção da importância do uso dos recursos naturais e a sua relação com a conservação da biodiversidade, em diferentes escalas de tempo, foi analisada nas comunidades do entorno com a aplicação da matriz-histoecológica (CIFOR, 1999). Essa percepção teve como embasamento as diferentes categorias de recursos e a sua importância para a manutenção do grupo doméstico.

A percepção de diversidade de recursos, ao longo do tempo, revelou mudanças ocorridas nas comunidades em função da lógica comercial de recursos explorados na região do baixo amazonas com a criação do Pema. Foi construída uma matriz em cada comunidade. O número de participantes na construção da matriz histoecológica variou entre as comunidades.

A participação de comunitários de diferentes gêneros e níveis etários foi importante para auxiliar a avaliação dos recursos do passado e o que almejam para o de futuro. Por isso, a lista de produtos foi construída com base na memória dos participantes que foram incentivados a lembrar de como se vivia na comunidade, quais produtos eram importantes

em uma temporalidade de 10 anos no passado a partir do tempo atual e 10 anos à frente. (Quadros 3,4, 5 e 6).

Comunidade Ererê			
Produto	-10 anos	0 atual	+10 anos
Turismo			X 1º
Juta	X 1º	-	-
Macaxeira		X 5º	X 4º
Curuá	X 1º	-	se industrializar
Milho	X 2º	X 1º	X 1º
Semente da juta	X 4º	-	-
Palha de miriti	X 5º	-	Se tiver incentivo
Carimã	X 5º	-	X1º
Miriti (buriti)	X 1º	X 1º	X 2º
Açaí	X 2º	X 1º	X 2º
Patauá	consumo	consumo	consumo
Arroz	X 3º	X Consumo	X 1º
Farinha	X 4º	X 1º	X 1º
Feijão	X 4º	X 2º	X 1º
veado,onça,caititu	X Couro	-	X se preservar
Manga	-	X 5º	X 2º
Limão	-	X 5º	X 2º No futuro
Frutas, banana	X 4º	X Pouco	X 5º Banana
Junco (inverno)	X 2º	X 3º	Consumo
Pedra grande	X 4º	Proibida por causa da radioatividade	X 3º
Seixo	X 4º	-	Parou
Gado	X 2º	X 2º	X 1º
Porco	X 2º	X 2º	X 1º
Galinha	X 2º	X 2º	X 1º

Quadro 3 - Matriz histoecológica da comunidade do Ererê, Monte Alegre, Pará. Os números refletem o grau de importância dado aos produtos.

Para a comunidade do Ererê, os produtos do extrativismo como miriti, açaí, junco e o patauá, mesmo que para consumo, ainda são importantes, assim como os produtos agrícolas. A comercialização de peles de animais silvestres que no passado eram consideradas mercadorias de alto valor, com as proibições legais já não é prática e perdem relevância para a comunidade, porém a existência dessa fauna foi vinculada a conservação.

A produção de sementes de juta que foram importantes para o município de Monte Alegre nas décadas de 1950 a 1965 (HOMMA, 2003) e o curuá também foram lembrados como produtos que perderam importância no momento atual. A criação de animais para eles terá importância no futuro. O turismo que aparece como importante no futuro está ligado à implementação do Pema. A importância dada à produção agrícola requer uma observação, pois não foi considerada a disponibilidade de terras para plantio, visto que nessa comunidade a distribuição de terras é limitada. A retirada de pedras e seixos ocorria na região denominada de Pedreira, onde muitos moradores da comunidade trabalharam.

Comunidade Maxirá			
Produto	-10anos	0 atual	+10anos
Milho	X 2º	X 3º	X 1º
Arroz	X 3º Consumo	-	X 1º
Farinha	X 1º	X 1º	X 1º
Feijão (curauá)	X 1º	X 2º	X 1º
Goma/Tapioca	X 3º	X 4º	X 1º
Gado	X 1º	X 1º	X 1º
Outros Plantios	-	-	X 3º
Banana	X 2º	X 2º	X 3º
Jerimum	Consumo	X 3º	X 4º
Curuá	Entre 1955 - 1960	-	-
Palha	X 4º Compravam	-	-
Juta	Entre 1960 - 1975	-	-
Limão / Laranja	X 5º	X 10º Fraca	X 4º
Abacaxi	X 4º	-	-
Manga	X 4º	Fracassou	-
Porco	X 3º	X 1º	X 3º
Galinha	X 3º	X 2º	X 3º
Açaí	X 5º	-	-

Quadro 4 – Matriz histoecológica da comunidade Maxirá, Monte Alegre, Pará.

Os produtos agrícolas e a pecuária são os principais para a comunidade. O que pode caracterizar sua origem, pois muitos de seus moradores chegaram para ocupar lotes da gleba Inglês de Souza, portanto a agricultura era a atividade-fim. O curuá e a juta, também foram listados como produtos importantes no passado, Homma (2003) relata o período apontado pela comunidade como a época do apogeu da juta na Amazônia. Produtos do extrativismo como açaí, já não foram considerados pela comunidade. Também não citaram nenhum produto que tivesse relacionado ao Pema.

Para as comunidades de Ererê e Maxirá, que vivem na região de cerrado, a atividade principal do passado foi o trabalho produzido pela introdução da juta e da pecuária. Nesse caso vale destacar a mobilidade dos moradores em função do trabalho com a juta, visto que essa atividade era realizada na várzea.

Havia no passado, segundo os moradores, um deslocamento para as regiões ou locais onde eram “oferecidos trabalhos, muitas vezes temporários, mas com boa remuneração”. Mobilidade essa que ainda ocorre nos dias atuais, quando há, por exemplo, a transferência do gado para a várzea, colheita de produtos agrícolas como os citros e o feijão, plantados em “colônias” distantes das comunidades e até contratação de serviço como pedreiro e cavador de poço.

A produção agrícola foi destacada pelas duas comunidades como importantes no tempo presente e as que oferecem melhorias para o futuro. Para os moradores do Maxirá, a

pecuária é que “promete”, visto que é a atividade que traz renda imediata. Para os moradores do Ererê, a perspectiva de investir em atividades extrativistas (buriti e açaí) foi apontada como uma tendência imediata. O turismo foi apontado como atividade a ser executado em futuro próximo, o que vai “dar sustento é o turismo”, muito provavelmente em função do da implementação do Pema.

Na comunidade do Ererê, houve também a perspectiva de instalação de uma indústria, baseada nos produtos do extrativismo como o buriti e o açaí. A questão da conservação e preservação tem destaque quando afirmaram que para voltar a praticar a atividade de caça, terão que garantir a preservação de animais.

Comunidades Paytuna/ Santana			
Produto	-10	0	+10
Plantas medicinais	Uso	Uso	X 1º
Feijão	X 4º	X 1º	-
Peixe boi	consumo	-	-
Peixe (tambaqui)	X 2º	X 1º	X Se tiver fiscalização
Tracajá, tartarugas	consumo	consumo	Consumo
Farinha	X 3º	X 1º	X 1º
Jacaré	X 5º	X 4º	X Somente se preservar
Arroz	X 7º	-	X 1º
Milho	X 7º	X 9º	X 1º
Curuá (fruta)	X 5º	-	-
Madeira (casa)	X 1º	X 1º	X 2º consumo
Palha (curuá)	X Freqüente	X 5º	X consumo
Carvão	-	X 2º/3º	X 2º
Banana	-	-	-
Laranja	-	X 3º	X 3º
Ata	-	X 3º	X 3º
Acerola	-	-	X 3º
Tucumã	-	-	X 3º
Muruci	-	X 11º	X 3º
Inga	-	X 2º/3º	-
Açaí	-	X 10º	-
Gado	X 5º	X 1º	X 1º
Caça (pele de caititu)	X 3º	X 2º	Consumo
Criação (galinha, pato)		X 1º	X 1º
Pirarucu	X 1º	X 5º	X Se tiver preservação
Madeira (cerca, esteio)	X 1º	X Uso próprio	X Consumo
Jerimum	X 6º	-	X 1º
Melancia	X 6º	X 2º	X 1º
Capivara (couro e carne)	X 5º Venda	X Esta acabando	X se preservar a várzea
Criação de porco	X 4º	X 5º	-
Juta	X 5º	-	-
Maracujá (peroba)	X 5º	-	X 3º

Quadro 5 - Matriz histoecológica das comunidades de Paytuna/ Santana, Monte Alegre, Pará.

Comunidade Lages			
Produto	-10 anos	0 atual	+10 anos
Instalação de fábrica	-	-	X
Peixe	X só para despesa	X 2º	X 1º conservando lago
Açaí	X consumo	-	-
Arroz	X 1º	-	X 2º conservação da terra
Juta	X 4º	-	-
Feijão	X 5º	X 1º	X 3º
Milho	X 3º	-	X Conservação da terra
Mandioca	X 1º	Consumo	X 1º
Melancia	X 4º	Consumo	-
Jerimum	X 4º	Consumo	consumo
Curuá	Até 1980,	-	-
Pirarucu	-	Pouco	X Se preservar
Caça	X Consumo	consumo	X Se preservar
Cupido (pele)	X 4º	-	X Se preservar
Jacaré	X 4º carne, couro	X 5º	X
Porco	X 2º	X 4º	X 1º
Gado	X 2º	X 1º	X 1º
Galinha	X 4º	X 3º	X 1º

Quadro 6 - Matriz histoecológica da comunidade de Lages, Monte Alegre, Pará.

As comunidades de Lages e Paytuna e Santana, por se situarem em região mais próximas aos ecossistemas aquáticos, obviamente foram envolvidas com atividades que dominaram a região da várzea de Santarém nas décadas de 60 a 70. A extração da juta, a comercialização do curuá - palmeira de onde se extrai do fruto o óleo para a produção de sabão - e os projetos de implantação da pecuária na Amazônia foram as principais atividades do passado, onde a economia da região estava pautada.

As atividades de caça e comercialização de peles também foram citadas como importante no passado de seus moradores que caçavam jacarés e havia uma forte comercialização, segundo eles, com compradores de Macapá. Em Paytuna e Santana, o destaque dos produtos do passado é dado à exploração de madeira e pesca do pirarucu, produtos citados nas entrevistas entre os moradores mais antigos como de “sustento à família porque eram custosos”, referindo-se ao valor comercial desses produtos.

Questões voltadas à conservação têm destaque. Os moradores citaram na elaboração da matriz a necessidade de se manter a caça e a pesca como atividades de subsistência para suas comunidades. No entanto, apontaram que somente seria possível com a preservação dos lagos e instalação de um sistema de fiscalização contra as geleiras.

Quanto à importância de atividades para o futuro vale destacar que na comunidade de Lages surgiu a idéia de instalação de uma fábrica para a “comunidade crescer”, contudo não souberam determinar qual o produto a ser industrializado. Isso permite avaliar que para os

comunitários a idéia de desenvolvimento está diretamente ligada a instalação de tecnologias para a geração de benefícios. E nas comunidades de Paytuna e Santana a importância as plantas medicinais e produtos como farinha foram explicados como “pro futuro por causa dos gaúchos”, referindo-se a chegada de produtores do sul, em busca de remédios e áreas para plantio, todos com maquinário.

A importância do uso de recursos naturais obtidos do extrativismo, da caça e da pesca no passado foram mais importantes que a realidade atualmente vivida. No passado, havia uma maior dependência dos recursos naturais para a alimentação, para a construção de casas e caça. Hoje, a agricultura e o extrativismo ainda predominam como atividades consideradas importantes, ao menos “garante a bóia”. A importância da agricultura como atividade para os comunitários está provavelmente calcada nos preços dos produtos do mercado. Parecem não ter considerado a limitação de áreas para a agricultura, visto que com a implantação do Pema haverá limitação de área próxima as serras para plantio, principalmente de pasto.

As comunidades consideraram que no futuro os recursos naturais poderão ser importantes se forem conservados, ou protegidos e ainda se houver maior fiscalização, sobretudo para o pescado e para a caça. Apontaram à pecuária, as pequenas criações e a agricultura na várzea como atividades a serem mantidas no futuro. A presença do parque, com as conseqüentes limitações ao uso dos recursos permitiu aos moradores pensarem em diversificação de atividades para a subsistência. Entre as atividades sugeridas foram incluídas o turismo e a implantação de pequenas indústrias nas comunidades. As atividades agrícolas estão mais marcadas nas comunidades de Maxirá e do Ererê que têm ainda os períodos de coleta extrativa do buriti e do açaí. A pesca, nessas comunidades, é realizada, sobretudo na estação seca quando há mais facilidade de obter resultados para uma mudança no cardápio familiar.

Nas comunidades da beira - Lages, Paytuna e Santana - a atividade pesqueira é realizada durante todo o ano. Alguns moradores de Lages trabalham na agricultura esporadicamente para o plantio de feijão em áreas da comunidade ou lotes que as famílias possuem em outras regiões. O conhecimento local sobre os recursos naturais engloba tanto os ambientes aquáticos quanto os terrestres.

Os moradores das comunidades do entorno do Pema dependem dos recursos aquáticos e terrestres em suas atividades de pesca, gado agricultura e extrativismo; possuem um detalhado conhecimento do ecossistema do cerrado e da várzea. A dependência de ambientes terrestres e da vegetação local é refletida no uso das plantas para diversas finalidades e nas práticas agrícolas itinerantes, associadas a ciclos de corte,

queima uso e pousio. Os recursos de caça estão inseridos na subsistência local, mas com menor intensidade que no passado.

Segundo Amorozo (1996), há o conhecimento de “senso comum” nas comunidades e também há indivíduos depositários desse saber especializado, como as rezadeiras, por exemplo, especialistas sobre determinados recursos locais. Há uma relação de cooperação entre as comunidades no que diz respeito à comercialização de produtos como sementes de maniva, trocas de pequenos animais para criação e conhecimento, até porque existem famílias que estão distribuídas entre as comunidades próximas.

A percepção ambiental da população do entorno do Pema foi avaliada, tanto na composição do questionário quanto no momento do mapeamento de uso dos recursos naturais e da matriz histoecológica. Há uma crescente preocupação dos moradores quanto à ocupação da área, aumento da população que, segundo eles, estaria afetando diretamente o uso desenfreado dos recursos naturais, provocando redução da caça e da madeira. A implementação do Pema afetará diretamente a utilização de áreas de uso, principalmente para coleta de recursos de uso doméstico.

A caça nas áreas das unidades de conservação sempre foi motivo de estudos, discussões e repressões. A manutenção de áreas de terras e águas como parques ou outras categorias de unidades de conservação como intocáveis não é a única solução para se proteger ecossistemas. Há que se considerar a pobreza e a exclusão social, pois a comercialização de produtos como a caça e a pesca de subsistência ainda não é admitida. Uma política de participação no manejo reconhece os direitos dos caçadores tradicionais na área protegida (SMITH e MARSH, 1990). Exemplos assim estão se multiplicando, e o reconhecimento dos direitos de populações locais em unidades de conservação vem sendo considerado um componente determinante na viabilidade dessas reservas e na redução da pobreza (CAUGHLEY e GUNN 1996).

A documentação sobre o uso dos recursos naturais pelas comunidades do entorno mostra alternativas que podem ser adotadas para o desenvolvimento e conservação, baseadas no conhecimento local sobre o ambiente. Há de se considerar que uma vez que as comunidades não podem, por razões econômicas e estratégicas, manter algum tipo de isolamento auto-suficiente, isso permite discutir o sistema político das comunidades do entorno do Pema como um conjunto de relações estruturais num território maior do que as comunidades (Figura 21).

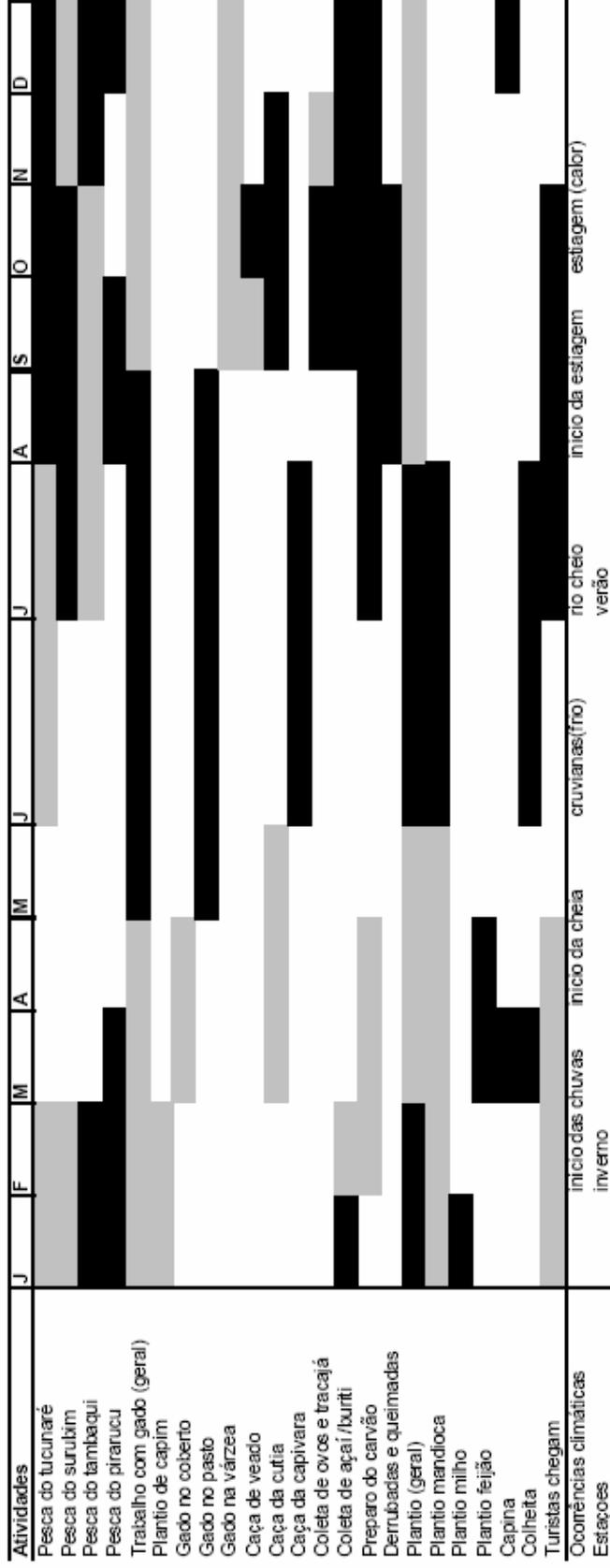


Figura 21 - Calendário das atividades de pesca, caça, agricultura, pecuária e extrativismo das comunidades do entorno do Pema, baseado em entrevistas e observações diretas. As barras mais escuras indicam os períodos nos quais as atividades são praticadas com mais intensidade e as barras claras mostram os de menos intensidade.

CAPÍTULO 3: DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PEMA

10 DA CONSERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL A UM PATRIMÔNIO BIOLÓGICO

Antecedentes

A proposta para criação de unidades de conservação no estado do Pará tem origem no documento elaborado pelo Instituto do Desenvolvimento Econômico–Social do Estado do Pará (Idesp) com dois momentos distintos: um primeiro em 1988 e o segundo em 1992.

O Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, em sua segunda etapa, que trata da necessidade de garantir a utilização planejada e controlada dos recursos naturais foi um dos embasamentos utilizados pela Coordenadoria de Recursos Naturais do Idesp para a criação de áreas protegidas no Pará. O segundo documento direcionador foi o primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) da Nova República para os anos de 1986-1989.

Esse documento que teve entre os objetivos à proposta de disciplinar o uso e assegurar sua conservação dos recursos florestais por meio das legislações pertinentes e respeitando as especificidades ecológicas. Entre as diretrizes do PDA estavam à elaboração de um Zoneamento Ecológico Econômico, a demarcação das áreas destinadas a fins conservacionistas e a sua efetiva implantação (LOBATO, 1988). Somado a essas políticas públicas existia a crescente preocupação com a destruição da floresta amazônica, provocada pela implantação dos “Grandes Projetos” como o Programa Grande Carajás e o Programa da implantação da Companhia Siderúrgica de Marabá. Os impactos ambientais causados pelas atividades garimpeiras e conseqüente poluição dos rios por mercúrio, a violência no campo e a destruição dos castanhais, foram outros motivos que levaram a discussão sobre a conservação ambiental no estado.

As propostas para a criação no Pará de “unidades de conservação da natureza”, terminologia utilizada na época, ganham urgência e apoio de diversas instituições nacionais e internacionais. Estas se concretizam com o envio - pelo então presidente do IBDF, ao governo do Estado - de documentos e da disponibilização de consultores e especialistas para dotar o estado do Pará de uma Instituição Florestal. Segundo Lobato (1988), tratava-se dos seguintes documentos: o Plano de Ação Programática para 1988 da SEMA³¹, o Ofício

³¹ Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, órgão federal que apoiava a criação de unidades de conservação no Brasil.

Circular SEMA/SDA/CEX/ nº. 009/88 que encaminhava as Resoluções 42/186 e 42/187. Esses documentos discorriam sobre a “Perspectiva Ambiental para o Ano 2000 e Além” e o Relatório da Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento, intitulado “Nosso Futuro Universal”.

Essas recomendações permitiram o estabelecimento de critérios para selecionar as áreas a serem conservadas no Estado. Os critérios basearam-se nos levantamentos realizados pelos técnicos do Idesp, indicações de áreas citadas no relatório do Projeto Radam-Brasil, IBDF, Grupo Espeleológico Paraense e pela Companhia de Desenvolvimento e Administração de Áreas Metropolitanas de Belém. Consideraram-se também as áreas definidas como Refúgio do Pleistoceno no âmbito do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal. Como resultado deste levantamento, 36 unidades de conservação, distribuídas em sete categorias de manejo, foram propostas para a conservação ambiental no Estado do Pará. Assim, a partir do encaminhamento e aceite da proposta iniciaram-se as várias visitas técnicas para levantamento de informações sobre os locais selecionados.

Segundo Lobato (1988), o objetivo desses levantamentos foi realizar estudos que iriam determinar a categoria de manejo das unidades de conservação a serem propostas. Os levantamentos tinham a finalidade de identificar e verificar o acesso, situação atual e observações preliminares da biota e condições socioeconômicas e culturais da região. Há de se chamar atenção para a situação institucional do Pará quanto às questões que tratam das políticas públicas ambientais.

O Estado não tinha instituição que tratasse exclusivamente do tema ambiental. Segundo Dourado (1993), as questões ambientais eram desenvolvidas e solucionadas por meio da Secretaria de Saúde Pública, em seu Departamento de Meio Ambiente, até o estabelecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente em 1990.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (COSEMA), estabelecido pela Lei nº. 5.610 de 26/11/1990 surgiu em consonância com as determinações da Constituição do Estado do Pará (5/10/1989) que tratou a questão ambiental em seu inciso VIII, Art. 255 *“Compete ao Estado a defesa, conservação, preservação e controle do meio ambiente, cabendo-lhe:*

VIII- criar um conselho específico, de atuação colegiada que contará com a participação de representantes do Poder Público e, majoritariamente, da sociedade civil organizada, especialmente através de entidades voltadas para a questão ambiental, na forma da lei, que terá as seguintes competências:

a) Acompanhar, avaliar, controlar e fiscalizar o meio ambiente;

b) Opinar, obrigatoriamente, sobre a política estadual de meio ambiente, oferecendo subsídios, à definição de mecanismos e medidas que permitam a utilização atual e futura dos recursos hídricos, minerais, pedológicos, florestais e faunísticos, bem como o controle da qualidade da água, do ar e dos solos, como suporte de desenvolvimento socioeconômico;

c) Assessorar o Poder público em matérias e questões relativas ao meio ambiente;

d) Emitir parecer prévio sobre projetos, públicos ou privados, que apresentem aspectos potencialmente poluidores ou causadores de significativa degradação do meio ambiente como tal caracterizado na lei (DOURADO, 1993, p.113).

É interessante salientar é que nesse período, início de 1990, as preocupações ambientais no Estado estavam voltadas para a elaboração de legislações próprias. Essas legislações eram para a contenção aos impactos ambientais causados pelos empreendimentos que se instalavam no Pará. As ONGs, criadas nos idos de 1980, organizaram-se exigindo do Poder Público uma tomada de posição frente à “destruição da Amazônia”³². Era a “luta” dos movimentos sociais que cobrava do poder público: a elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) e as avaliações em audiências públicas.

É no bojo desses eventos que a sociedade civil organizada, representada por sete ONGs (Sopren, Clube de Observadores de Aves, Associação Paraense de Proteção e Educação Ambiental, Associação dos Moradores do Conjunto Presidente Médici, Grupo Ecológico do Xingu, Grupo Ecológico de Itupiranga e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária), tem assento no COSEMA. As principais resoluções do Conselho foram voltadas para averiguar e liberar as licenças ambientais, referentes aos empreendimentos que se instalavam no Pará.

A criação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente pela Lei nº. 5.457 em 11/05/1988, no entanto, não minimizou a situação da questão ambiental no estado. A implantação da Sectam somente ocorre três anos depois, em 9 de agosto de 1991, por ocasião da Rio-92. O Departamento de Meio Ambiente da recém criada Sectam tinha como atividades: pesquisar e identificar os recursos naturais do Estado, visando à execução de políticas preservacionistas; implantar e administrar unidades de conservação da natureza. Como a Sectam não estava operacionalizada os estudos para a criação de unidades de conservação foram concentrados no Idesp.

Trinta e dois municípios do estado são contemplados para a criação de unidades de conservação de diferentes categorias de manejo e com áreas contíguas entre os municípios (Figura 22). Para o município de Monte Alegre é proposto à criação de três unidades de conservação de diferentes categorias de manejo. Segundo Lobato (1988), as respectivas justificativas técnicas e legais e as unidades de conservação para o município foram:

1) Área de Proteção Ambiental das Garças de Monte Alegre (10 ha na região da serra ocidental da cidade, margeando o rio Gurupatuba): recuperação da área alterada pela ação

³² São as ações do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA) e da Sociedade de Preservação aos recursos naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN), principalmente junto ao Ministério público.

antrópica e proteção da fauna local. A descrição da situação atual da área destaca que “a Serra Ocidental está totalmente tomada pela cidade de Monte Alegre. Há construções no topo da serra, geradoras de desmatamentos e conseqüentes erosões, causadoras de desabamento sobre as casas que estão no sopé. A encosta sul da serra onde as garças pousam só se mantem pela inacessibilidade da encosta, que em apenas dois pontos é possível escalá-la com muita dificuldade”.

Como justificativa técnica e legal o documento salienta: a beleza cênica, como ponto de atração turística e destaca que “as garças são espécies muito importante para estudos populacionais, abrangendo comportamento, modo de reprodução, hábitos alimentares etc. A alimentação e reprodução ocorrem na várzea do rio Amazonas, onde convive com outras espécies, tais como: urubus, guarás, carcarás, mergulhões e ciganas” (LOBATO, 1988 p.30). Essa APA seria contígua a outra unidade de conservação proposta para o município, o Parque Estadual Monte Alegre.

2) Para o Parque Estadual Monte Alegre (117.630 ha previsto, próximo a sede do município, abrangendo as Serras do Ererê, Lua, Paytuna e Mutuacá, além do Lago Grande e a várzea do rio Amazonas): características geomorfológicas, incluindo as cavernas estudos etnológicos e da vegetação foram critérios considerados. Quanto à situação atual o documento aponta que “há casas no alto da serra”, sem informar qual a serra. Além disso, indica que essas as casas infringem a Lei nº. 4.771 de 15/09/65, no seu Art. 2º, alínea d,³³ e a Resolução do CONAMA nº. 11 de 03/12/87, que considera todas as categorias unidades de conservação criadas pelo poder público como Sítio Ecológico de Relevância Cultural.

Na avaliação do documento, as serras são consideradas como tendo condições naturais próprias para “trabalhos de preservação e conservação”; e as áreas planas “encontram-se sob forte ocupação humana com criação de gado, culturas, mas devido a excepcional beleza da vegetação tipo Parques e Cerrados [...] merecem atenção de estudos”. As “justificativas técnicas e legais” para a criação do Parque estão baseadas na Lei nº. 6.092 de 27/04/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e de APAS e com base no Código Florestal de 1981, que permitia aos estados criarem seus Parques Estaduais.

Quanto aos “critérios técnicos” é considerado que as serras são de beleza cênica excepcional o que justificaria a implementação do turismo. Outro tópico considerado como critério técnico é a existência de áreas para recreação e educação ambiental, a “flora

³³ Código Florestal Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situada [...]; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras.

curiosa” e as várias cavernas e pinturas rupestres. Estes, segundo o texto do documento, necessitam de estudos etnológicos.

3) Área de Proteção Ambiental das águas Hipotérmicas e Sulfurosas de Monte Alegre. (20 ha localizados no km 11 da estrada que sai da cidade de Monte Alegre para o oeste). Os critérios para a proposição da unidade foram baseados nos estudos da Hidrologia, Hidrogeológicos com aplicações medicinais em crenoterapia³⁴. O quesito “situação atual” caracterizou o local como “pronto” e com infra-estrutura; cercas, necessitando apenas de estudos para “definir melhor seu aproveitamento”. Como “justificativa” para a criação da APA, a “curiosidade turística, servindo para educação ambiental, recreação e crenoterapia”. Do ponto de vista jurídico a criação de APA fundamentou-se na Lei nº. 6.902 de 27/04/81.

³⁴ Tratamento medicinal baseado em banhos de imersão em águas termais.

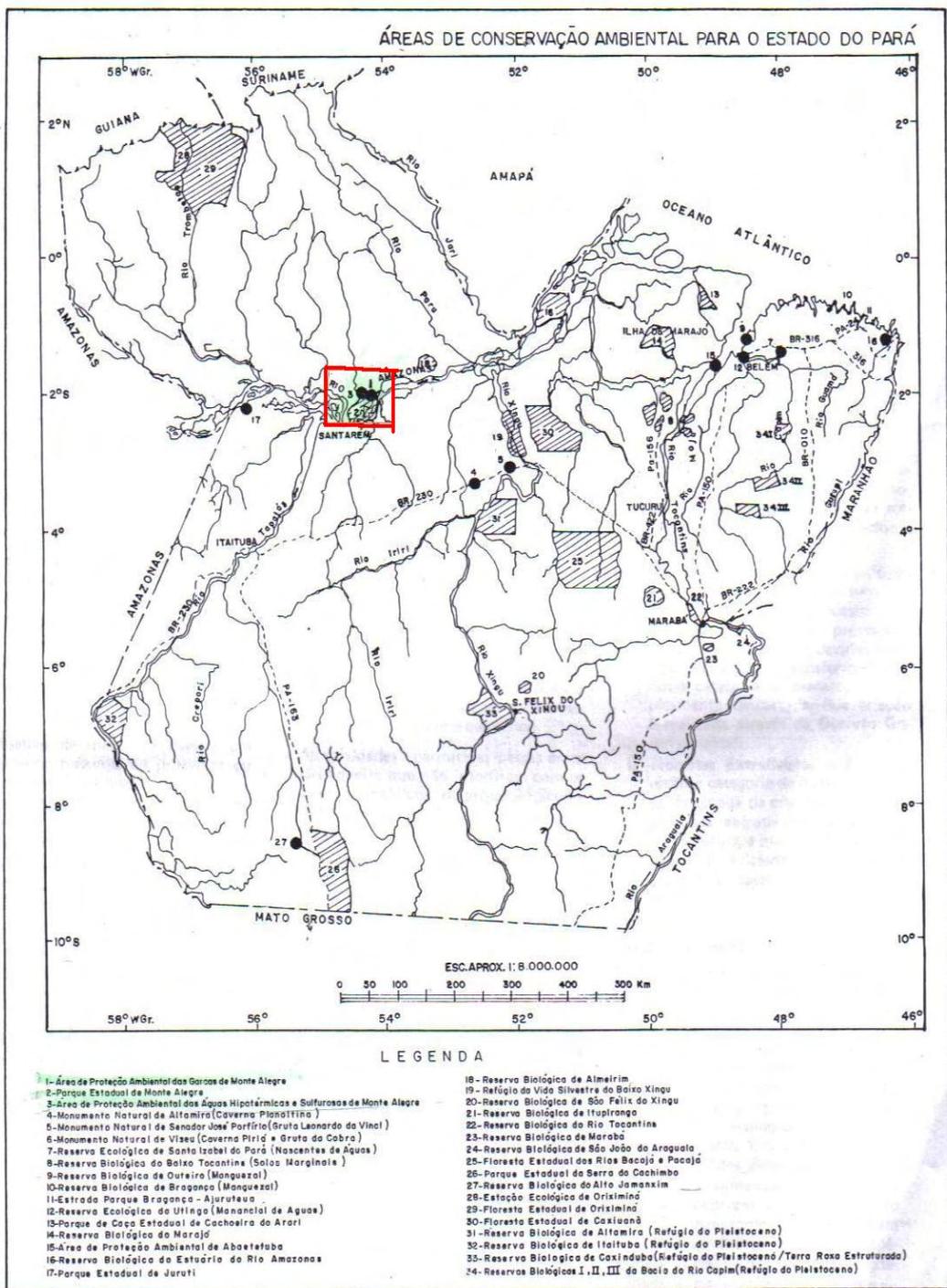


Figura 22 – Áreas protegidas propostas para o Pará em 1988. No destaque, em vermelho, a região do município de Monte Alegre.

O que chama atenção quanto descrição da “situação atual”, sobretudo para a criação do parque revela o quanto a dicotomia homem-natureza está presente na avaliação. Nesse período, o modelo dominante para a conservação da biodiversidade é a categoria parque, marcado pela exclusão do homem dessas reservas, designadas para outras espécies. A criação de unidade de conservação e população local não era compatível. Percebe-se como esse “pré” conceito com relação à população que ocupa a região nas avaliações para criação de unidade de conservação leva a discriminar porções do território associadas à presença humana, considerada como um elemento perturbador. Esse levantamento e as práticas adotadas para realizá-lo se mantiveram na memória de alguns moradores do entorno do Pema, e foi motivo de discussão nas reuniões realizadas para o plano de manejo do Parque Estadual.

Com o objetivo de contribuir para o documento a ser apresentado pela Associação Brasileira de Entidades Ambientais (Abema) na Rio-92, um novo *paper* foi elaborado com propostas para a criação de unidades de conservação no Estado. Para determinar as áreas estaduais a serem criadas, novos critérios são considerados, entre os quais: situação fundiária, terras indígenas e áreas reservadas pela União.

Os estudos referentes à biodiversidade foram utilizados para determinar as áreas a serem protegidas de forma que um maior número possível de amostras de ecossistemas paraenses fosse contemplado. Foram inseridos no documento os resultados apresentados no Workshop 90: Áreas Prioritárias para Conservação da Amazônia³⁵. Assim, tendo como base do documento elaborado em 1988, mais as contribuições da Sectam, esse documento, segundo Lobato (1992), amplia para 46 o número de unidades e conservação estaduais a serem criadas no Pará.

Para o município de Monte Alegre, a alteração à proposição inicial foi de redução da área do Parque Estadual, ficando este situado na região das serras (limitando este à região das serras). Foi mantida na proposta a criação da APA das Garças e a APA das Águas. A região do Lago Grande que antes estava contemplada como área de abrangência Parque foi modificada. Para essa região foi sugerido à criação da Área de Proteção Ambiental Lago Grande. As justificativas para a criação dessa APA foram à necessidade de proteção do ecossistema aquático e a recuperação da vegetação nativa circundante.

A análise da “situação atual” do local destacou os conflitos entre os habitantes das comunidades locais, formadas por pescadores artesanais e os pescadores industriais. A criação uma unidade de conservação de uso restritivo na região que forma o Lago Grande é retirada da proposta inicial em decorrência da necessidade da manutenção da população no

³⁵ Evento que reuniu em Manaus cientistas, ONGs, universidades, órgãos de governo e de pesquisa para mapear as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade da Amazônia.

local. Nessa região já estava instalado e iniciado o Projeto Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Projeto Iara, gerenciado pelo IBAMA. Esse projeto envolvia pesquisadores e as populações locais em estudos para estudar os estoques pesqueiros. Nesse novo intento nenhuma área protegida é criada no município.

Vale acrescentar que a zona do Lago Grande de Monte Alegre foi importante foco de estudos e mobilização social por parte de grupos de pesquisadores de diversas instituições da Amazônia. O Grupo de Estudos e Defesa dos Ecossistemas do Baixo Amazonas (Gedebam), formado por ecólogos, geólogos, agrônomos, químicos, veterinários, atuou na região de Monte Alegre. A atuação do Gedebam no município esteve voltada para ações de educação ambiental junto aos pescadores, pesquisas científicas no campo da poluição dos rios. Apresentou várias denúncias sobre práticas predatórias na região e uma ação junto ao Ministério Público impedindo a entrada de búfalos na área do Lago Grande, região de pescadores da comunidade de Jaburu. A criação do Instituto de Pesquisas Ecológicas da Amazônia (Ipeam) foi outro marco regional forte pelas campanhas educativas sobre a problemática ambiental, por ele desenvolvida (CASCAES DOURADO, 1993). O município de Monte Alegre conta hoje com seis áreas protegidas, que ocupam 50,75% da área total do município (Tabela 11, Figura 23).

Tabela 11 - Áreas Protegidas do Município de Monte Alegre.

Nome	Área* Km	Área** (%)	Data de criação	Órgão de criação	Gestão
Terra indígena do Parú do Oeste	532,45	2,45	Demarcada em 1997	Funai	Federal
Floresta Nacional da Mulata	1175,21	5,41	2001	Ibama	Federal
Parque Estadual Monte Alegre	36,78	0,17	2001	Sectam	Estadual
APA Paytuna	581,67	2,68	2001	Sectam	Estadual
Floresta Estadual do Parú	7256,75	33,39	2006	Sectam	Estadual
Estação Ecológica do Grão Pará	1445,43	6,65	2006	Sectam	Estadual
TOTAL	11028,29	50,75			

Fonte: UAS/MPEG

* área da uc dentro do município. **Percentual com relação à área do município.

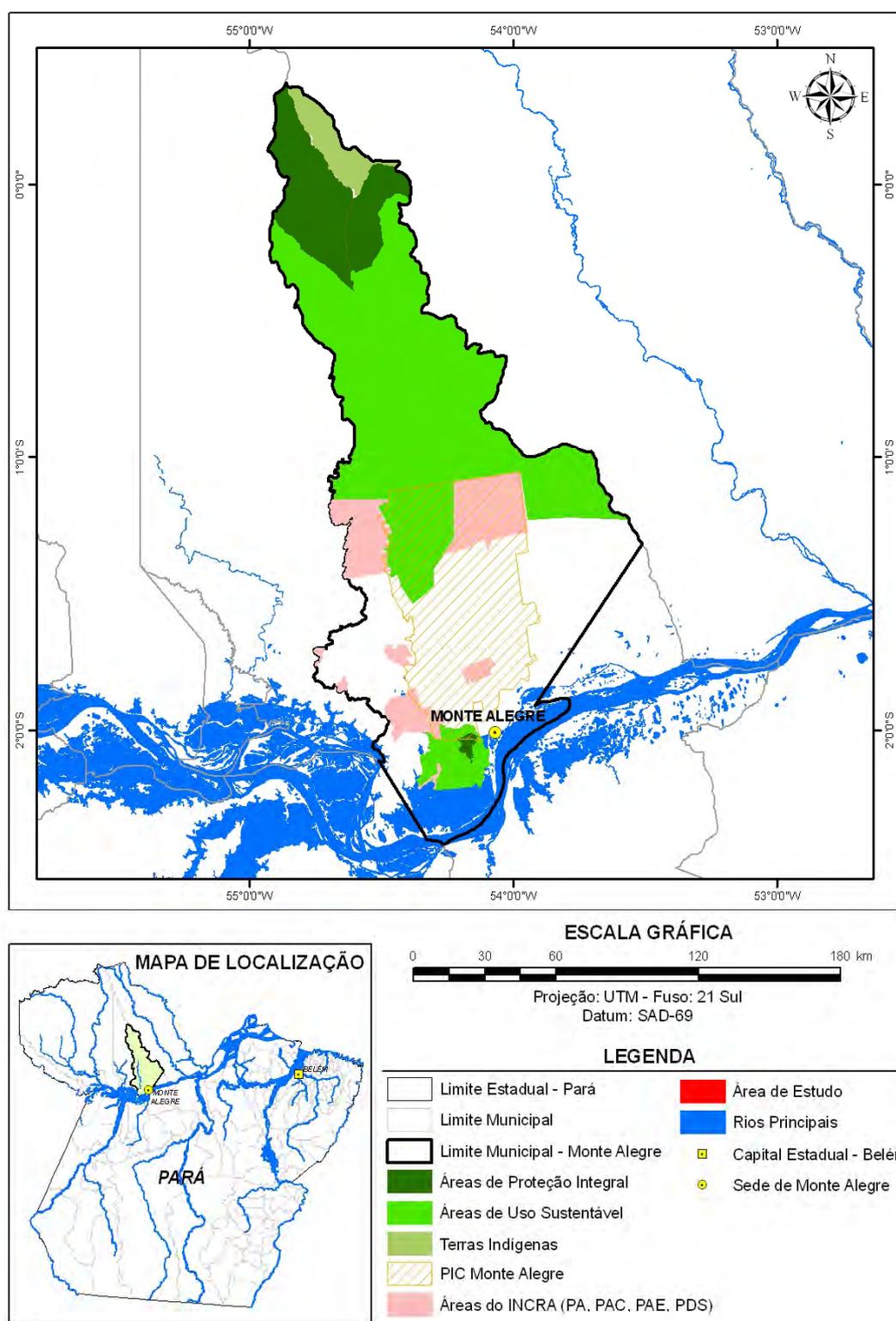


Figura 23 - Áreas protegidas atuais no município de Monte Alegre.

O Proecotur

A criação de unidades de conservação no município de Monte Alegre volta à tona em 1994 a partir de novas concepções de ações para a Amazônia. Essas têm como objetos a implementação de um turismo ecológico que permita o desenvolvimento e a conservação do ambiente. Os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo realizaram uma série de atividades destinadas a dinamizar o turismo no Brasil por meio do Programa Nacional do Ecoturismo, como por exemplo, o Workshop Internacional de Ecoturismo, realizado em 1994, na cidade de Manaus. Esse programa estimula o segmento em todo o País e priorizou as unidades de conservação e seus entornos, além de articular as diversas ações relacionadas ao Ecoturismo e executadas pelo poder público. Ações essas que incluem, por exemplo, os Programas de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur).

O Programa Nacional de Ecoturismo foi lançado em 1995 e iniciou sua atuação com a formação de um Grupo Técnico de Cooperação – GTC – Amazônia, responsável pela implantação de um projeto piloto da Amazônia Legal, compreendida pelos estados de Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Foram definidos os pólos de ecoturismo em cada estado.

O Proecotur foi criado com o suporte do Banco Mundial para atuar nos estados da Amazônia brasileira. Seu objetivo principal foi viabilizar o ecoturismo como uma atividade sustentável para o desenvolvimento da Amazônia Legal, dando suporte financeiro a instalação de infra-estruturas nos pólos ecoturísticos. Um dos objetivos específicos do Proecotur foi à proteção e o desenvolvimento dos atrativos turísticos da região, por meio de medidas como a criação de áreas protegidas com manejo específico para ecoturismo em pólos definidos pelos governos estaduais (PNUD, 1999).

Cabe salientar que ações planetárias, desenvolvidas pós Rio-92, são contestadas por muitos autores, entre elas, a criação do Fundo de Biodiversidade, sustentada pelo ramo privado do Banco Mundial a International Finance Corporation (IFC) e Global Environment Facility (GEF). O financiamento do ecoturismo como marketing turístico em áreas protegidas e *habitats* naturais para turistas ricos estão entre as áreas financiadas (PIMBERT E PRETTY, 2000; DOWIE, 2006).

No Pará, o governo estadual contratou o Projeto Beija-Flor, em 2000, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará. Foram identificados seis Pólos turísticos: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Tapajós e Araguaia/ Tocantins e Xingu. Nesses pólos efetuaram-se diagnósticos, identificação de produtos e negócios turísticos prioritários. O Proecotur foi instalado na Sectam e em 2000 iniciaram-se as ações estabelecidas nos diagnósticos realizados. Dentre os resultados obtidos e de acordo com os

objetivos do Proecotur, estava a criação de unidade de conservação em Monte Alegre; Santarém e em Oriximiná, todos os municípios pertencentes ao pólo Tapajós.

Em Santarém foram criadas as unidades de conservação Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão (Lei nº. 17.771 de 02/07/03) e a Área de Proteção Ambiental de Aramaná/Belterra (Lei nº. 097 de 30/05/03). No município de Oriximiná, a comunidade foi desfavorável a criação de unidades de conservação. Em Monte Alegre foram criadas a Área de Proteção Ambiental Paytuna (Lei estadual nº. 6.426 de 19/12/ 2001) e o Parque Estadual Monte Alegre (Lei nº. 6.412 de 9/11/ 2001).

Em 2001, o Museu Goeldi foi contratado pela Sectam para elaborar os estudos de avaliação ambiental para criação de unidades de Conservação no Pólo Tapajós. O interesse do Museu Goeldi em realizar esta pesquisa, se deu em função de que pesquisadores da instituição já atuavam na região realizando trabalhos de arqueologia. Edithe Pereira arqueóloga e pesquisadora do Museu Goeldi que já conhecia a região por conta de seus estudos sobre as pinturas rupestres da área foi coordenadora. Eu fui convidada a participar do estudo pela minha experiência no trabalho realizado no Parque Nacional do Jaú e ter participado da elaboração do Snuc. Na ocasião, o Snuc já havia sido aprovado e era o principal documento legal e, portanto, norteador do processo para criação de unidades de conservação.

O Estado do Pará não possui sistema estadual de unidades de conservação. Os processos para a criação de unidades de conservação no Estado ocorreram a partir da elaboração de um Projeto de Lei pelos técnicos da Sectam e esse projeto foi então encaminhado para a Assembléia Legislativa Estadual. Na Assembléia, os projetos passaram por avaliação das comissões: de Constituição e Justiça; Agricultura, Terras, Indústria e Comércio e da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia. Uma vez aprovado por estas Comissões o então Projeto de Lei foi enviado para a Casa Civil para ser assinado pelo Governador.

Conforme estabelecido na Lei do Snuc, em seu Cap.IV Art.22 e parágrafos § 2º e 3º, a criação de unidades de conservação deve passar pelo processo de consulta a sociedade. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. Além disso, no processo de consulta que trata o § 2, o Poder público é obrigado "a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas".

Assim, a proposta para a criação de unidade de conservação em Monte Alegre teve como principal premissa a participação da sociedade civil e das comunidades que poderiam ser diretamente afetadas com a sua criação e implantação. Essa determinação de que a

sociedade local tomasse parte da discussão e da decisão de se criar uma unidade de conservação estadual foi pioneira no estado do Pará.

A criação de uma unidade de conservação na região de Monte Alegre tornou-se premente após a divulgação em 1996 dos trabalhos das arqueólogas Ana Roosevelt e Edithe Pereira além das pesquisas do Grupo Espeleológico do Pará. Todos os resultados voltados para a importância da proteção dos sítios arqueológicos e das cavernas da região. Além dos resultados divulgados pelos *workshops* que definiram as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na Amazônia.

Nesses eventos que ocorreram nos anos de 1990 e 1999, a região de Monte Alegre foi priorizada como importante para a conservação da biodiversidade. Segundo o relatório apresentado durante o Workshop 90 (Prioridades Biológicas para a Conservação da Amazônia), onde a classificação das áreas foi baseada na síntese de biodiversidade e critério de endemismo, assim, Monte Alegre foi inserido na região Jari-Trombetas de nº. 60 no mapa. Essa região inclui a transição entre o escudo das Guianas e a planície sedimentar do baixo Amazonas. Por possuir solos eutróficos, planaltos, campos rupestres, escarpas e campos baixos foram reconhecidos pelos pesquisadores como alta diversidade ambiental e biológica.

A parceria do MMA com a Conservação Internacional do Brasil organizou, em 1999, o Workshop Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal. Na avaliação deste Workshop, a região de Monte Alegre foi considerada pelos critérios de Índices de Pressão Antrópica na área Core e de Importância Biológica como de “informação insuficiente”. No mapa resultante do Workshop, a área foi classificada como área de número 409 - conhecida como Campos de Monte Alegre. A região é reconhecida no Workshop Áreas Prioritárias para Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade na Amazônia Legal.

Como resultado desse evento, a parte sul do município é classificada como área de extrema importância para a Biota Aquática e Serviços Ambientais. Parte do município do monte Alegre é inserida na Região dos Escudos da Guiana (EG25) no mapa final. Quanto à classificação, referente a conhecimento biológico para os grupos de mamíferos, foi considerada “com informações desconhecidas” e no tópico importância biológicas foi classificada como Alta Importância (ISA, 1999).

10.1 A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE

O histórico de criação do Pema será contado a partir de minha descrição de como realizamos as atividades no município, enfatizando o seminário realizado para este fim. Eu fui a responsável no Seminário pelos métodos participativos, utilizados pelos grupos de trabalho para definir a área ser criada. Para tanto, além das minhas anotações de campo sobre o fato, lanço mão de depoimentos coletados por mim e dos relatórios elaborados por pesquisadores do Museu Goeldi para a criação da unidade.

Uma equipe multidisciplinar foi estruturada para avaliar rapidamente as características ambientais da área. A equipe foi formada por geólogos que já estudavam a região desde 1980; sendo composta também por: biólogos, ecólogos, sociólogos, engenheiros florestais, arqueólogos e geógrafos, além dos técnicos da Sectam, Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Proecotur. A parte do município onde poderiam ser criadas unidades de conservação e, portanto, objeto da pesquisa, compreendia a área do complexo das serras do Ererê, Paytuna, Mutuacá e nas várzeas e lagos, resultantes dos estudos realizados pelo Idesp em 1988 e 1992. Cabe acrescentar que, segundo o técnico da Sectam, “estas áreas pertenciam ao Estado”, conforme estudos realizados pelo Iterpa.

A Sectam coordenou esse processo com o apoio da Secretaria de Produção do Estado e da prefeitura do município. Esse envolvimento da Prefeitura ocorreu em função da implantação de programas de infra-estrutura do Proecotur no município, além de fatores políticos como o compadrio partidário entre o prefeito de Monte Alegre e o governador do Pará. O secretário de agricultura, meio ambiente e turismo, ao afirmar:

“a princípio fui opositor a criação de unidade de conservação no município, por que haviam questões políticas atravancadas, mas agora o desenvolvimento do turismo pode ser alavancado, estamos sem recursos e então o único projeto é da criação de unidades de conservação”.

Isso se refere ao aceite para a criação de áreas protegidas no município e a perspectiva de chegada de recursos financeiros. Na ocasião sua secretaria, ele estava negociando projetos com o MMA via Programa de Desenvolvimento tipo “A” (PDA) para atividades de repovoamento dos lagos, instalação de SAF’s na região, que não foram contemplados. Para o secretário de obras do município, a criação de unidade de conservação é uma possibilidade de o município entrar no roteiro turístico nacional e internacional para ele:

“Monte Alegre tem suas características ambientais esta é uma possibilidade de aprimorar o fator natural, temos perspectivas esperançosas, traz divisas para o município e o prefeito dá muito apoio, não tem reflexo agora, mas está se evidenciando. Vamos para o circuito internacional do E.M.A. um projeto internacional de modalidade esportiva de rallys e velas, isso vai contribuir para o aspecto do desenvolvimento econômico.”Sr. Liberato Sodré, secretário de obras, entrevista em 12/06/2001.

Um seminário para discutir a criação da unidade foi proposto pelos pesquisadores do Museu Goeldi e da Ufpa, em 18 de junho de 2001, para garantir o envolvimento da sociedade local na discussão. A perspectiva foi de se criar concretamente uma discussão durante o seminário sobre a criação ou não de unidades de conservação e suas conseqüências para todos os atores envolvidos e a conservação da biodiversidade. Entre os temas, foi proposta a discussão sobre compatibilização da presença humana com a conservação e com a melhoria de vida das populações rurais mais pobres nas várias categorias de áreas protegidas. Esse envolvimento passa a ser requisito para a conservação da biodiversidade (PIMBERT e PRETTY, 2000)

O “I Seminário para Criação de Unidade de Conservação no Município de Monte Alegre- Pará”, patrocinado pelo Proecotur e com apoio prefeitura municipal, ocorreu após as atividades de campo. Seu objetivo foi apresentar a proposta de criação de uma unidade de conservação e discutir a sua delimitação, caso a proposta fosse aceita, nomeação e manejo. A divulgação do seminário foi realizada por meio de “folders” fartamente distribuídos na cidade, chamadas em programas de rádio comunitária e visitas as comunidades do interior e do entorno da área proposta. As visitas às comunidades foram realizadas com o apoio da prefeitura e do então secretário de agricultura do município. A prefeitura, por ocasião da eleição recente eleição municipal, ocorrida em 2000, havia criado e mantinha uma rede de representantes comunitários designados pelo prefeito como presidentes de sua comunidade, e era com eles que se travaram os diálogos (ver capítulo 2 desta tese).

Durante 15 dias foram visitadas as comunidades de Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Juruba, São Diogo, Nazaré, Cuçaru, Umarizal, Paytuna, Curicaca. Os motivos das visitas foram, além do propósito de informá-los sobre o trabalho dos pesquisadores que estavam na área, o de convidá-los a participar do Seminário. Ao chegar às comunidades, o secretário da prefeitura dirigia-se ao presidente da comunidade e lhe entregava um convite assinado pelo prefeito e o “folder” sobre o seminário.

As conversas com os moradores aconteciam na medida em que outros, ao verem o veículo da prefeitura chegar, aproximavam-se para saber do que se tratava. Em cada comunidade foi realizado uma entrevista com o presidente, e alguns outros moradores que se dispuseram a relatar seu cotidiano e a sua relação com os recursos naturais. Nessas

rápidas reuniões foram também repassadas aos moradores a importância da presença com suas idéias e sugestões ao Seminário.

Participaram do Seminário, realizado no dia 18 de junho de 2001, lideranças urbanas e das comunidades de Paytuna, Ererê, Cuçaru, Lagos das Lages, Santa Cruz, Curral Grande, Surubiju, Curicaca, Maxirá, Maxirazinho e São Diogo. Como representantes da sociedade civil organizada contou-se com a presença de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Colônia dos Pescadores-Z11, da Associação do Horto Agroflorestal, da Associação do Bairro do Curaxi, e da Associação Comercial. Estavam representadas as seguintes instituições: Departamento de Trânsito (Detran), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Faculdades Tocantins, Assembléia de Deus, Associação das Diretoras das Escolas Municipais, Ministério Público e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Secretaria Estadual de Agricultura (Sagri), além de moradores da cidade. Totalizando cerca de 180 pessoas ao longo do dia.

O seminário aconteceu na cidade e teve um dia inteiro de atividades distribuídas em duas seções. Uma pela manhã quando foram apresentadas as informações obtidas pela pesquisa biológica, fundiária, geológica e política (apresentação da Sectam e do Proecotur); e uma segunda seção que foi precedida de uma explanação sobre o que são unidades de conservação, para que servem as categorias de manejo existentes e como são criadas. A aprovação pela criação da unidade de conservação foi unânime entre os participantes.

Durante o seminário, a participação das comunidades foi além de espectadores e ouvintes. Buscou-se a compreensão sobre os dados apresentados pelos pesquisadores e técnicos para que cada comunidade presente no seminário fizesse seus relatos e questionamentos quanto à proposta de criação de unidades de conservação no município. Após cada apresentação foram formados grupos de trabalho com os presentes para que as dúvidas fossem esclarecidas. Durante este procedimento perguntas e comentários como “a gente vai ter que mudar de lugar?”; “e quem tem terras dentro da reserva do governo, como ficam?”; “eu conheço lugar com pinturas que ninguém viu”. A preocupação maior das comunidades foi com a questão fundiária. A escolha da área para a criação de unidade de conservação onde não houvesse ninguém morando foi o que mais suscitou debates.

O trabalho para delimitação e nomeação da área para a criação da unidade de conservação foi realizado com o público presente. Formou-se 6 grupos de trabalho. Cada grupo recebeu um mapa cartográfico (IBGE, FI.20) do município, indicando a localização dos rios, lagos, serras, estradas, comunidades e a área sugerida para a criação de unidade de conservação delineada. Uma folha de papel transparente colocado em cima do mapa devia receber a proposta de delimitação de cada grupo. Os grupos receberam também os

textos explicativos sobre cada categoria de manejo e o que se permitia ou não nessas categorias. Cada grupo foi acompanhado por um pesquisador que teve como função dar assessoria ao grupo.

Cada grupo propôs sua categoria de manejo e sua delimitação da área a ser criada. As proposições foram apresentadas em plenária e em conjunto se definiu a unidade de conservação a ser criada. As categorias de manejo mais sugeridas foram as de uso sustentável. Para dois dos grupos formados toda a área deveria ser de uso sustentável, e as categorias propostas foram Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) para um grupo e Área de Proteção Ambiental (APA) para o outro.

O argumento utilizado pelos grupos foi de que “se tem gente vivendo então não pode proibir nem retirar as pessoas”, demonstrando que embora tenham sido a favor da criação de unidade de conservação no município, esta não deveria impedir a manutenção de suas vidas, ou trazer modificações em seus territórios. As categorias de manejo propostas não viabilizam a retirada de moradores da unidade.

Os outros quatro grupos formados propuseram a criação de duas categorias de manejo na área total. Os grupos sugeriram a criação de uma unidade de Proteção Integral da categoria parque e a outra de uso sustentável. As categorias de manejo de uso sustentável foram a RDS para um dos grupos e ou outros três sugeriram uma APA. Para os grupos, a criação de um parque nas serras “onde não vive ninguém iria gerar benefícios e atrair mais visitantes para a cidade”. E a APA seria para “proteger o que sobrou e onde já tem gente”. Essa interpretação dos grupos favoreceu a proposta do estado, que defendeu a criação de um parque para o município. Na consolidação do mapa final, as categorias propostas foram decididas por consenso. A plenária aprovou o mapa final, criando um Parque, desenhado onde não havia nenhum morador e uma APA, que abrangia o restante da área (Figura 24).

A nomeação das áreas também foi proposta pelos grupos. E o nome final decidido por votação da maioria. Para o Parque Estadual foram sugeridos os nomes de: Monte Alegre, Pinta Cuia, Gurupatuba, Paytuna e Parque de Preservação das Civilizações, sendo escolhido por unanimidade: Parque Estadual Monte Alegre. Os nomes sugeridos para o Parque tinham como viés as atrações arqueológicas e geológicas, mas prevaleceu o nome do município com a justificativa de que traria mais reconhecimento e visibilidade ao município. Para a APA, os nomes sugeridos foram: Urixiacá, Pinta Cuia, Paytuna, Gurupatuba, Terra da Luz e Maicuru, sendo escolhido o nome de Área de Proteção Ambiental Paytuna, por decisão geral com o argumento de que a comunidade Paytuna deveria ser valorizada por ser uma comunidade muito antiga.

Vale destacar que não surgiu nenhuma proposta para criação de, por exemplo, uma Resex. Essa decisão provavelmente deve-se a expansão da “idéia” de criação de RDS na

Amazônia. A RDS Mamirauá como nova concepção de conservar biodiversidade bem sucedida na Amazônia, era tema que se discutia principalmente nas comunidades de várzea e no âmbito das colônias de pescadores. O argumento era de que esta categoria “trazia mais benefícios” para as comunidades. O outro motivo talvez esteja relacionado a identidade dos moradores em relação ao uso de recursos.

A maior parte dos comunitários presentes no Seminário tinha como principal atividade a agricultura e a pesca, enquanto que as Resex estavam associadas aos seringueiros. O método utilizado para definir a unidade de conservação a ser criada e qual categoria foi envolvente. Cada grupo formado recebeu material para trabalhar e teve assessoria de um pesquisador. Mas será foi dado, aos participantes, tempo suficiente para assimilar a idéia? É claro que a formação dos grupos foi aleatória, mas as diferenças culturais e perspectivas entre eles eram grandes, sem contar que as prioridades de cada um dos atores eram distintas. Além da influência dos pesquisadores que de certa forma ao auxiliar o grupo com alguma explicação poderiam passar sua opinião sobre a categoria de manejo a ser estabelecida.

Embora a proposta de criação de uma unidade de conservação de proteção integral tenha surgido, esta foi debatida durante a apresentação dos grupos, ficando claro que se fosse criar uma área de proteção integral esta deveria ser onde “não havia ninguém morando”. Sabia-se das expulsões ocorridas em Santarém, na ocasião da criação da Floresta Nacional do Tapajós. Mas a proposta pode ter ganhado adeptos na apresentação do técnico da Sectam e da Prefeitura que supervalorizaram a categoria de manejo gerando muitas expectativas para os participantes. Expectativas essas, sobretudo na geração de emprego, por ser essa categoria a que mais atrai visitação pública e ecoturistas, sendo, portanto, de interesse para investimentos do Proecotur.

Esse exercício permitiu a participação efetiva dos principais atores afetados no processo de criação das unidades de conservação, porém o real significado dessa participação deve ainda ser mais bem avaliado. Está claro que não houve uma automobilização, o que é o desejável. Mas também não se pode afirmar que foi um processo totalmente de “cima para baixo”. O que se pode avaliar é que abriu “janelas” para novas perspectivas de ação comunitária. O seminário mobilizou a cidade e as comunidades que iriam ser afetadas pela criação da unidade de conservação proposta pelo estado. Nesse processo de discussão e de tomada de decisão, os participantes mapearam as áreas a serem criadas, delimitando-as e nomeando-as.

Isso provavelmente despertou novas expectativas para esses atores, visando ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida pela repartição justa e equitativa dos benefícios advindos dessa ação coletiva e política. É claro que motivou o poder público local e gerou perspectivas a outros atores locais, principalmente os que possuíam hotéis e

contatos externos para atrair turistas e outros investimentos. Para os pesquisadores que vivenciaram o processo, a participação de populações locais foi valorizada a partir do momento em que se envolveram nos debates e lançaram suas propostas.



Figura 24 - Seminário para criação das unidades de conservação em Monte Alegre. (acervo pessoal)

10.2 ATORES INSTITUCIONAIS E ATORES LOCAIS

Processos, envolvendo múltiplos atores sociais, são construídos com base em modelos disponíveis de pesquisas participativas, permitindo a ampliação do espectro de representantes e a atribuição de responsabilidades nas tomadas de decisão. Os grupos comunitários, as organizações sociais, o setor privado, as universidades e os governos passam a ser incluídos nesses processos. Por meio das parcerias assim formadas, prioridades sociais, de pesquisa e questões de manejo podem ser abordadas de uma maneira mais cooperativa e transparente. Os atores institucionais envolvidos no planejamento do Pema não foram muitos diferentes desde a sua criação.

Considere aqui as entrevistas realizadas desde o período da criação do Pema e às realizadas durante a execução desta tese. Entrevistei organizações locais, prefeitura, moradores da cidade de Monte Alegre e órgãos gestores. A prefeitura municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Colônia de Pesca que no período de criação do Pema se envolveram diretamente e afastaram-se durante o decorrer da elaboração do plano de manejo. Outros grupos aproximaram-se como a associação dos motos boys, comerciantes e proprietários de hotéis e pessoas físicas interessadas na demanda turística por vir.

O sindicato dos trabalhadores rurais

Para o STR, a criação da unidade poderia favorecer a muitos moradores do município desde que de fato estes estivessem integrados aos programas da prefeitura, o que geralmente não ocorria. Para eles, a criação da unidade de conservação poderia contribuir com a redução das queimadas e talvez com a criação de novos mercados para escoamento da produção, visto que as estradas de acesso ao município poderiam ser mantidas. A discussão das questões ambientais no STR é recente, materializou-se com as parcerias surgidas com ONGs externas que trouxeram o projeto da Casa Familiar Rural para atender aos agricultores da várzea. A criação das unidades de conservação estava atendendo também a conceitos como o desenvolvimento sustentável, que no entender da diretoria do Sindicato:

“é a promoção do desenvolvimento do homem com o meio em que ele vive, de onde tira sua sobrevivência, de modo que ele se sinta bem sem destruir o meio ambiente- melhora a qualidade de vida sem destruir o meio ambiente- é o inverso dos grandes projetos que vem para Amazônia, que levam e sucateiam, sustentável é o que se usa e não faltar, que daqui a 10 anos possa manter seu padrão de vida real”.

Uma das preocupações levantadas pela diretora do Sindicato referiu-se a situação das comunidades mais diretamente próximas ao Pema. Para eles, essas comunidades teriam mais a perder do que ganhar porque a vocação do município é agrícola e “onde eles irão plantar?” Uma das maneiras para amenizar o desemprego, segundo o STR, seria a realização de ações nas comunidades levando a geração de trabalho a partir do parque. Perguntado como, não souberam explicar.

Ao longo dos procedimentos para a elaboração do plano de manejo do Pema não houve nenhuma aproximação do STR junto aos moradores do entorno ou em participação nas oficinas realizadas na cidade de Monte Alegre ou em Belém. Segundo seu dirigente atual, quando convidado, ele informou que preocupação do sindicato no momento era quanto “a invasão da soja do município” e a elaboração do Plano Diretor Municipal, além do que estava no momento sem pessoal para acompanhar “esses trabalhos”. Afirmou que não conhecia a região, mas estava atento aos noticiários.

Colônia de pesca Z-11

Durante o Seminário para a criação da unidade de conservação, representantes da colônia apoiaram a criação do Pema e da APA. Para eles, a chegada das unidades de conservação poderia melhorar não só a pesca, mas também a sua “forma de renda e de vida”. Para os pescadores, o parque não diz muito, “lá não tem lagos ou igarapés, mas pode ajudar aos moradores mais perto”. Essa ajuda, segundo os pescadores, deveria chegar conforme foi falado na reunião com “geração de emprego e renda”. A colônia de pesca Z-11 atua também com a prestação de serviços aos seus associados. Dentre os serviços está o cadastramento de pescadores que terão acesso ao seguro-desemprego durante o período do defeso. Muitos moradores das comunidades de Santana, Paytuna e Lages, são pescadores cadastrados na Z-11 e dependem dos serviços prestados por essa organização.

O Plano Diretor do Município e o Parque

Para a prefeitura do município, com o Pema, a “chegada de recursos para o desenvolvimento da indústria do turismo na cidade e no município é fato”. Segundo o Secretário de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, isso se concretizará com o plano de manejo, pois trará visibilidade ao município e incentivos econômicos com o incremento do turismo como expresso em sua fala ao afirmar:

“hoje, infelizmente o acesso ao Pema está totalmente desregulado, descontrolado, não temos nenhum controle sobre os acessos [...] é o plano de manejo com certeza e estamos aguardando, assim, com otimismo que ele possa atender as demandas que estão escondidas e a gente possa dizer: olha o município está organizado nesse aspecto, agora vamos trabalhar outra parte que é os setores que estão atrelados a hotelaria, o taxista, o restaurante, o plano de manejo vai trazer dividendos ao município”. Francisco Lima, secretário municipal de agricultura, turismo e meio ambiente. Entrevista em 06/03/2006

O interesse pelo Parque Estadual Monte Alegre por parte da prefeitura se amplia a partir da obrigação de implantar o Plano Diretor do Município³⁶ (PDM), até outubro de 2006.

A prefeitura de Monte Alegre organizou a partir de maio de 2006 diversas audiências e reuniões nos bairros da cidade e nas comunidades do interior para pautar junto aos moradores as propostas a serem transformadas em lei para o ordenamento do município. A idéia central de PDM era definir as bases para o crescimento de forma mais justa para as cidades. Durante as reuniões com os representantes das comunidades convidados especificamente para o evento, PDM foi apresentado. Os objetivos desses eventos foram: mapear os principais problemas das comunidades, discutir e definir ações de desenvolvimento para o município sem agredir o meio ambiente e elaborar propostas para o município.

Os líderes presentes na primeira reunião deveriam retornar as suas comunidades apresentar as propostas sugeridas na reunião e, *a posteriori*, apresentá-las em uma conferência municipal. Durante a conferência municipal, as propostas de todas as comunidades, associações de bairros e da sociedade civil do município seriam rediscutidas por categorias de ação. O resultado da conferência seria apresentado a Câmara dos Vereadores do município e se aprovada transformada em Lei Municipal, norteadora das futuras decisões para o município.

Na região onde está localizado o Pema, as comunidades do entorno foram convocadas para as audiências em períodos diferentes. As comunidades de Ererê, Maxirá e Maxirazinho foram inseridas no grupo das comunidades dos colonios e as comunidades de Lages, Paytuna e Santana no grupo das comunidades da beira. A audiência em que as comunidades de Maxirá e Ererê participaram foi realizada na CANP. Nessa audiência, os técnicos da prefeitura fizeram uma explanação sobre as características geográficas, econômicas e sociais do município. A região onde o Pema está situado foi destacada pela existência das serras e pinturas rupestres e, portanto, com potencial turístico e cultural para o município, sem, no entanto citar a existência da unidade de conservação.

³⁶ Pelo Decreto Federal nº. 914 de 06/09/1993 - Todos os municípios com mais de 20.000 habitantes deveriam elaborar seus PDM com a participação dos moradores. O modelo foi proposto pelo governo federal e representantes dos municípios receberam capacitação e farto material de divulgação para promover as audiências.

Os conflitos por terras e a ausência de posto de saúde, escolas e outros aspectos da infra-estrutura nas comunidades foram os problemas e as necessidades citados, nessa reunião. A questão ambiental foi destacada pelas denúncias de existência e manutenção de caça com cachorros em diversas áreas próximas as comunidades. A pesca com malhadeira de mica, inapropriada, também foi citada como problema ambiental.

Na audiência, em que os representantes das comunidades de Lages, Paytuna estiveram presentes, foram apontados como potencialidades a pesca, o turismo, a agricultura alternativa e a piscicultura. Os principais conflitos ambientais foram caracterizados pela pesca predatória, queimadas, extração da madeira, caça com cachorro e criação de pequenos animais soltos e sem controle; e em nenhuma das audiências houve qualquer alusão a existência de áreas protegidas tanto por parte das comunidades como da Prefeitura. O poder público local e os moradores das comunidades do entorno trataram de maneira separada as competências públicas, ou seja, o Pema não foi visualizado. A região foi considerada com um território do município e nesta discussão como uma área com possibilidades de favorecer aos seus interesses.

A Assembléia Geral para consolidação do PDM foi realizada na cidade de Monte Alegre e reuniu os delegados representantes das regiões municipais. A questão do Pema, como unidade de conservação ganhou destaque na discussão. Uma das sugestões levantadas e aclamado em plenária pela maioria dos delegados presentes foi o reconhecimento e a inclusão da unidade de conservação como território do município.

Dois capítulos da Lei municipal nº. 4.664 de 6/10/2006, que dispõe sobre o PDM, contemplam a questão das unidades de conservação do município. No Capítulo I que trata das políticas do desenvolvimento municipal, o Art. 11 inciso IV da proteção ao meio ambiente que trata das diretrizes para promover o turismo, Art.34, VII: pactuação com o governo do Estado para a municipalização da gestão do Parque Estadual Monte Alegre e da Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna.

Quanto às demais unidades de conservação que existem no município, é no Capítulo II Seção I Da Política Ambiental, subseção II Art.44 que o Município manifesta sua inclusão na questão ambiental. Nesse Artigo vislumbra-se “buscará se articular com os órgãos ou entidades federais e estaduais responsáveis pelas unidades de conservação, objetivando o envolvimento na gestão das unidades de conservação localizadas em seu território” (LEI nº. 4.664 de 6/10/2006).

Os moradores da cidade

Durante a elaboração do plano de manejo foram realizadas duas reuniões com os moradores da cidade de Monte Alegre. As reuniões foram organizadas pelos pesquisadores

responsáveis pelo estudo de uso público do Pema e tiveram apoio das Associações dos moradores dos bairros, alguns empresários da cidade e conservacionistas.

Quando se divulgou na cidade que seria elaborado o plano de manejo para a unidade de conservação, houve algumas manifestações expressas no site do município (www.montealegre.oi.pa.com.br, acesso em novembro de 2005), alertando aos leitores para o que iria significar a realização “desse empreendimento que despertava curiosidade e apreensão na cidade”. Essa notícia não gerou repercussões negativas, mas aproximou da equipe de pesquisadores pessoas interessadas no encaminhamento que iria ocorrer.

O processo de “envolver a coletividade” tem início com a identificação dos múltiplos atores envolvidos que estão interessados, ou deveriam mostrar-se substancialmente interessados na elaboração do plano de manejo, com base na percepção da intensidade que esta ação poderá influenciá-los ou influenciar a satisfação dos interesses que eles representam. Foram identificadas diferentes categorias de interesses dos moradores da cidade para com a “oficialização” do parque, tendo como destaque: os que se auto-intitulam como conservacionistas, que apóiam a elaboração do plano de manejo por entender a necessidade de se regulamentar as visitas a unidade e com isso garantir a proteção do Pema.

Nesse grupo de pessoas estão os que realizam caminhadas ecológicas para a área, tanto com turistas externos quanto com os moradores da cidade interessados em conhecer “as pinturas”. Estão também os moradores que acompanharam pesquisadores como Ana Roosevelt e do GEP, nos estudos realizados nos anos 1990. Esses moradores são reconhecidos e indicados na cidade aos turistas e interessados em visitar o Parque como os guias e os que detêm conhecimento da área. Os que possuem titulação de terras nas proximidades da região do Pema; os moradores que desejam ampliar negócios com a demanda turística e são os donos de hotéis e pousadas da cidade. Os que vêem na implantação do Pema novas oportunidades de negócios, como comerciantes e representantes da Associação de moto-boys da cidade, os professores e os aposentados.

As duas reuniões ocorreram também nos meses de agosto e setembro em paralelo com os encontros dos moradores do entorno. A convocação foi realizada pela rádio local e as associações, representações da cidade. A primeira reunião tratou de informar sobre o que significava um plano de manejo, os conceitos e gestão de unidades de conservação e obter dos participantes sua percepção sobre a unidade. A segunda reunião tratou mais especificamente do plano de manejo e sobre a visita ao Pema (Figura 25).

Apesar do entusiasmo inicial, demonstrado pelos moradores da cidade com relação ao processo de envolvimento na elaboração do plano de manejo, a presença nos encontros foi baixíssima. Nesse contexto, a falta de engajamento pode ser atribuída a diversos fatores:

- muitos moradores da cidade não se dispuseram a sair para a reunião, que foi realizada na cidade alta, após o expediente de trabalho;
- as diferenças sociais existente na cidade pode ter isolado muitos dos interessados em participar;
- a questão ambiental não atraiu os moradores da cidade.



Figura 25 - Encontro com os moradores da cidade que discutiu o plano de manejo.

As seguintes questões foram elaboradas e aplicadas aos participantes:

Fase 1 – Plano de Manejo do Parque Estadual de Monte Alegre: em sua opinião qual utilidade de um Plano para o Parque de Monte Alegre? Nesse estudo, o que não pode faltar? Você gostaria de fazer parte desse estudo, ou trabalho de campo? Por quê? Como você poderia ser útil? Qual a sua expectativa com o resultado da pesquisa? Você acha que a abertura do parque irá trazer desenvolvimento (crescimento) do turismo para Monte Alegre?

Fase 2 – Implementação do Parque de Monte Alegre. Quando o parque estiver aberto à visitação: você acha que deve ser cobrada taxa de visitação e/ ou manutenção? Você espera que tenham guias para conduzirem sua visita? Quem deve gerenciar o parque? Antes de começar a visitação as pessoas precisam ser esclarecidas sobre como devem se comportar durante a estada no Parque, você se importaria de assistir um vídeo explicativo com as devidas orientações? Se SIM, qual seu opinião? Que serviços você gostaria de encontrar no parque? Você acha necessário que os visitantes sejam revistados ao entrarem ou saírem do Parque? Como você gostaria de ser recebido no Parque? Para que sua visita receba nota 10, o que não pode faltar? Como você gostaria de ser transportado até o Parque? Você gostaria de praticar algum esporte no Parque?

Em um primeiro momento da reunião foi aberta para que os participantes citassem o que conhecem e o que lhes chama atenção na unidade. Das 34 pessoas que participaram da reunião, 25 deles já tinham ouvido falar da existência do parque no município, os demais desconheciam a existência do Pema. Quando perguntados se já haviam visitado o parque e o que lhes atraiu a região: 23 responderam que já haviam visitado o Pema e os motivos foram ver de perto as pinturas rupestres, as formações geológicas e a vista panorâmica do alto das serras.

Os que não tinham ido ao Pema alegaram que a dificuldade de acesso a região, falta de dinheiro para alugar uma “Toyota” na cidade e não ter ninguém para explicar ou dar informação sobre as pinturas. Muitos dos participantes nessa reunião criticaram a prefeitura municipal por não proteger a região e não citaram a Sectam ou Paratur como responsáveis pela unidade. Houve também críticas aos moradores do entorno que foram acusados de destruírem o local com práticas de caça e instalação de pastos dentro do Pema. A questão da educação ao visitante foi citada como importante e que esta deve ocorrer em todos os níveis. O exemplo citado para fortalecer esta opinião é que irá impedir a destruição das pinturas rupestres, pois segundo um dos participantes “até o secretário do governo queria rabiscar seu nome nas pinturas, quando foi conhecer o Pema”.

Sobre o plano de manejo e sua utilidade para o Pema as respostas, envolvendo turismo, predominaram “será essencial para desenvolver o turismo na cidade”. Para outros, “irá gerar informações sobre como será utilizado o parque” e a proteção “das plantas e dos

bichos estaria garantida”. Para mais de 60% dos participantes, a elaboração do plano de manejo depende de “suporte científico” porque para eles “no manejo do parque a ciência é importante, porque o visitante vai lá e toma uma aula de Amazônia, os animais, as florestas, as ambigüidades existentes”. No entanto, quando questionados como poderia colaborar com a pesquisa 90% se recusou, alegando falta de tempo para tal exercício. A expectativa com os resultados da pesquisa e que esta seria a responsável “por tudo, vai dizer tudo o que deve ser feito no parque”, questões relacionadas ao “progresso imediato do município” e ações junto aos moradores do entorno quando afirmaram que:

“a pesquisa deveria conscientizar aos moradores da redondeza do parque, haja vista que eles não conhecem o valor que existe naquele local, tanto para ciência como para o turismo comercial”

Essa postura dos moradores da cidade reforça a crença de que por meio da ciência as soluções serão encontradas. E que no caso de Monte Alegre, para alguns moradores da cidade as soluções seriam trazidas por pessoas de fora, tendem a valorizar os elementos que eles consideram mais importantes em detrimento de outros. Para 100% dos que responderam ao questionário, a consolidação do Pema irá trazer desenvolvimento e crescimento para o município, para muitos deles “o potencial aqui é turístico”.

Na segunda reunião realizada com o grupo, que tratou da implementação do plano de manejo, 100% foi favorável a cobrança de ingresso ao parque. Para eles: “quem paga quer cobrar”, por isso, os recursos obtidos deveriam ser direcionados para a manutenção do Pema e se este for administrado por órgão público se deve conscientizar quem entra no parque. Também foi unânime a presença de guia ou condutor dentro da unidade. O gerenciamento da unidade, apenas para 10% dos participantes deveria ser de responsabilidade do Estado, com uma representação no município. Os demais apontaram que “uma pessoa de responsabilidade, para outros moradores locais que conhecem a região ou uma ONG regional”, 20% não souberam responder. Nenhum dos participantes apontou diretamente a Sectam como gestora da unidade. O desconhecimento ou a vontade de que o gerenciamento da unidade seja exclusivamente municipal podem ter conduzido as respostas dadas.

O transporte indicado para circular na unidade de conservação para 100% foi o veículo com tração, e a segurança foi o motivo para esta escolha. A presença de guias turísticos e serviços também foram apontados como essencial para que o Pema seja visitado. Apenas 20% indicaram que as residências de alguns moradores deveriam ser transformadas em pousadas, restaurantes ou lanchonetes o que permitiria que “os moradores não fiquem apenas vendo os dólares passarem e não terem nenhum benefício com isso”.

O desconhecimento das regras de manejo e da área levou a alguns dos participantes a propor atividades esportivas como a pesca para dentro do Pema. Para outros, a visitação e a contemplação em si já é o esporte a ser desenvolvido na unidade. Para outros, o parque deveria oferecer atrativos que não existem na cidade como a prática de futebol, ping pong e boliche.

A Sectam

Segundo Diegues (2000), a falta de financiamento, pessoal técnico, fiscalização adequada, são as causas atribuídas ao fracasso das instituições gestoras para a conservação ambiental. Soares et al (2002) também apontam a ausência de pessoal técnico como uma das dificuldades para os gestores de áreas protegidas. Costa (2006), em recente estudo, avaliou a efetividade do manejo de duas unidades de conservação de proteção integral no Pará. Nesse estudo, o autor aponta que o grau de insatisfação para o manejo da unidade é alto e a ausência do Estado é crítica para a conservação da biodiversidade local.

Em entrevista realizada com a diretora de Unidades de Conservação, Ivelise Fiock, sobre a questão ambiental no Pará e com a elaboração do plano de manejo para o Pema, esta se mostrou reticente quanto à estrutura reduzida, existente na ocasião, na Sectam. A ausência de pessoal, infra-estrutura e equipe técnica foram as dificuldades apontadas para que a Sectam elabore os planos de manejo das unidades de conservação existentes no estado. Quanto à questão da retirada do Proecotur da Sectam, segundo Ivelise, a mudança embora desnecessária, seria realizada em uma “parceria dentro do possível” com a Paratur.

A participação das populações do entorno na gestão da unidade de conservação é vista como “viável, porém nas categorias de manejo pertinentes como, por exemplo, as RDS”. As questões das populações nas unidades de conservação de proteção integral estão, segundo Ivelise, ditadas pelo Snuc. Para a diretora, a Sectam não deve ter uma postura autoritária, a conciliação entre conservação da biodiversidade e presença humana deve ser pensada.

A implementação de uma unidade de conservação está diretamente ligada à instalação de infra-estrutura para o seu funcionamento. O que segundo Ivelise “já funcionaria como uma barreira para a proteção do ecossistema, afinal a unidade não foi criada à toa”. Os benefícios de uma unidade para com a população do entorno, para a representante da Sectam estão nos “serviços como, por exemplo, guias na unidade de conservação”. A concepção é de que com isso haverá maior integração e consciência dos moradores da comunidade para com a proteção do local.

O posicionamento de técnicos da Sectam, durante a oficina de planejamento, foi limitado. Os técnicos participaram da discussão fundiária e sugeriram que a implementação do Pema deva ser custeada com recursos da compensação ambiental. Informaram que seriam em um futuro próximo deslocadas para a região do Pema dois técnicos que iriam assumir a chefia da unidade de conservação. Confirmaram também que com a reestruturação da Sectam as buscas por soluções para as questões fundiárias estavam sendo encaminhadas em conjunto com o Iterpa. Não contribuíram com as propostas de manejo para o Pema. Para eles, o importante seria o trabalho final que teria que passar pela aprovação do órgão. Passados nove meses desde a conclusão do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre, a Sectam ainda não havia realizado a avaliação do documento.

A Paratur

A Empresa Paraense de Turismo se insere no processo a partir da elaboração do plano de manejo. Segundo a técnica responsável pelo acompanhamento dos estudos, Rita Moreira, a Paratur estava preparada para participar das discussões sobre uso público da unidade, embora não participasse diretamente das pesquisas. A questão é meramente burocrática e política. Cabe a Paratur gerenciar as obras de infra-estrutura dos na fase de pré-investimentos dos pólos componentes do programa.

No caso do pólo Tapajós este, segundo a Paratur, possui um apelo muito grande para o desenvolvimento do turismo ecológico e de pesca desportiva. Também, possui um potencial bastante forte para atrair cruzeiros fluviais. Para o município de Monte Alegre, além do apoio para a criação das unidades de conservação e elaboração do plano de manejo, foi doado um bote de alumínio para percorrer a unidade de conservação.

10.3 O PLANO DE MANEJO

A atuação dos governos, como acontece no Brasil, e no Estado do Pará não foi diferente: tem promovido a criação das unidades de conservação, mas não tem somado esforços, para o gerenciamento dessas unidades. É a ausência dos planejamentos e as suas implementações que tem caracterizado as unidades de conservação do Brasil como “*ficções jurídicas*” e “*parques de papel*” (BRITO, 2000; MORSELLO, 2001), na situação atual da maioria dos Parques no Pará. A elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre só ocorreu após cinco anos da criação da unidade de conservação, ou seja, o tempo máximo permitido por lei.

No estado do Pará, o comando institucional para a formulação do plano de manejo para o Pema passou por um processo político diferenciado no que tange as responsabilidades institucionais. A Sectam era a instituição responsável pelas questões ambientais no estado do Pará. Entre as suas atribuições estava o gerenciamento e administração das unidades de conservação como na maioria dos estados da federação.

No entanto, com a mudança de governo do estado a partir de 2002, o Proecotur passou a ser gerenciado pela Companhia Paraense de Turismo (Paratur)³⁷. A partir de então, a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação criadas com o apoio do Proecotur passou a ser gerenciados pela Paratur.

O Proecotur era um programa avaliado pelo MMA, então para que esta nova configuração fosse aceita, o MMA exigiu a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Sectam e a Paratur. Com isso, o MMA salvaguarda a questão ambiental, sendo tratada pelo órgão competente, nesse caso, a Sectam.

Nesse termo, a Sectam atuaria como participante da elaboração do plano de manejo e continuaria responsável pela administração da unidade de conservação (Ana Diniz, diretora da Paratur, comunicação pessoal). Assim, a Sectam passou a ser subordinada a Secretaria de Produção do Estado e a Paratur assumiu o comando do processo. Essa mudança política gerou entre os órgãos institucionais do governo diferenças e discordâncias que iriam se confrontar no processo final de implementação e de aprovação do plano de manejo do Pema.

Os Estados que não possuíam seus sistemas de áreas protegidas estabelecidos, como no caso do Estado do Pará, deviam seguir as normas da União para a elaboração e implementação dos planos de manejo em suas unidades de conservação. Plano de manejo é definido pelo Snuc (Cap.I, Art.2°) como “documento técnico, que de acordo com os objetivos da unidade de conservação se estabelece o zoneamento, as normas para uso da área e o manejo dos recursos naturais”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no artigo 5º, que versa sobre as suas diretrizes, estabelece nos incisos II, III e V, a necessidade do envolvimento das comunidades locais. No último inciso, pode-se ler que o Snuc se rege por diretrizes que “incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional” (SNUC, 2000, p.13).

Os planos de manejo de uma unidade de conservação de proteção integral objetivam orientar o desenvolvimento e o ordenamento desta, assegurando a manutenção dos recursos naturais em seu estado original para o correto usufruto das gerações atuais e futuras. Os princípios metodológicos que conduzem a filosofia dos trabalhos de conservação

³⁷A Companhia Paraense de Turismo (Paratur) é uma empresa de economia mista da administração indireta do Governo do Estado do Pará, vinculada à Secretaria Especial de Produção.

dos recursos naturais, *in loco*, e as bases conceituais que os norteiam estão delineados no Roteiro Metodológico de Planejamento voltado para Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (IBAMA, 2000).

Esse documento estabelece o ordenamento sistematizado, os princípios de planejamento e de gerenciamento dessas unidades de conservação. No contexto contemporâneo, a elaboração e a implementação de planos de manejo que permitam garantir o gerenciamento das unidades de conservação, contempla o envolvimento e a participação de diferentes atores e disciplinas.

O Museu Goeldi foi a instituição responsável pela elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Monte Alegre, por meio do Convênio nº. 021/2005 celebrado entre a Paratur, o MPEG e a Fundação para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA). Para tal, foi reunida uma equipe interdisciplinar com pesquisadores internos e de outras instituições de pesquisa da Amazônia. Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e a Universidade Federal do Pará (Ufpa) contribuíram com os estudos de manejo e geologia e turismo, respectivamente. Técnicos da ONG Peabiru ficaram responsáveis pela pesquisa de uso público.

A elaboração do plano de manejo do Pema envolveu instituições de pesquisas, sociedade civil, órgãos públicos, ONGs e a população local em um processo de dez meses de duração. A elaboração do Plano contou com cinco fases:

(1) da pesquisa de conhecimento do ponto de vista abiótico, biótico e social, realizada por expertos em diferentes linhas do conhecimento;

(2) de envolvimento dos atores locais e aqui representados pelas populações locais, e moradores da cidade;

(3) de conjunção dos resultados, representadas pela oficina de planejamento da uc;

(4) de divulgação do plano de manejo; e

(5) de aprovação pelos órgãos competentes para implantação do plano de manejo. A última fase ainda está em andamento. A Sectam ainda não fez a avaliação do plano de manejo.

O principal norteamento para elaboração deste plano de manejo, além das explícitas no Roteiro Metodológico foi a participação dos atores locais. Foi consenso, entre os pesquisadores, o envolvimento dos moradores do entorno da unidade e da cidade, além de outros grupos de interesse locais como a prefeitura municipal e outras associações. Como já está determinado no SNUC, à formulação dos planos de manejo, elaborados com a participação das populações locais e envolvendo diferentes outros atores como as instituições gestoras, instituições de pesquisa e órgãos públicos podem ter mais chances de serem implantados.

Segundo Gadgil e Guha (1992), Ghimire (1993), Bensusan (2006), as comunidades locais podem desempenhar papéis importantes na proteção do ambiente, se forem devidamente incluídas nos processos de decisão e de atuação. Diegues (2000) afirma que muito dos conflitos entre conhecimento tradicional e conhecimento científico sobre uso de espaços e recursos naturais em unidades de conservação ainda não foram solucionados devido à importação de modelos inadequados a nossa realidade.

Uma das diretrizes que devem orientar a administração de áreas naturais protegidas é a garantia de que, no momento de se tomar decisões importantes sobre as unidades de conservação comunidades envolvidas sejam ouvidas pelos gestores (PIMBERT e PRETTY, 2000). Para Pearse e Stiefel (1979 apud PIMBERT e PRETTY, 2000), o desenho e o manejo de unidades de conservação devem estar embasados também em formas de participação interativa e espontânea, pois permite dar visibilidade a grupos até então excluídos do processo.

Reuniões com pesquisadores e gestores

Os trabalhos foram iniciados em fevereiro de 2006, quando um primeiro encontro entre os pesquisadores, Paratur e Fidesa foi realizado. A Sectam não enviou representante para a primeira reunião que teve como objetivos o balizamento de informações existentes sobre a região, a formatação do calendário de atividades e a definição do método de pesquisa a ser adotado. Foram realizadas duas viagens para a região com a equipe de pesquisa das coletas de informações bióticas e abióticas. A primeira viagem nos meses de abril e maio; e a segunda nos meses de agosto e setembro de 2006.

Na primeira expedição de campo, as coletas de dados foram concentradas nas áreas do Pema consideradas mais vulneráveis, como as proximidades dos sítios arqueológicos e das cavernas. Essa decisão foi tomada em virtude da existência de muitas informações sobre esses espaços. Na medida em que se avançaram os levantamentos e os inventários, as demais áreas da unidade de conservação foram sendo objetos de investigação.

Após esta primeira expedição uma nova reunião foi realizada. Esta ocorreu no mês de agosto, antecedendo a segunda viagem a campo. Novamente os pesquisadores, a Paratur e a Fidesa se encontram e a Sectam envia seu representante. Foram apresentados nessa reunião os primeiros resultados obtidos com a pesquisa de campo, organizado o calendário da próxima expedição e as atividades a serem realizadas. Entre essas atividades, a realização de um encontro na cidade para divulgação do plano de manejo e a formação do Conselho Consultivo para o Pema.

Foi sugerida pela pesquisadora do uso público que haveria a necessidade de se realizar uma reunião na cidade. Ela destaca que:

“as pessoas com as quais contactou nas cidades de Monte Alegre e Santarém desconhecem o trabalho que está sendo realizado no Parque e, por conta disso, entendem ser necessário uma reunião na cidade com este propósito. Pelo fato de desconhecerem o trabalho que está sendo realizado, as pessoas de Monte Alegre e Santarém têm expectativas totalmente diversas do que de fato um Parque, enquanto uma unidade de conservação de proteção integral pode oferecer a sociedade. Também, sentiu que o envolvimento do poder público nesse contexto é muito pequeno”. Natasha Gabriel (Turismóloga).

Essa proposta foi ratificada com a exposição de fotos e artigos de jornais que alertavam para a perda do patrimônio, causado pelas pessoas que visitam o Parque. Para o representante da Sectam: “as depredações começaram a ocorrer pelo fato das pessoas desconhecerem o que de fato o parque representa, pois há dez anos quando visitou Monte Alegre, não havia problemas dessa natureza” Augusto (técnico ambiental da Sectam). Isso alegado devido a ausência de conhecimento das pessoas que visitam a unidade sobre a sua importância para a conservação de um patrimônio histórico-cultural.

Para a pesquisadora da arqueologia, no entanto, o que leva a destruição das pinturas rupestres é a ausência do estado no município e da ampla divulgação que este alcançou com as descobertas arqueológicas. Em sua contestação ao representante da Sectam, ela destaca:

“a depredação decorre das visitas desordenadas que passaram a ocorrer após os trabalhos de pesquisa publicados pela arqueóloga Ana Roosevelt na revista Science em 1996. Com esta publicação o mundo passou a conhecer as pinturas e outras atrações existentes em Monte Alegre, especialmente nas serras, sítios e cavernas. Este ano foi o marco do início das depredações no Parque, que ocorre especialmente pela falta de atuação (fiscalização) do poder público”. Edithe Pereira (arqueóloga).

Esses momentos durante os encontros entre os pesquisadores e gestores foram importantes para a elaboração do plano de manejo do Pema. Se por um lado reforçou a importância da conservação da área e a necessidade da presença do estado; por outro fortaleceu a participação dos moradores do entorno e da cidade na elaboração do plano de manejo. A mobilização para a instalação do Conselho Consultivo do Pema, envolvendo os moradores locais e da cidade, foi motivada pelos pesquisadores e teve o apoio da Paratur, mas não teve apoio da Sectam.

Em entrevista realizada com a Diretora de Unidades de Conservação da Sectam, Ivelise Fiock, em 2006, esta afirmou que não autorizou a criação do conselho consultivo para o Pema, pois os conselhos “são ações exclusivas da Sectam e dependiam de uma instrução normativa regulamentada pela constituição estadual”.

O conselho consultivo do Pema teve sua criação instituída no decreto de criação da unidade, visto que a constituição estadual não prevê nenhuma atividade desse porte, relacionada à questão ambiental. Desde a criação do parque, em 2001, nenhum

representante da Sectam voltou à região. Alguns moradores da cidade de Monte Alegre e até mesmo a prefeitura realizam atividades de uso público no Pema sem autorização ou quaisquer acompanhamento técnico.

Os pesquisadores e as comunidades do entorno

Durante as expedições de campo, o grupo de pesquisa ficou alojado na comunidade do Ererê, que dispunha de espaço físico e energia elétrica. Somou-se um total de 25 pessoas entre pesquisadores e técnicos, revezando-se ao longo dos períodos de campo. Os moradores do Ererê, Lages e Maxirá participaram diretamente das pesquisas de campo. Eles contribuíram com os pesquisadores, informando sobre a região, especialmente à equipe de arqueologia e uso público para encontrar os sítios arqueológicos. Acompanharam também os pesquisadores na marcação dos transectos e na coleta de fauna e flora. A preparação do material coletado foi acompanhada de perto pelos moradores, principalmente pelos mais jovens.

Nesse período foram realizadas cinco reuniões e dois encontros nas comunidades. As reuniões tiveram como objetivos: estabelecer uma aproximação dos pesquisadores com os moradores; divulgar o que era o “trabalho de campo”; e o que significaria os resultados obtidos com o planejamento do Pema e como seriam utilizados.

No início, alguns pesquisadores do grupo relutaram em se envolver nas reuniões, eles preocupavam-se com a possibilidade do tempo extra, necessário para efetivar as reuniões com as comunidades e para incorporar suas demandas ao projeto de pesquisa. As reuniões eram bem concorridas e despertou muita curiosidade entre os moradores.

Nos primeiros momentos dos encontros havia “certa distância” entre o pesquisador e os moradores, porém na medida em que os resultados eram apresentados e o material coletado exposto, muitos moradores expressavam seu conhecimento sobre determinado animal ou planta. A curiosidade também atraiu moradores para as reuniões: “ver de perto inseto tão perigoso”, comentário do morador do ererê, referindo-se aos ofídios coletados. Outros moradores até desafiaram alguns pesquisadores sobre o conhecimento do comportamento de determinada espécie. Um desses momentos foi a coleta de uma espécie de tatu (*Dasypodidae*) ainda não registrada cientificamente para a região. Perguntados se conheciam o que comia o animal, onde habitava e em que época aparecia, vários moradores descreveram a biologia e o comportamento da espécie:

“Os tatus não costumam invadir as roças pra tirar alimentos. Vão somente onde há plantio de batatas (dos tipos; rainha, doce, amarela) comem a batata e as folhas. As fêmeas estão parindo em janeiro e em maio estão seguindo a mãe, e a mãe já está soltando para o filhote ir pela governaria dele. A fêmea anda com os filhos, sempre, sempre no mês de abril para maio - quando vemos os rastros do tatuzinho com a mãe no coberto. A hora que ele se alimenta é entre 10h até meio-dia ele tá andando, depois vai pro buraco”. (Neco, morador do Ererê).

Para alguns dos pesquisadores que estavam elaborando a pesquisa biológica na região, esse procedimento: “era diferente, novo e, às vezes, difícil, pois para explicar sobre algumas espécies de animais nem é preciso, esse pessoal daqui conhece bem o que tem.” (Darlan, herpetólogo), descrevendo sua apresentação na reunião. (Figuras 26 e 27).

Conflitos surgiram durante essas reuniões, muitos deles ligados à utilização de recursos da região. Para alguns moradores, o objetivo dos pesquisadores era: “levar o nosso ouro”, referindo-se as serras. Para outros, os pesquisadores estavam “levando todos os bichos e as plantas e nós não podemos nem entrar no parque”. Alguns solicitaram a apresentação de uma documentação de autorização para as coletas e atividades de pesquisa de campo.

Essas interpretações culminaram com uma denúncia contra os pesquisadores por parte dos moradores da comunidade do Ererê que foi divulgada na rádio da cidade. A denúncia causou estranhezas nas comunidades e, em algumas, bloqueou a ação dos pesquisadores. A mediação do conflito ocorreu por intermédio de lideranças comunitárias e uma apresentação na rádio sobre o plano de manejo e o papel da pesquisa.

Nas comunidades novas reuniões e encontros foram realizados e apresentou-se a licença de pesquisa emitida pela Sectam para que as coletas de material científico fossem realizadas. Ainda, assim, dúvidas e expectativas quanto a “validade da licença” foram levantadas em algumas reuniões. Esse imbróglio gerou expectativas junto aos moradores do entorno e da cidade e mudanças de atitude entre os moradores das comunidades para com os seus pares que estavam ajudando nas pesquisas.

Uma única ação de fiscalização ocorreu na área. Em 2004, a Sectam acionou o Ibama para realizar a missão de fiscalização na área do parque. Esta ação ocorreu na comunidade do Ererê. Os fiscais do Ibama foram até a casa do seu Arnaldo, presidente da comunidade procurando o responsável pela destruição de exemplares de paricá (*Schizolobium amazonicum*), árvore da qual é retirada a casca para ser vendida no curtume da cidade. Nenhum morador foi denunciado, ou autuado ou multado. Essa ação gerou desconfiança dos moradores para com pesquisadores que estavam na ocasião atuando na região, mas não teve maiores conseqüências. Segundo “Seu” Arnaldo:

“os fiscais do IBAMA foram educados e explicaram que não se podia fazer esse serviço na área do parque e que na próxima ação eles iriam prender os culpados. Eles estavam fazendo o trabalho deles”.

Pesquisas participativas no nível comunitário e o manejo de ecossistemas são processos lentos e podem ser frustrantes para pesquisadores que estão acostumados com um planejamento e com um controle rigoroso dos avanços obtidos em suas pesquisas. Os desafios enfrentados nessa abordagem embora tenham causado certa resistência entre alguns pesquisadores no início, proporcionaram, segundo alguns deles, benefícios pela experiência que vivenciaram, pois passaram a valorizar a pesquisa multidisciplinar e participativa.

Johnson et al (2006) descrevem resultados semelhante em seu projeto de manejo com comunidades indígenas no Canadá. Esses autores sustentam que a abordagem integrada da conservação e do uso sustentável da biodiversidade é capaz de combinar os pontos fortes da pesquisa participativa no nível comunitário e da gestão de ecossistemas, e que resultados positivos podem ser alcançados, mediante um processo de aprendizagem social e investigação transdisciplinar



Figura 26 - Pesquisador de herpetologia apresentando o material coletado à comunidade do Ererê.



Figura 27- Moradores observando os animais coletados.

10.3.1 O envolvimento dos moradores do entorno no plano de manejo

Embora muitos moradores das comunidades estudadas tenham estado presentes no evento que propôs a criação das áreas protegidas em 2001, não houve, *a posteriori*, nas comunidades, nenhuma discussão ou manutenção dessa memória entre seus moradores. A informação da existência e criação de uma “reserva”, além de ter gerado muitas expectativas entre os moradores, suscitou o temor pela perda de suas posses de terras, a obrigação de sair do local, ou a perda do direito de usar a mata.

Segundo Angelo-Menezes et. al. (2002), em suas pesquisas sobre o ecoturismo, realizadas com os moradores das comunidades do entorno do Pema, logo após a criação das áreas protegidas, havia desconhecimento, desconfiança e desinformação, em qualquer que fosse o nível educacional do informante. É claro que para os moradores algo estava mudando, mas a dimensão desta mudança e as suas conseqüências eram ainda confusas. Isso gerou conflitos entre os moradores e, em alguns momentos, entre moradores e pesquisadores. Conflitos estes que podem ser resultantes do levantamento iniciado pelo Idesp nos anos 80 e a pesquisa realizada no ano de 2002. Segundo depoimento de moradores do Ererê e Lages:

“apareceu com os sobrevôos há dez anos, anunciaram que seria 30km² a área do parque, depois que apareceram vocês (**nós atuais pesquisadores**), aí veio de novo a conversa. Quando a professora Nazaré pagava diária de 9 reais, pessoal da Ufpa, FIT, no início de 2001, fazendo levantamento sobre o parque, perguntando valor dos bens, sem explicar. Pensavam que ia avaliar as terras e o que a gente tinha pra ser tomado e por isso tem muitas dúvidas hoje em dia”. Zoraide, moradora do Ererê e Rosalinda moradora de Lages, explicando porque as pessoas das comunidades ainda temiam a criação do Pema.

Esse depoimento permitiu entender como foram os contatos na década de 1980 entre os técnicos do Idesp e os moradores da região, quando provavelmente avaliaram o quesito “a situação atual” do local para a proposta de criação de unidades de conservação. Já em 2001, a pesquisadora responsável pelo projeto pagava aos moradores o valor de R\$9,00 por entrevista concedida. Cada entrevistado recebia este valor, que equivalia ao pagamento de uma “diária de trabalho” no roçado e assinava um recibo como comprovante.

Essa atitude foi interpretada por alguns comunitários como venda dos terrenos de posse e segundo alguns moradores: “eles assinavam recibo e tudo”. Para os cientistas que fizeram a pesquisa, essa atitude se justificaria pelo fato do morador conceder: “seu tempo de trabalho” para atendê-los em um momento que ele deixaria de “ganhar” seu dia (Wagner Ribeiro, pesquisador, comunicação pessoal).

A pesquisa realizada, em 2001, deixou muitos moradores apreensivos. A questão da “reserva” passou a ser tratada por muitos deles, como “agora tudo vai ser proibido” ou “teve

gente que já vendeu as terras”, referindo-se ao impedimento da utilização de recursos naturais existentes na região do parque e a possível perda de seus locais de moradia.

A informação que chegava aos moradores, sua difusão nas comunidades e entre comunitários tem provocado muito mais dúvidas que soluções ou esclarecimentos sobre a implantação de uma unidade de conservação e nova realidade a ser vivida por eles. Para a maioria dos moradores, a criação do Pema foi uma ameaça real ao seu cotidiano e para outros gerou perspectivas negativas para o futuro. Esse temor ainda persiste entre alguns moradores das comunidades.

Isso foi percebido entre os moradores mais idosos, pois para eles “já não tem mais futuro”; os moradores que não se envolviam com a organização da comunidade e até com os que não vivem nas comunidades, mas mantém algum vínculo de trabalho com moradores locais. Para estes, a implementação do Pema é tida como um malefício, porque o parque “trará atraso na vida dos moradores que perderão seus trabalhos”. Referindo-se aos moradores que eles empregam para retirada de madeira e plantio de pasto dentro da área do parque. Vale ressaltar que embora os cinco anos, decorridos entre a criação da unidade e a elaboração do plano de manejo, nenhum morador perdeu suas terras ou foi expulso. A notícia da criação de uma “reserva” e suas conseqüências estavam difundidas, mas não esclarecidas junto a muitos moradores do entorno e da cidade

O Encontro dos moradores do entorno

Foram realizados dois encontros com os representantes dos moradores das comunidades do entorno do Pema. O primeiro em agosto e o segundo um mês e meio mais tarde, em setembro de 2006, com duração de dois dias cada um. As comunidades foram sensibilizadas anteriormente para que se reunissem e escolhessem seus representantes para esses eventos. A exceção das comunidades de Maxirazinho que não compareceu no I Encontro, mas enviou representante para o II Encontro e Paytuna que não participou do II Encontro, todas enviaram representantes aos dois eventos. O número de participantes foi de 17 pessoas em cada encontro. O curto intervalo de tempo entre os dois eventos evitou a desmobilização sobre o tema nas comunidades, manteve debates nas comunidades e auxiliou aos representantes a prepararem-se para participar da Oficina de Planejamento do Plano de Manejo que seria realizada em Belém.

O I Encontro teve como finalidade, além de informar sobre o plano de manejo, verificar o que se discutia nas comunidades desde a criação do Pema, e qual era o entendimento dos moradores sobre a unidade de conservação e sobre o plano de manejo. Foram verificadas a identificação, a descrição dos conflitos gerados pelo uso de recursos, como as comunidades se instrumentalizavam para as resoluções e quais implicações com o Pema.

O II Encontro teve um caráter mais prático e político. Nele, os moradores trouxeram as propostas de suas comunidades para o zoneamento e as atividades de manejo do Pema. Foram também discutidas e adotadas sugestões das comunidades para a composição do Conselho Consultivo, não para sua instalação, mas para seu entendimento sobre a questão.

Para o levantamento dessas informações, eu contei com o apoio do pesquisador George Rebelo, que participava da definição do plano de manejo e que atuou como moderador no I Encontro. E no II Encontro fui apoiada pelas pesquisadoras Juliana Magalhães e Benedita Barros, ambas integrantes da equipe do Projeto de Desenvolvimento Comunitário em andamento na região e realizado com apoio do FNMA.

O Encontro se estruturou ao redor de um ciclo de questões para debates e esclarecimentos, permeados com informações sobre o plano de manejo, o conselho consultivo e os vídeos com experiências de outras comunidades que viveram situações semelhantes, foi o fio condutor do I Encontro. A cada ciclo de questões temáticas, os participantes apresentavam o que haviam entendido e com base nas dúvidas próprias e nas surgidas na comunidade e as expunham à plenária. Após esse momento, formaram-se grupos entre os comunitários. Os grupos ora se estruturaram com componentes da mesma comunidade ora formaram-se grupos aleatórios de acordo com o tema a ser discutido, visando intercambiar informações entre os moradores.

As questões, agrupadas em temas seguiram o seguinte roteiro:

Conflitos - Há conflitos entre a pesca e o manejo de pastagens nos campos de várzea na seca? Há conflitos entre criação de gado e agricultura na chuva? Quais instrumentos locais existem para resolução de conflitos? A caça produz algum tipo de conflito? Qual e onde? O turismo produz algum tipo de conflito ou uso conflitante? Qual e onde? A criação do Pema trouxe ou trará algum tipo de conflito? Qual? Há conflito com atividades de pesquisadores no lago, nas serras ou no coberto e mata? Quais, porque e onde?

Visitantes - Quais os visitantes (turistas) mais freqüentes? Quando e onde? Quanto tempo ficam e onde? Vem visitante da cidade (Monte Alegre) ou outras comunidades? Eles vêm visitar parentes e amigos ou para conhecer pedras, grutas e arte rupestre?

O Pema e o plano de manejo - Quem deveria resolver todos os conflitos e decidir sobre o manejo do Pema? Por quê? Qual o papel do conselho consultivo (CC-Pema) nisso tudo? A implantação do plano de manejo do Pema vai mudar suas práticas de subsistência de que forma? Será melhor, pior ou igual? Espera algum tipo de compensação por isto (implantação do PM-PEMA)? Qual? Quais as prioridades da comunidade? Como o PEMA muda isso? Qual sua disposição para participar da elaboração de um plano de ação para sua comunidade? E do plano de manejo para o Pema? E do Conselho Consultivo do Pema? E do Planejamento estratégico para sua associação? Quem deveria administrar o Pema? De que forma esse administração deveria ocorrer? De forma participativa, orientada pelos técnicos ou orientada pelo mercado?

A maioria dos participantes (53%) quando questionados sobre o motivo do Encontro declararam: "Eu vim sem informação mas ver se entendo alguma coisa pra repassar para nossa comunidade". Para 23% dos participantes, a perspectiva foi de que esta reunião

gerasse: “algum projeto para a melhoria da comunidade”. Apenas 15% sabiam que a reunião era para tratar de questões que envolviam a comunidade e o parque, e 7% entenderam que o Encontro era para que as comunidades trabalhassem juntas.

As respostas individuais dos moradores das comunidades para a questão: “o que é uma unidade de conservação?”, demonstraram preocupação com o futuro, quando alguns moradores declararam que unidade de conservação é um lugar para: “ter uma área onde tem muita caça a gente tem que reservar o lugar”; para outros é: “preservar para o futuro ter mais”. Essas afirmações estão associadas à idéia de utilização de recursos naturais e a manutenção de suas atividades. A preservação do meio ambiente era concentrada em expressões, como “lugar onde não se deve desmatar” e “preservar o meio ambiente”. Outros responderam que: “a unidade de conservação é um lugar para as comunidades conservar culturas”, referindo-se a manutenção dos territórios de uso.

Para os representantes da comunidade de Lages, unidade de conservação foi entendida, como:

“Nós entendemos que preservar não significa apenas marcar uma área e deixar que ela se vire sozinha. Temos que estar observando se vai ter um bom desenvolvimento nessa área preservada e ter cuidado com animais em extinção para que não suma e que as crianças possam conhecer ainda em seus futuros.”

Eles demonstraram preocupação a partir da perspectiva de estarem envolvidos com o Pema e com o futuro da comunidade. A preocupação com a extinção de animais, provavelmente embute com os conflitos de caça que acontecem na comunidade.

Para os moradores do Paytuna, a unidade de conservação é um espaço restrito, segundo eles:

“O que me chamou atenção também foi sobre a unidade de conservação que é uma área protegida, um espaço onde você tem recursos naturais, que são criadas para proteger o futuro. Para guardar os recursos”.

A idéia de unidades de conservação e futuro parece estar associada para a garantia de obtenção de recursos e conseqüentemente a manutenção das comunidades.

Os moradores de Santana e Maxirá não se expressaram seus entendimentos sobre unidades de conservação. Para eles: “só pondo na prática pra nós se desenvolver mais”. Isso demonstra que o entendimento sobre unidades de conservação não pode ser apenas uma idéia construída, precisa ser concreta.

Os moradores do Ererê associaram a unidade de conservação ao futuro e a necessidade de manter recursos para os filhos na atualidade também, visto que há lentidão na recuperação de ambientes para eles:

”Conservar o meio ambiente: preservar para o futuro o amanhã. Deixar alguma coisa para amanhã, para nova geração. Se não soubermos preservar para os nossos filhos, o retorno é de dez anos pra frente”.

Os moradores em geral demonstraram entendimento sobre a necessidade de conservação de recursos naturais e que esta proteção aos recursos deverá estar em um espaço determinado, onde a unidade de conservação irá limitar o uso dos recursos, mas não o seu acesso. A preocupação com as gerações futuras e certa cautela com o uso atual dos recursos pôde ser percebida, assim como a existência de conflitos, como no caso da comunidade de Lages.

O entendimento do que é um plano de manejo e para que serve também foi avaliado. Para os moradores das comunidades de Lages e Ererê, os planos de manejo deviam tratar de utilização de recursos naturais. Os moradores do Maxirá entenderam que servia para criar um projeto. Para os moradores de Santana era uma forma de se reunir para discutir sobre seus trabalhos e para os moradores do Paytuna o parque só funcionaria se tivesse um plano de manejo.

As colocações dos moradores evidenciaram a dificuldade para entender essa lógica institucional de planejamento de uma área. Para eles, esses novos conceitos deveriam estar associados as suas ações e práticas cotidianas nas comunidades e em relação ao uso dos recursos naturais. A perspectiva de geração de benefícios sob forma de ”projetos”, em suas comunidades, por meio da implantação do Pema, poderá melhorar as vidas dos moradores. O representante da comunidade de Santana explica como o plano de manejo irá beneficiar a sua comunidade:

”Sobre isso, se eu tiver um lago cheio de peixes eu decido como posso tirar esse pescado desse lago pra mais adiante eu não possa ficar em falta ‘desses’ pescado. Juntamente com minha equipe.” André, vice-presidente da associação dos moradores de Santana.

Ficou expresso por ele, o entendimento de planejamento associado a um projeto direto de conservação em sua comunidade e de cooperação entre os moradores.

As questões sobre as instituições responsáveis pelo parque e os espaços políticos das comunidades necessários à implantação do Pema gerou controvérsias e indicativos da ausência do gestor responsável pelo parque. Na fala dos moradores, as instituições citadas como responsáveis pelo Pema foram o Ibama e a prefeitura, representada pela secretaria de agricultura, turismo e meio ambiente.

Os direitos dos moradores e a sua participação no Conselho Consultivo (CC) eram desconhecidos. Os moradores não citaram nem a Sectam ou a Paratur como atores institucionais ligados ao Pema. Com os esclarecimentos fornecidos na reunião, o interesse dos representantes das comunidades sobre os direitos legais detidos enquanto moradores

do entorno, se manifestou com relação à geração de benefícios e até compensação que poderia gerar o Pema.

Quanto ao Conselho Consultivo ficou evidenciado nas respostas o descompasso recorrente entre o Estado, o Município e as Comunidades. Para os moradores do Ererê, o Conselho Consultivo: “deve existir para organizar reuniões”; para os de Santana só na prática para poder entender como deve funcionar o Conselho. Em Paytuna, o Conselho Consultivo será fiscalizador e deverá funcionar com um fórum de discussões com órgãos públicos e a sociedade civil. Os moradores de Lages e Maxirá não souberam descrever seu entendimento sobre o conselho.

O foco dos principais conflitos apontados pelos moradores de Paytuna, Santana e Maxirá desde a criação e até agora com a implantação do Pema é constituído pela relação dessas comunidades com a utilização dos recursos naturais e dos espaços de uso da terra. Essa preocupação está notória nas respostas de seus representantes: “pode trazer como proibir extração da madeira e as caçadas. Muita gente tirava madeira, caçava, e sobrevivia desse ramo, e trouxe algum tipo de problema”.

Os moradores recordaram da situação vivida pela comunidade do Ererê quando da fiscalização do IBAMA e o encarecimento do preço da madeira para confecção de canoas. Os moradores de Lages não souberam responder as questões e optaram por dividir os sentimentos entre os demais participantes, ao afirmarem: “não sabemos, (o parque) não tá preparado, pode trazer pra uns e não pra outros.”

Para os representantes do Ererê, a questão fundiária é que acarretava mais conflitos e é o item que mais gera divisão de opinião entre seus moradores. Alguns moradores declararam que parque:

“sim, trouxe [conflitos] quando começaram a vir. Alguns acham que vão nos tirar as nossas terras, teve conflito com posseiros que até hoje são aborrecidos que vão perder as terras, até hoje é um Deus nos acuda.”

Referindo-se as duas situações anteriores, quando da vinda dos técnicos do Idesp e a consulta realizada pela pesquisa sobre ecoturismo. As dúvidas ocorridas durante a apresentação dos pesquisadores sobre os resultados do levantamento de campo também foram citadas. O fato da maioria dos moradores do Ererê não possuírem títulos de terras e sua condição de posseiros deixou a comunidade apreensiva.

Muitos moradores utilizam a área do pé da serra, área do governo, para plantio de roçado e pasto. Para alguns moradores, o parque vai ser bom por que: “vai adomar os bichos, porque não vai ter mais caça nem correria”. Mas, segundo eles, também pode trazer prejuízos para o plantio, pois: “há invasão de caititus nos roçados, mas se o parque fosse

cercado”. Para os moradores, em geral, a vida vai ficar difícil, por que: “não sabem de onde irão tirar madeira”.

As resoluções dos conflitos que tocam a questão do parque para a comunidade do Ererê é de responsabilidade da Sectam, “pois é a responsável pelo Parque”. Para os moradores de Lages, Santana, Paytuna e Maxirá a responsabilidade é do Estado, representado pelo governo: “ele está responsável pelo projeto do Parque”, sem fazer referência a qual órgão estadual deveria assumir a responsabilidade.

A ausência dos gestores da unidade, prática comum na maioria das unidades de conservação do estado, se reflete nas respostas dos moradores. A Sectam nunca enviou representante para quaisquer dos eventos ou reuniões realizadas nas comunidades, nem após a criação da unidade nem durante a elaboração do plano de manejo.

Pimbert e Pretty (2000) alertam que um novo paradigma é necessário para que os gestores possam substituir as práticas impostas de cima para baixo. Para os autores, há muitas evidências de contradições entre o que os profissionais observam e fazem e o que a população necessita. Essas práticas, segundo eles, não são compatíveis com o manejo de unidades de conservação. Situação semelhante também descrita por Silveira (2001), em sua pesquisa na região do Parque Estadual do Alto Ribeira, em São Paulo; e por Nunes (2003) nos estudos realizados na Estação Ecológica da Juréia.

Para os moradores, a implantação do Pema deverá estar associada à chegada de benefícios sob forma de compensações às comunidades que poderá mudar o seu modo de vida. Esses benefícios se traduziam em serviços básicos prioritários para suprir as necessidades dessas comunidades.

No Ererê, os moradores entendem que a implantação do plano de manejo irá afetar seus modos de vida e subsistência. Acreditam que a “sobrevivência” irá melhorar, pois eles terão mais conhecimento sobre o parque. Para eles, a compensação se dará na valorização econômica da comunidade pelos próprios moradores. As prioridades da comunidade estão voltadas para a distribuição de benefícios para cada família: “é que cada família seja beneficiada com o Parque”. Há uma nítida necessidade da comunidade em geração de benefícios coletivos.

Para a comunidade de Lages, o isolamento e a ausência de serviços básicos como estrada e energia são as principais necessidades. Embora a implantação do Pema mude suas práticas de subsistência: “pois não poderão usar os recursos da área do parque”, manifestaram a “esperança” de resultados positivos. Os benefícios foram entendidos pelos moradores como uma “ajuda que venha fazer as pessoas ficarem satisfeitas”.

Os moradores de Santana, Paytuna e Maxirá, não souberam explicar de que forma a implantação do parque iria mudar suas vidas. Ressaltaram que somente com as atividades sendo implantadas é que poderiam ter como responder a questão. Para eles, o Pema deve

trazer compensações às comunidades. As “melhorias” apontadas como prioridades foram a geração de empregos e criação de projetos para a agricultura e pesca, todas ligadas ao seu modo de vida.

Essa leitura diferenciada das necessidades formuladas pelas comunidades mostra o quanto à noção de parque é externa ao cotidiano, mas que ele era pensado como algo que pode trazer algum benefício às comunidades. Também se evidencia a complexidade e a particularidade do modo de vida de cada uma. O abandono da Sectam e a ausência de serviços públicos são nítidos. Os serviços básicos necessários às comunidades como energia, acesso, saúde e educação foram transferidos para a implantação do parque. O que é interessante observar é os moradores mantem o direito ao uso dos recursos e esta prática seria viável sob forma de projetos e valorização da comunidade.

Boissière, et al (2006) evidenciaram demandas semelhantes em populações locais que vivem do entorno de uma unidade de conservação no Vietnã. Eles avaliaram a percepção das populações e o uso dos recursos e as políticas públicas adotadas para a região.

Quando questionados sobre a disponibilidade de participar e propor formas de administração para o parque, os moradores da comunidade de Lages não se disponibilizaram a assumir atividades. Para eles, a Sectam é que devia administrar o parque com outros técnicos, que poderiam ajudar a comunidade. Essa resposta pode demonstrar que a comunidade “vê” o Parque como pertencente a Sectam, órgão do governo e, portanto, capaz de assumir a unidade de conservação, sendo que a comunidade deverá ter ganhos ou ajuda por parte desses técnicos para o seu desenvolvimento. Isso aponta também a certa dependência da comunidade da ajuda do governo.

Os moradores do Ererê se dispuseram a contribuir com informações participando de reuniões e diminuindo conflitos em relação ao Pema. Essa posição participativa poderia, segundo eles, “melhorar a luta pela comunidade” e reforçar seus laços internos. A comunidade do Ererê propõe para a administração do Pema uma representação das comunidades do entorno no Conselho Consultivo.

Na prática, dois moradores de cada comunidade devem atuar junto à Sectam. A administração do Pema deve contratar jovens da comunidade com idade entre 18 a 20 anos como guarda florestal. Propuseram também criar uma guarda - mirim, a exemplo do que faz a prefeitura na cidade para controle da segurança no trânsito.

Essas propostas da comunidade do Ererê indicam um maior envolvimento desses moradores com a questão do plano de manejo e sua importância. Eles se vêem inseridos no processo e acreditam que os benefícios para as comunidades devem existir. São também os mais preocupados com as perdas de posses de terra.

Os moradores do Maxirá, Paytuna e Santana se colocaram a disposição para participar do plano de manejo e de sua implementação, pois acreditavam que assim poderão trazer melhorias as comunidades. Para eles, a prefeitura é quem deve administrar o Pema e essa administração deve ocorrer com a participação dos comunitários. Essa proposta surge da proximidade da Prefeitura com o parque e da possibilidade de geração de empregos. Revelam, com isso, o desconhecimento sobre a Sectam e o distanciamento do órgão estadual no município. A escolha pela prefeitura indica também o nível de poder a que eles têm acesso.

Esse resultado permite avaliar que os moradores do entorno querem ser parte do processo de implantação do Pema e desejam que suas propostas estejam consideradas no planejamento. Eles não querem ser vistos, pelos gestores, apenas como espectadores de um processo, mas como atores diretos. Não representam uma ameaça externa aos recursos naturais do parque, mas sim propositores das novas modalidades de gestão para unidade de conservação estadual.

Em suas falas durante o I Encontro, os representantes das comunidades demonstraram entender o que está mudando seu cotidiano. Ao se dispuserem a assumir compromissos, desde que estes sejam em prol de suas comunidades e gerem a tão esperada “melhoria de vida” (Figura 28). A combinação de fatores que implique o manejo de unidades de conservação com a participação da população local não somente em unidades de uso sustentável, mas em todas as categorias de manejo deve ter mais atenção dos gestores.

Assim, a associação das habilidades de profissionais ligados a conservação e gestores com a força do conhecimento e experimentação locais e uma maior atribuição de poder à população poderá a gerar diferentes programas de conservação e estes devem ser negociados localmente. O que deve ser evitado é o isolamento das populações locais dos espaços constituídos para os debates sobre manejo e conservação.



Figura 28 - I Encontro das comunidades do entorno para elaboração do plano de manejo.

O II Encontro dos moradores das comunidades do entorno informou os moradores dos próximos passos para a finalização do plano de manejo. Foram apresentadas as propostas que os representantes trouxeram de suas comunidades para o zoneamento do Pema e discutiu-se a elaboração dos programas de manejo. Foi também um evento preparatório à Oficina de Planejamento do Pema a ser realizada no mês de outubro de 2006, em Belém.

Os representantes das comunidades teriam ainda como missão retornar com as informações obtidas no II Encontro para suas comunidades e lá elaborar as propostas finais para o zoneamento e os programas de manejo do Pema. Foi novamente discutido nesse Encontro a criação do Conselho Consultivo do Pema. Os representantes das comunidades apresentaram seus entendimentos e a sua proposta de como as comunidades devem estar representadas no Conselho.

Durante o II Encontro, os moradores trabalharam com os conceitos das categorias zoneamento existentes para as unidades de conservação. A partir dos seus entendimentos, cada comunidade fez suas propostas de zoneamento e manejo para o Pema. Foram apresentadas e discutidas em plenária e retornadas para suas comunidades a fim de serem rediscutidas e aprovadas para encaminhamento na Oficina de Planejamento. Cada comunidade elaborou e apresentou sua proposta de zoneamento e manejo para parque, utilizando de um mapa onde consideraram seus conhecimentos sobre a região e a sua dependência dos recursos naturais.

As discussões sobre a formação do conselho consultivo foi retomada neste II Encontro, após ter sido discutida em suas comunidades. Para os moradores do Ererê, o conselho consultivo deve ser formado por um grupo de pessoas organizadas e serve para apresentar suas idéias para o manejo do Parque. Deve ter assento no conselho representante da cidade e das comunidades.

Os moradores do Maxirá e Maxirazinho entenderam que o conselho é o grupo de pessoas formadas pelas comunidades para que possam discutir seus interesses. A ação do conselho será para conscientizar as pessoas a evitarem as queimadas e os desmatamentos. Para eles, isso deve ser feito por que:

“com as queimadas os bichos fogem do fogo e estão desmatando as nascentes. Tem que preservar para o amanhã, tentar colocar dia após dia um mundo melhor e para isso no conselho consultivo precisa ter gente organizada para conscientizar os outros”.

Os moradores de Lages entenderam que o conselho consultivo servia para organizar e discutir os problemas legais na área do Parque e gerar benefícios para a comunidade. Colocaram no debate ocorrido na comunidade, que:

“os moradores acharam que as propostas seriam fundamentais se forem trazer benefícios para o Parque e que venha beneficiar a comunidade, venha trazer um resultado, lá não tem ninguém contra, é tocar pra frente”.

Na comunidade de Santana, entenderam que o conselho consultivo:

“é pra reunir com os órgãos públicos e os comunitários para discutir e ouvir cada um. Para os moradores o que tá formado, tá formado, para eles funcionando e não perturbando não tem problema nenhum”.

Os moradores em geral conseguiram perceber a necessidade da presença de comunitários no conselho consultivo. Mas não parece ter ficado claro que esta relação de poder entre quem administra o Pema e eles tenham a mesma importância, ainda que nos discursos das comunidades do Ererê, de Maxirá e Maxirazinho algumas propostas tenham sido apresentadas.

Há também uma ideia conformismo como no discurso dos moradores de Santana e até de separação de responsabilidade frente à unidade de conservação; para eles, os gestores são os tomadores de decisão desde que não interfiram na comunidade (Figuras 29 e 30). O Parque como espaço para conservação da biodiversidade não parece ser parte do debate. A unidade de conservação se presta a dar visibilidade às comunidades, tirando-as do anonimato e dando-lhes visibilidade.



Figura 29 - Apresentação da proposta da comunidade de Santana para o zoneamento do Pema, no II Encontro de comunidade do Entorno do Pema.



Figura 30 - II Encontro das comunidades do entorno do Pema e seus mapas de zoneamento produzidos.

A oficina de Planejamento do Pema

A Oficina de Planejamento foi realizada em Belém no período de 10 a 13 de outubro de 2006, com o objetivo de apresentar os resultados da pesquisas, definirem as zonas para o manejo do Pema e as ações de planejamento. Durante a Oficina estiveram reunidos os pesquisadores, os gestores do Pema (Paratur e Sectam) e representantes das comunidades do entorno, exceto Paytuna. Um funcionário do Ibama se apresentou no primeiro dia de discussão, mas não retornou para os demais dias. A prefeitura do município, as empresas de turismo que atuam na região do Baixo Amazonas não enviaram representantes e nenhum morador da cidade que havia participado das reuniões sobre o parque se prontificou a vir.

Durante a realização da Oficina de Planejamento foram apresentados os resultados obtidos pelos pesquisadores em seus levantamentos de campo. A dinâmica utilizada para o zoneamento do Pema visou à integração entre os participantes e uma ampla discussão para definição dos programas de manejo da unidade de conservação.

Após a apresentação dos resultados da pesquisa e de debates sobre a questão fundiária do Pema, os representantes das comunidades apresentaram suas propostas de zoneamento estabelecidas em cada comunidade. Os pesquisadores se reuniram para elaborar em conjunto proposta de zoneamento “da pesquisa” para o Pema. O mesmo método foi adotado pelos comunitários.

Em seqüência, os grupos apresentaram suas propostas de zoneamento e após as apresentações e debates um único mapa foi elaborado com as zonas de manejo delimitadas. Foi utilizada uma imagem de satélite da unidade de conservação e sobre esta uma folha de papel transparente para que as zonas a serem propostas fossem demarcadas.

Para produzir os mapas finais dos pesquisadores, dos comunitários e o mapa que conjugou as de zoneamento para o Pema, inseridos neste trabalho, o método utilizado consistiu em marcar sobre papel transparente as coordenadas da unidade, em seguida fotografá-lo. A foto digital foi trabalhada no computador com o uso do programa Arc View³⁸ para a elaboração do mapa final. Após cada apresentação foram realizados debates e esclarecimentos para os programas de manejo do Pema.

O zoneamento é identificado pelo Snuc, como sendo a “definição dos setores ou zonas de uma unidade de conservação com o objetivo de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados” (Art. 2º inciso XVI). Está associado ao Regulamento de Parques Nacionais, Decreto nº. 84.017/79, e com o Roteiro Metodológico de Planejamento

³⁸ Os mapas foram produzidos no laboratório de sensoriamento remoto do Museu Goeldi decorrer da oficina de planejamento

(IBAMA, 2000). As zonas são estabelecidas pelo Roteiro Metodológico de unidades de conservação de proteção integral. Os programas de manejo são definidos ou não na oficina de Planejamento e estabelecidos para cada zona identificada.

As propostas de zoneamento das comunidades

Cada comunidade do entorno apresentou sua proposta para o estabelecimento das zonas fundamentadas por seus conhecimentos sobre o local e seus territórios de pertencimento. As nomeações e as delimitações das zonas para o Pema foram propostas de acordo com o entendimento, a representatividade do uso do recurso e manejo de cada comunidade. As categorias de zonas para manejo de unidades de conservação foram definidas pelo Ibama (Quadro 7). O espaço das comunidades e as ações de manejo a serem desenvolvidas foram relacionados com a localização das comunidades no entorno do Pema

Para esse exercício, cada comunidade recebeu um desenho com o contorno do Pema, localizando suas comunidades, as principais estradas de acesso, elementos geográficos (serras, cavernas, sítios arqueológicos e as áreas de floresta). Os moradores aperfeiçoaram os mapas em suas comunidades, após II Encontro comunitário quando incluíram trilhas, estradas e nomearam e delimitaram as zonas propostas.

Para melhor ilustrar esses resultados, descrevo o zoneamento proposto por cada comunidade para o Pema. Os mapas elaborados pelos comunitários foram fotografados e reproduzidos no programa Corel de acordo com o mapa original de cada comunidade, para melhor visualização dos resultados.

1 Comunidade do Ererê

Essa comunidade estabeleceu 8 zonas para o Pema. A zona intangível foi entendida como uma região que não se pode utilizar; para eles, essa zona estaria situada nas áreas onde o esgotamento do recurso é mais acentuado. Eles esclareceram que: “se não haver ninguém tirando mais madeira à ilha redonda pode existir”. A zona de uso extensivo, para eles, será na região onde propuseram a instalação da entrada do Parque.

A entrada oficial do Pema deve ser localizada entre o Arouxi e a Serra do Bode. A justificativa foi de que: “é nesta região onde há maior circulação de moradores”. Eles a utilizam quando se deslocam para a comunidade do Paytuna; são onde estão às trilhas para as carroças, sendo um dos percursos utilizados para se chegar ao entorno da Ilha Grande.

A zona de uso especial foi sugerida ser na região da Pedra do Mirante. As zonas que os moradores consideraram úteis para recuperação incluem a áreas, onde, segundo eles, “há maior número de visitantes”. Essas áreas estão localizadas na Pedra do Pilão, na caverna da Pedra Pintada e na região do entorno da Ilha Grande, “por conta do

desmatamento”. A zona primitiva foi descrita na legenda da comunidade, mas não foi demarcada no mapa.

A zona histórico-cultural está proposta para ser a caverna Itatupaoca, local onde eram realizadas as festas de confraternização das comunidades por ocasião das celebrações natalinas. E como zona de uso conflitante, eles identificaram duas áreas: uma área mais próxima da comunidade por ser esta, onde: “nós retiramos remédios, lenha, sementes, alimentos e madeira”. Os moradores do Ererê incluíram essa área como de conflito por ser área de pesquisas realizadas na região.

Segundo o representante do Ererê, na reunião realizada na comunidade: “falaram que se nós não podemos tirar nada, os pesquisadores também não”. Isso evidencia que os conflitos ocorridos na comunidade ainda não foram totalmente sanados. A outra área marcada como zona de conflito está localizada na região que faz fronteira com as comunidades de Paytuna e Santana consideraram que esta área com campo utilizado como pasto e por ser onde a estrada atual está sendo construída.

Percebe-se que para os moradores do Ererê o entendimento da proposta de zoneamento está diretamente ligado as suas relações com o território no que tange a utilização dos recursos para a sua manutenção e com o entendimento da realidade que é a implementação do Parque. Esse entendimento é reforçado quando eles propuseram locais para entrada e instalação do centro de visitantes no Pema (Figura 31).

Zonas	Definição (Ibama)	Zonas Propostas pelas Comunidades			
		Ereré	Lages	Maxirá e Maxirazinho	Santana
Z. Intangível	Primitividade da natureza permanece a mais preservada possível.				
Z. Primitiva	Onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana.				
Z. de Uso Extensivo	Constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas.				
Z de Uso Intensivo	Constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem.				
Z Histórico-Cultural	Onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueopaleontológico.				
Z de Recuperação	Contém áreas consideravelmente antropizadas.				
Z.de Uso Especial	Contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação.				
Z de Uso Conflitante	Áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública.				
Z de Ocupação Temporária	Onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso.				
Z de Superposição Indígena	Áreas ocupadas por uma ou mais etnias indígenas.				
Z de Amortecimento	O entorno de uma unidade de conservação.				
Z. de Nenhuma, baixa intervenção	Ninguém pode tirar recurso.				
Z. de Média intervenção	Somente os moradores podem utilizar a área.				
Z. de preservação	Não pode tirar recurso.				

Quadro7 - Zonas de manejo propostas para o Pema pelas comunidades do entorno. Em destaque as zonas criadas pelas comunidades Maxirá/ Maxirazinho e Santana. A comunidade de Paytuna não elaborou sua proposta.

2- Comunidades do Maxirá e Maxirazinho

Essas comunidades trabalharam em conjunto em um mapa único. Demarcaram 10 zonas para o Pema. A entrada do parque estaria localizada na região entre o Arouxi e a Serra do Bode. Como zona intangível propuseram a região da Ilha Redonda, por essa área “estar muito destruída”. Como na região da Ilha Grande há exploração de recursos pelos moradores, eles sugeriram que seja criada a zona de baixa intervenção nessa zona “ninguém pode retirar recursos”. No seu entorno colocaram uma zona de recuperação. A intenção é de que a região possa ser novamente utilizada no futuro.

A zona primitiva está localizada na região da caverna da Pedra Pintada, pois segundo eles: “os pesquisadores falaram que lá tá muito destruído e tem que parar de ir visitante”. A zona de uso especial estaria localizada na região da Pedra do Pilão: “pois é muito visitada e não tem destruição próxima”, associando a manutenção da área com a região a ser visitada. A região do Pema onde está situada a caverna Itatupaoca seria também zona de histórico-cultural.

A zona de uso extensivo estaria localizada na maior parte da área do Pema, e seria o local de uso dos moradores, principalmente para coleta. Provavelmente, os moradores confundiram as definições das zonas. Eles propõem para a zona de uso extensivo uma região, onde estão as grandes áreas das unidades de conservação, mais conservadas. A instalação da administração da unidade estaria próxima à entrada do Pema e foi classificada como zona de uso intensivo.

A *zona de média intervenção* está proposta como sendo a região da Pedra do Mirante, e segundo os moradores deveria ser: “guardada, com pouca gente podendo ir lá, porque está destruída”. Nessa zona, os moradores propõem que somente os que vivem na região do entorno é que podem ter acesso. É nessa área também que estão localizadas as cavernas de caça dos moradores da comunidade do Ererê. A região apontada como zona de conflitos está localizada na região da comunidade de Santana, também “por causa da estrada e dos pastos”. Os moradores do Maxirá e Maxirazinho consideraram que embora esta comunidade não tenha roçado dentro do Pema, o conflito maior seria por conta da estrada. E para eles, esse conflito teria solução por que:

“o povo lá ‘veve’ em função do peixe. O pessoal que vive do carvão é pouco, eles precisam da estrada. É por ela que se espera o progresso, a pendenga seria na parte das posses que dão na estrada, mas não será difícil negociar com os moradores”.

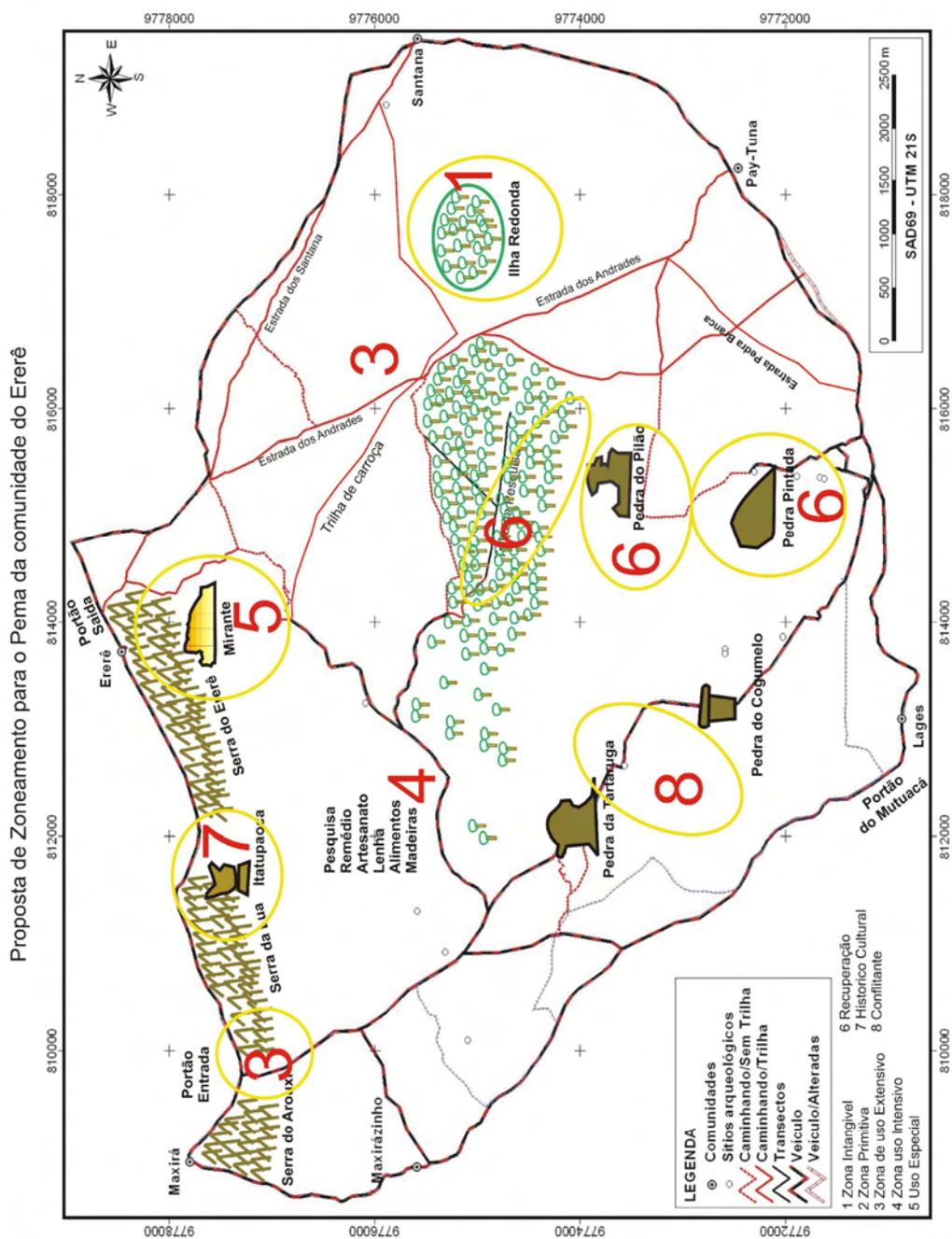


Figura 31- Proposta de zoneamento da comunidade Ererê. (1)Z. intangível; (2)Z. primitiva; (3)Z de uso extensivo; (4)Z. de uso intensivo; (5)Z. de uso especial; (6)Z. de recuperação; (7)Z. histórico-cultural; e(8) Z. de uso conflitante.

No Maxirá e Maxirazinho propuseram a criação da zona “nenhuma baixa intervenção”, onde ninguém pode tirar recurso, semelhante a zona primitiva. E a zona de “média intervenção”, onde somente os moradores podem utilizar a área. Mantiveram as zonas intangíveis e primitivas. A zona de média intervenção conjuga com a lógica manter a utilização dos recursos do parque porque, para eles: “essas áreas têm uso”. Para eles, onde há maior plantio de roçado e pasto dentro da unidade, nas áreas de posses, os conflitos poderão ser resolvidos. Os moradores que têm posse dentro do Pema, “estão aguardando para saber o que fazem com eles, esperam uma indenização e estão dispostos a negociar suas terras”. Eles esperam que a implementação da unidade de conservação vá gerar projetos mais rapidamente já que a entrada do Parque estará próxima as suas comunidades (Figura 32).

3 - Comunidade de Santana

Em Santana, eles alegaram que, pelo fato de pouco utilizarem da área mais interna da unidade, a entrada do Pema deveria ser pela sua comunidade, como uma compensação. A alegação desta proposta se dá por que:

“na comunidade a dúvida é muito grande, estão com medo de ficarem sem suas terras, ia ser prisioneiro dentro da própria casa. No encontro da comunidade eles me apoiaram pra vir, tem gente na comunidade que não tá interessado, porque acha que pode prejudicar eles, os mais antigos. Mas podemos ter um desenvolvimento melhor, ter um projeto para a comunidade, pode-se chegar ao parque tanto de barco vindo da cidade e aqui na comunidade a gente leva os turistas de carroça para o Pema”.
André, representante de Santana.

Essa fala retrata a apreensão e o temor pela perda das posses. Embora os limites da unidade de conservação já estejam definidos, para eles parece que as proibições de uso de recursos os levaram a diferenciar os territórios e os limites de uso dos espaços quando afirmam temer “ficar prisioneiro na própria casa”.

A comunidade delineou seis zonas: a zona de uso extensivo, sendo a área próxima a comunidade e como proposta de manejo para essa zona: a criação de animais silvestres como pirarucu, capivara e tracajás. Aqui parecem ter tido o mesmo entendimento que em Maxirá e Maxirazinho. Como zona de preservação a Ilha Redonda. A zona de recuperação estaria na região da caverna da Pedra Pintada. A zona primitiva na região da Ilha Grande porque segundo os moradores: “tá muito destruída de tanto pau que tiraram de lá”. A zona de uso especial na região da Pedra do Mirante, e como área de conflito: a região da Pedra do Pilão e a região do “serrado onde serve para tirar alguns obstáculos como caniço, palha, madeira e cascas para fazer remédio” (Figura 33).

Embora dos moradores da comunidade de Santana não utilizem diretamente a área do Pema, eles reconheceram as regiões onde os conflitos por uso de recursos serão maiores. É nítido também que para eles a estrada não é conflito. É a garantia de acesso e também o caminho por onde a prometida energia elétrica irá chegar. Percebe-se também que no mapa de Santana as zonas delimitadas estão próximas da comunidade, confirmando o fato de muitos deles não utilizarem grandes áreas do Pema. A região de coleta de material como lenha e caniço foi proposta para ser mantida, mas, sem determinar categoria de zona.

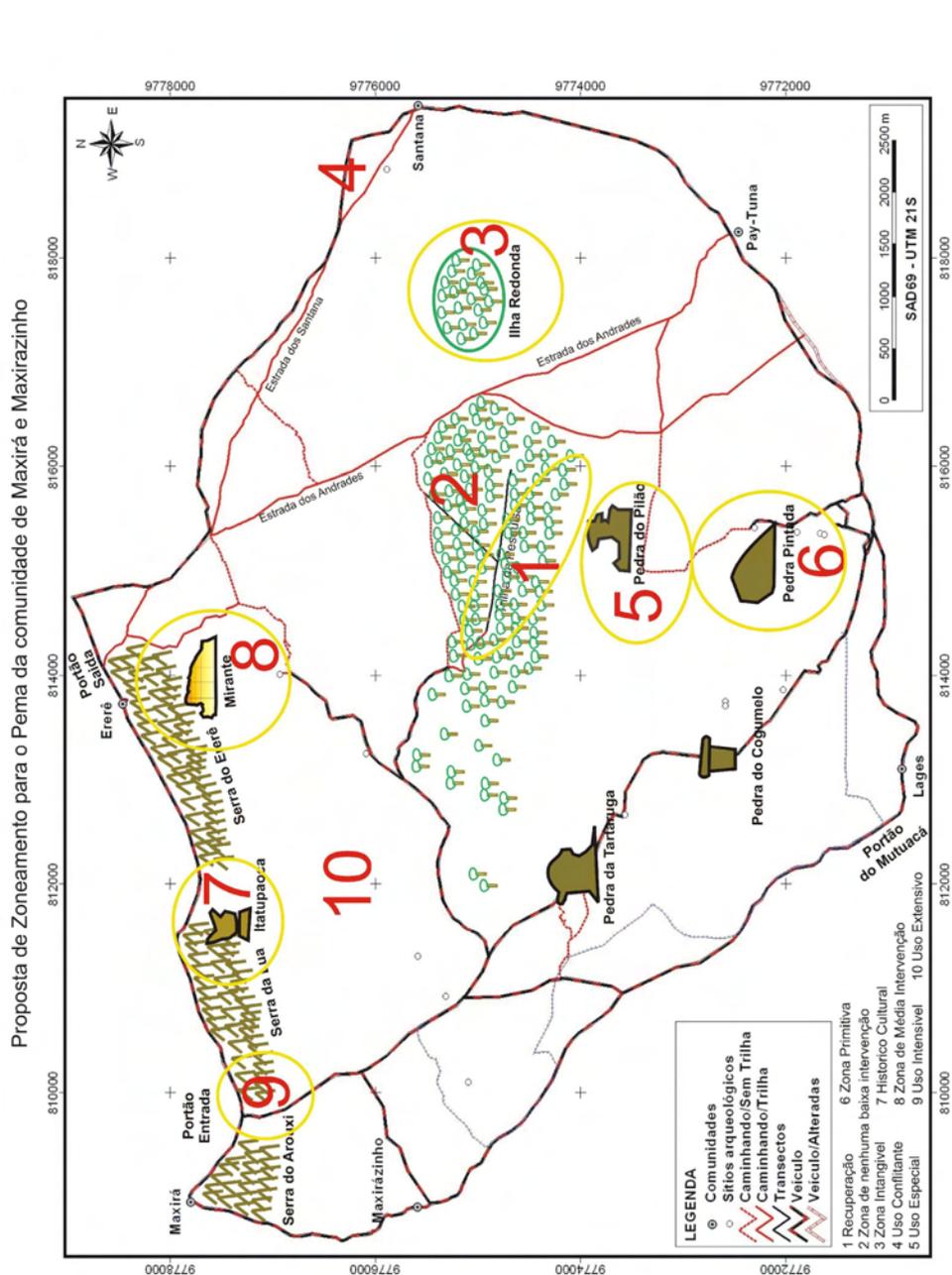


Figura 32 - Proposta de zoneamento das comunidades Maxirá/Maxirazinho. (1)Z. de Recuperação; (2)Z. de baixa intervenção; (3)Z. intangível; (4)-Z. conflitante; (5)-Z. uso especial; (6)Z. primitiva; (7)Z. Histórico-cultural; (8)Z. de Média intervenção; (9) Z. de uso Intensivo; (10)-Z. uso extensivo.

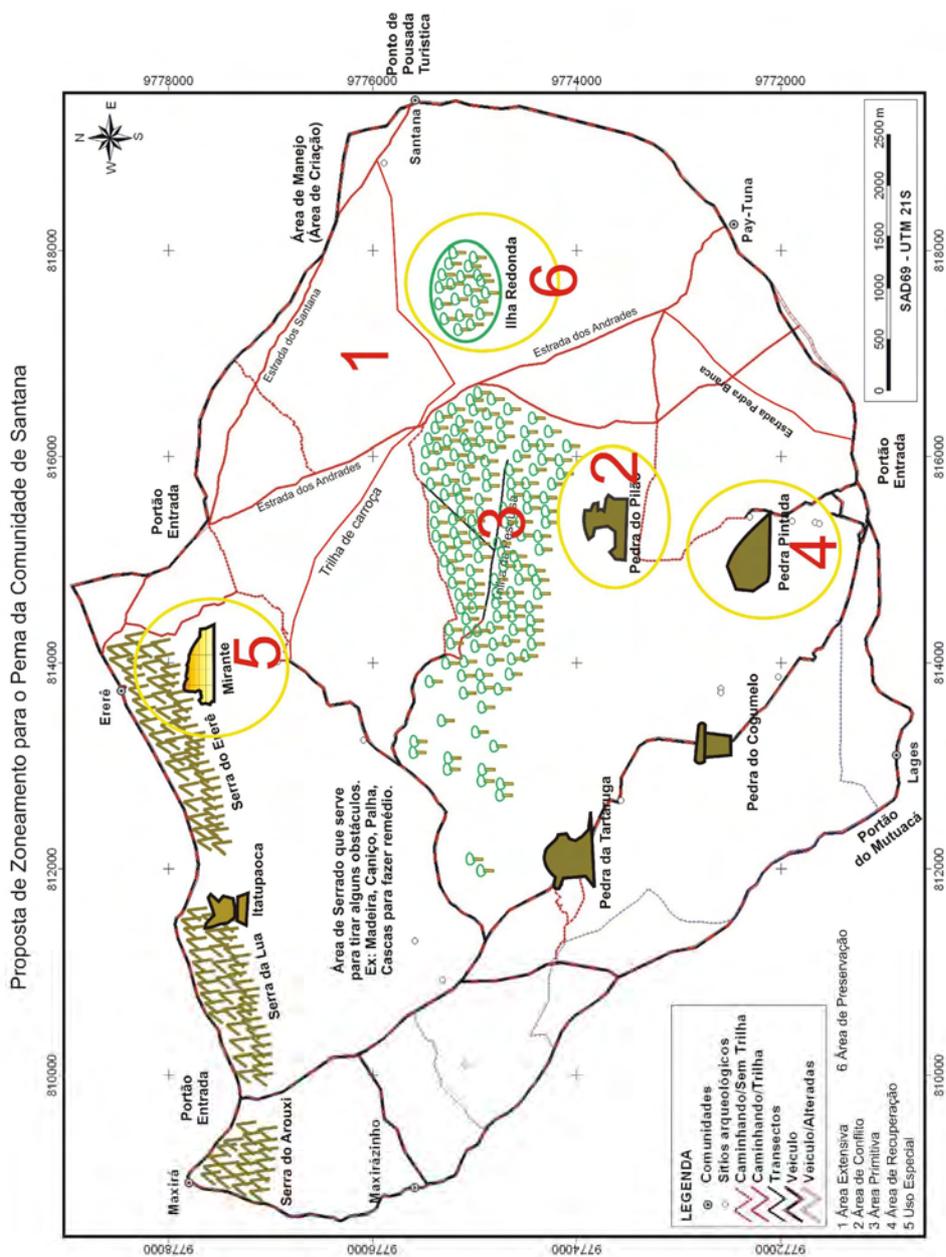


Figura 33 - Proposta de zoneamento da comunidade de Santana. (1)-Área extensiva; (2)-Área de Conflito; (3)-Área primitiva; (4)-Área de Recuperação; (5) Uso especial; (6)-Área de preservação.

4- Comunidade de Lages

A comunidade de Lages propôs seis zonas para o Pema. As zonas elegidas como de uso extensivo são as áreas onde há maior uso por parte dos comunitários e de visitantes: a região, onde estão localizados os chamados olhos d'água utilizados pela comunidade e a região da Pedra do Mirante. A zona primitiva, para eles, deve ser representada pela área interior da Ilha Grande e no seu entorno a zona de conflito.

A região da caverna da Pedra Pintada deve ser a zona de recuperação, por que: "é onde vai muita gente conhecer e está muito destruída". A zona histórico-cultural estaria localizada nas áreas do interior do Pema, onde existem os sítios arqueológicos: Pedra do Pilão, Pedra do Cogumelo e Pedra da Tartaruga, todos os sítios próximas da comunidade.

Para os moradores da comunidade de Lages, o conflito maior com a utilização dos recursos do Pema estaria na retirada da madeira existente na região da Ilha Grande e com a caça nas áreas de vegetação do coberto. Não existe conflito por posse de terra e para a comunidade o importante: "é ter um atrativo que garanta a visita também em sua comunidade", levantando a questão de que turistas serão bem-vindos e por meio deles é que os benefícios para a comunidade poderá chegar (Figura 34).

É possível fazer uma avaliação da participação e das propostas de zoneamento e manejo do parque pelos moradores. Talvez o tempo dado para que as populações assimilassem tantas informações não tenha sido suficiente. Durante os dez meses em que viram o ir e vir de pesquisadores, as reuniões e os Encontros, somados as discussões em suas comunidades, talvez não tenham sido suficientes também. Ou o método adotado para esse "envolvimento" não tenha sido o mais precioso.

No entanto, os moradores do entorno não se abstiveram de propor o zoneamento e, ao mesmo tempo, expor seus pontos de vista a partir de seus conhecimentos sobre a região e a sua visão de território para sua manutenção e de conservação da biodiversidade. A "confusão" do sentido de Zona extensiva como área de uso foi predominante em todos os mapas, provavelmente pelo próprio termo *extensivo* ser utilizado na região para a classificação da "pecuária extensiva", tendo para eles o sentido de amplitude e utilidade.

O conhecimento coletivo que a população tem das serras, das áreas florestadas, pastos e olhos d'água pode lhes dão múltiplas vantagens. Para as áreas de uso comum, as regras de manejo são estabelecidas pelos seus usuários. Foram reconhecidas como áreas de uso comum a Ilha Redonda, Ilha Grande e os Olhos d'água, as áreas com maior cobertura vegetal de cerrado, onde a existência de recursos naturais como madeira e caça são mais abundantes e a coleta deve ser mantida. As comunidades utilizam a região do parque em geral mais próxima da área de suas residências e têm entendimento do espaço territorial de outras comunidades como um "pertencimento".

Para os moradores de Lages e Paytuna, a caça com cachorro é proibida. A retirada de madeira só é permitida em casos de necessidade de construção de casas ou cercas. Na comunidade de Lages apenas uma pessoa é responsável pela retirada da madeira e é quem manuseia a moto-serra e de acordo com a “precisão” dos moradores.

Em geral, a retirada da madeira é autorizada pelo presidente da comunidade. Por exemplo, se um morador da comunidade de Lages cortou madeira e a deixou para buscar mais tarde, outro morador de outra comunidade não a retira, reconhecendo o trabalho. A regra é válida também para os moradores do Ererê, no que se refere à coleta de buritis. Cada morador quando baixa os cachos com frutos, estes são deixados no pé da árvore para “emprestar” completando assim o processo de amadurecimento do fruto. Esse processo tem duração de até dois dias e ninguém leva o “trabalho” do outro. Há também um respeito pelos instrumentos de trabalho utilizados para coleta e para caça que às vezes são deixados no local.

Para a coleta de frutos como cajuí, sacuri, curuá não existe uma regra de manejo. Em geral, quem faz esta coleta são as mulheres e crianças e sem procedimentos específicos, os frutos são coletados durante as caminhadas para os roçados, ou simplesmente saem em busca de frutos por conhecerem seus períodos de amadurecimento.

As trilhas e as estradas que cada grupo comunitário faz uso nem sempre são as mesmas para todos os moradores. A distância de suas comunidades e os recursos a serem utilizados, além dos elementos geográficos como as serras e as cavernas, parece determinar as direções. Esses caminhos são nomeados de acordo com a proximidade da comunidade que o utiliza. Há caminhos com nomes do recurso utilizados, outros recebem nomenclatura ligada a pessoas ou famílias mais antigas, e outras com o nome da comunidade. Os exemplos são a trilha dos Andrade, comerciante antigo na região; a trilha das Lages e a trilha do miritiepé.

As trilhas são os espaços de menores distâncias e, em geral, utilizados somente por uma comunidade ou até por um morador para, por exemplo, chegar as suas caieiras. As trilhas com as distâncias maiores e mais largas são também chamadas de trilhas das carroças, e as estradas são os acessos abertos pela prefeitura.

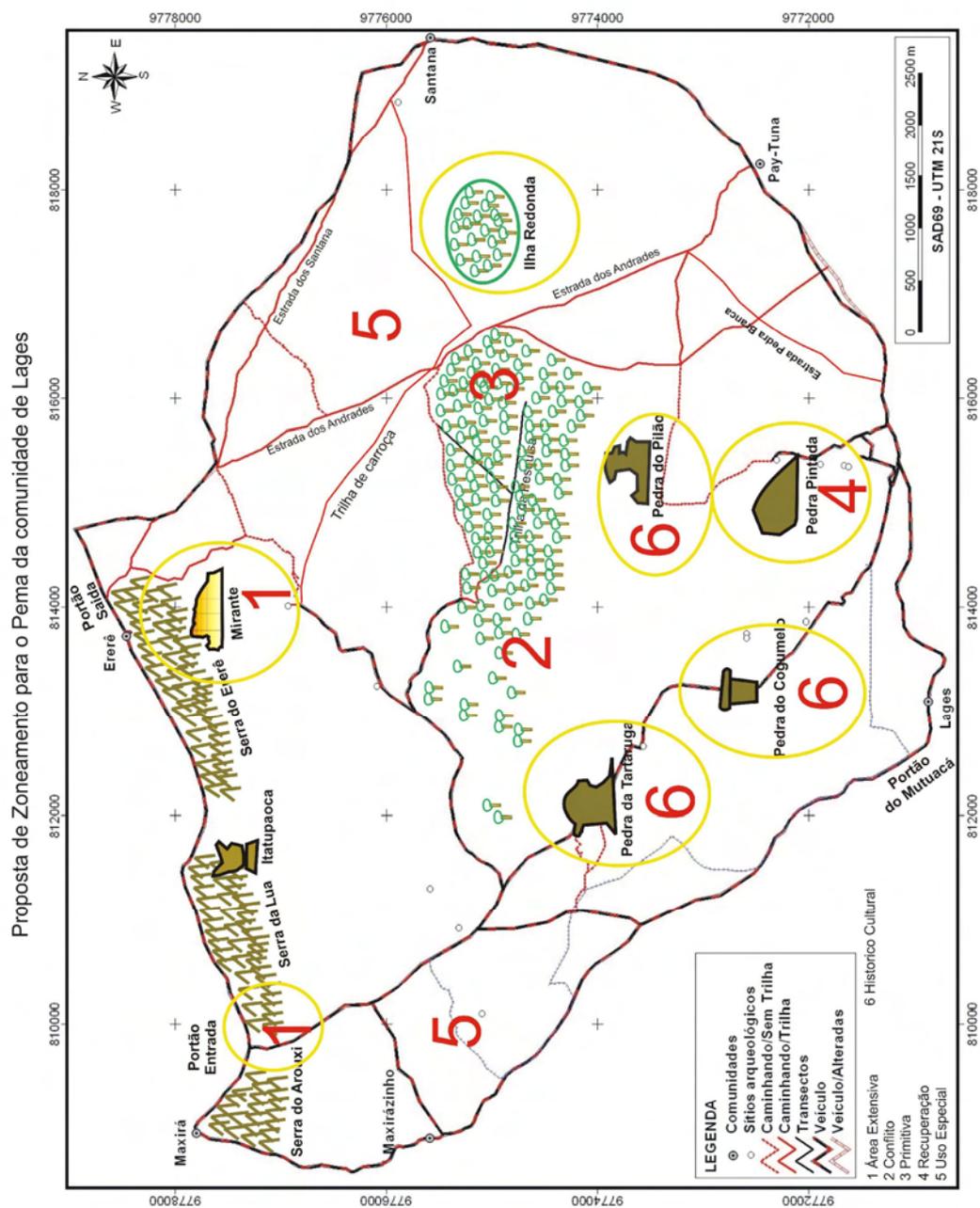


Figura 34 - Proposta de zoneamento da comunidade de Lages. (1) Z. extensiva; (2) Z. de conflito; (3) Z. primitiva; (4) Z. de recuperação; (5)- Z. de uso especial; (6)- Z. histórico-cultural.

Algumas áreas da serra da Lua, serra do Ererê e Pedra do Pilão são reconhecidas pelos moradores como território de uso, pertencente a determinada comunidade. Por exemplo, a gruta do Curupira, essa gruta é território de caça dos moradores do Ererê. A região denominada Cupaibeira é a região de coleta de fruto da palmeira sacuri, utilizada pelos moradores da comunidade de Lages. Os olhos d'água existentes também são de uso de cada comunidade e o acesso também é feito somente por seus moradores. Para os moradores de Santana que utilizam a região do Pema mais próximas de sua comunidade, as regras de manejo valem para os moradores que possuem gado. A área em si é região de pasto nativo que é liberado para uso de todos. Os locais são cercados onde cada morador plantou pasto para seu gado.

Quando mencionadas como zonas de recuperação a ilha Redonda e a Ilha Grande todos foram unânimes ao reconhecer a necessidade e “quicá” a possibilidade de recuperação da área pelo estado. A proposta de manejo dos moradores para o local foi de “participação das comunidades colocando a importância de plantar sementes de árvores que já estão quase em extinção”. Para as zonas de conflito, exceto para a região onde a estrada já foi aberta, os representantes dos moradores acreditam que é possível uma solução desde que não haja perdas para os ditos posseiros como proposto por eles:

“buscar um diálogo para chegar a um acordo de indenização ou recompensação, levando projetos que possa beneficiar estes e melhorar as condições de vida de cada indivíduo”

Há nas comunidades uma perspectiva de se conseguir indenização das posses. Essa indenização será mais significativa para os moradores mais antigos, que já não possuem investimentos na área ou desejam uma vida mais tranqüila na cidade. Para os moradores mais jovens, a chegada de um “projeto” para a comunidade gera expectativas de permanência na comunidade e conseqüentemente a possibilidade de obter algum trabalho.

Não foi definido pelos moradores quais “projetos” devem ser instalados em suas comunidades. A exceção da comunidade de Santana que propôs a instalação de criadouros para animais silvestres. Os moradores não propuseram a instalação de posto de fiscalização para o Pema. Pareceu haver certa “disputa” entre as comunidades quando se referiram à região de conflito. Essa disputa pode ser percebida pela delimitação das áreas de uso de recursos, como se uma comunidade transferisse para a outra a área caracterizada como conflito e assim transferindo o problema.

Essa atitude pode ser percebida na apresentação do mapa e as propostas de zoneamento das comunidades de Santana e Maxirá/ Maxirazinho, quando estes últimos fizeram observações sobre as atividades dos moradores de Santana. Ficou claro para os

moradores que poderá haver proibições e até mudanças, porém estas deverão ser negociadas com as comunidades e no Conselho Consultivo do Pema.

O interesse em participar do manejo do Pema foi comum a todas as comunidades. Inclusive se prontificaram a atuar na recuperação da área próxima a Ilha Grande. Nenhuma comunidade propôs ou delimitou a zona de ocupação temporária. São nessas zonas, segundo o roteiro metodológico, onde a ocupação ou a utilização de recursos naturais é permitida e se estabelecem os termos de compromisso entre os gestores e as comunidades para o uso dessas áreas em um determinado período de tempo.

As comunidades do entorno do Pema não se manifestaram sobre isso, e quando questionadas alegaram que não é uma zona proposta como definitiva, pois, em algum momento, eles teriam que abandonar o uso das áreas. Para a comunidade de Lages não é interessante esse procedimento, pois, segundo eles: “nós já adoamos parte de nossas terras de posse dentro do parque, então não. é bom perder mais”.

A proposta de zoneamento dos pesquisadores

Para os pesquisadores, o zoneamento do Pema deverá ter como pano de fundo os sítios arqueológicos e a conservação da região de mata, onde predomina a vegetação de cerrado. A zona de uso extensivo englobou toda a área do parque e as regiões onde estão situadas as áreas de uso de todas as comunidades do entorno. Entenderam os pesquisadores que, nesse momento, para o zoneamento do Pema até que seja realizada a total implementação deverá ser proposto o termo de compromisso para que os moradores possam se manter.

Todas as áreas onde há pinturas rupestres, cavernas e sítios arqueológicos forma delimitadas como zona histórico-cultural. Estas seriam as áreas da Pedra do Pilão, Serras da Lua e da Serra do Ererê. A zona de recuperação abrangeria a região do entorno da Ilha Grande até a proximidade da pedra da caverna pintada. Essa região ficaria fechada para visitantes até que as ações de recuperação da área sejam finalizadas. Foi uma decisão unânime entre todos os participantes da oficina em função dos estragos vistos nos demais sítios.

A “porta de entrada” do Pema, localizada entre o Arouxi e a Serra do Bode, foi designada como zona de uso especial. Foi proposto como manejo para região da Ilha Grande a instalação de infra-estrutura para uma base de pesquisa com acesso aos moradores das comunidades. Nas zonas de ocupação temporária, como programa de manejo, seriam realizadas pesquisas voltadas para análise do manejo dos recursos utilizados pelos moradores.

A zona de conflito ficou estabelecida na região onde está sendo construída a estrada de acesso a Santana e Paytuna. Para o manejo desta zona foi sugerido um acordo de compensação para o Parque (Figura 37). Os pesquisadores, ao proporem este zoneamento, levaram em consideração os resultados de suas atividades de campo e a relação de uso dos recursos estabelecida pelos moradores na área. A de se considerar que este zoneamento é muito inovador, pois admite que os moradores continuem suas atividades de uso de recursos dentro da região de uma unidade de conservação proteção integral (Figuras 35 e 36).



Figura 35 - Pesquisadores elaborando suas propostas de zoneamento para o Pema.



Figura 36 - Comunitários do entorno conjugando suas propostas de zoneamento para o Pema.

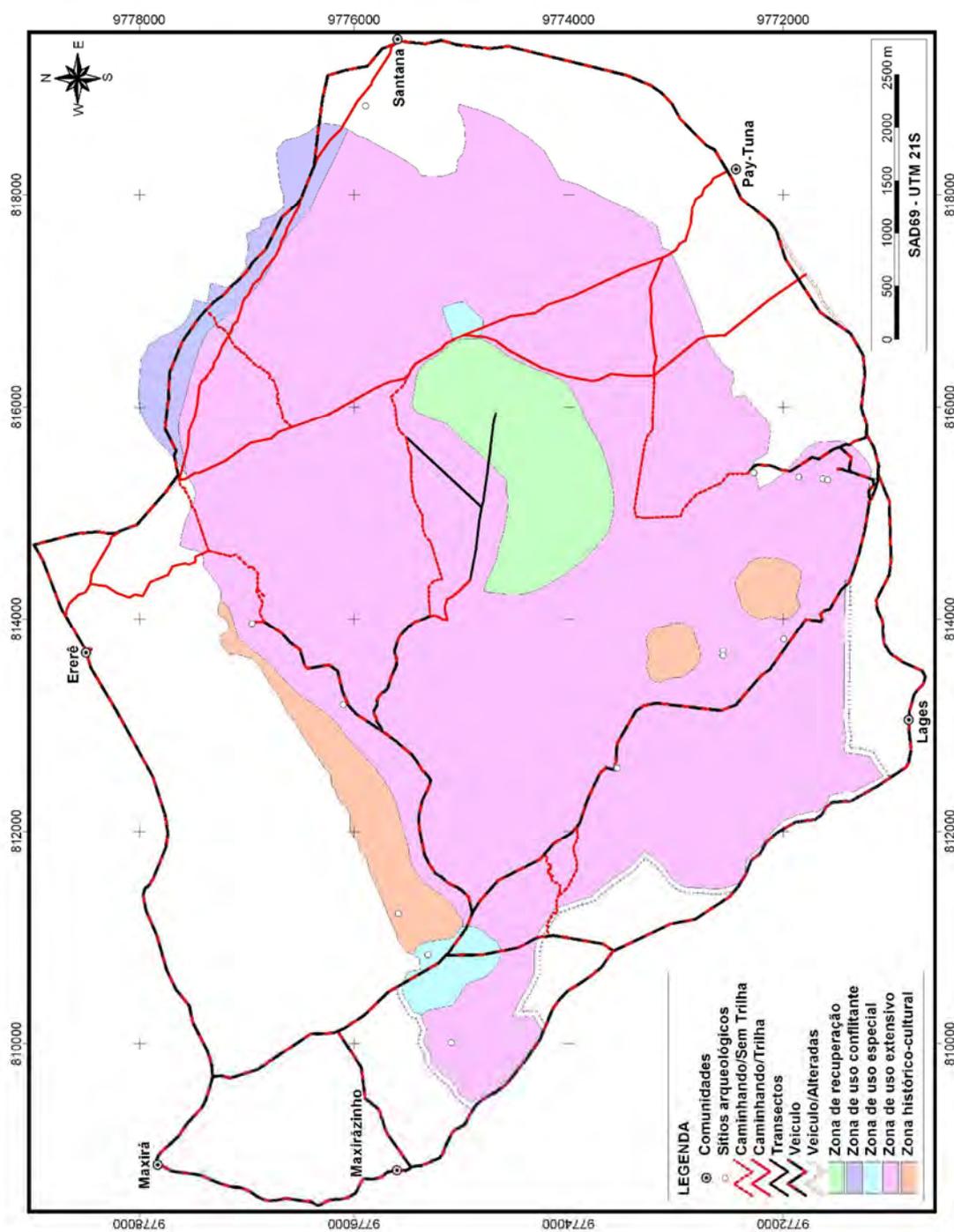


Figura 37- Proposta de Zoneamento dos pesquisadores para o Pema.

A proposta conjunta dos moradores e dos pesquisadores para o Pema

Foi desenhada uma proposta comum para o zoneamento e discutidas as ações de manejo para o parque pelos moradores e pesquisadores (Figuras 38 e 39). Cada alteração foi avaliada em conjunto pelo grupo. Nesse exercício surgiram novas áreas para a delimitação das zonas de uso especial (Figura 40). As áreas ao redor da Ilha Grande foram categorizadas como zona de conflito por ser onde ocorre maior desmatamento para o plantio de pasto. O objetivo de marcar essas áreas como zona de conflito suscitou a idéia de inseri-las no texto plano de manejo como prioritárias para tomada de decisão. Com isso, buscou-se chamar a atenção dos gestores para que tomem providências imediatas para solucionar a questão fundiária do Pema. Segundo alguns dos moradores: “as pessoas têm consciência não usam estas áreas do pé das serras”

As zonas de uso extensivo passam a ser delimitadas nas regiões onde estão situadas as comunidades de Lages e Paytuna, segundo os pesquisadores, por ser essa a região pouco alterada. Todas as áreas onde estão os sítios arqueológicos e as pinturas rupestres foram delimitadas como zona histórico-cultural, são as áreas da Pedra do Pilão, Serras da Lua e Serra do Ererê.

A região da Pedra do Mirante, a área do pé da serra interna ao Pema até a borda da região da Ilha Grande foi o local proposto como sendo a zona de ocupação temporária que atenderia aos moradores do Ererê, Maxirá e Maxirazinho. As outras regiões delimitadas para zona de ocupação temporária atenderiam aos moradores da comunidade de Lages e Paytuna e Santana. Seriam então estabelecidos os Termos de Compromisso com as comunidades para uso dos recursos, até a total implementação do Pema. Os moradores do Ererê sugeriram também a elaboração de acordos de uso para essa zona. É nessa área que eles coletam sementes para confecção dos artesanatos.

A proposta de manejo para a zona de ocupação temporária inclui a realização de pesquisas participativas, voltadas para análise do manejo dos recursos utilizados pelos moradores. A entrada oficial do Pema e designada como zona de uso intensivo estariam localizadas entre o Arouxi e a Serra do Bode. Nessa área se propôs a instalação do centro de visitantes.

Além da região da Ilha Grande, a área próxima a estrada dos Andrade foi designada como zona de recuperação, por ser considerada uma região demasiadamente explorada. Para essa zona, a proposta de manejo foi de manutenção de área para a pesquisa onde seria instalada infra-estrutura, além de acesso permitido aos moradores.

As outras zonas de uso especial foram situadas nas proximidades das comunidades. Elas seriam os pontos de instalação de guaritas para a fiscalização e postos de atendimento aos visitantes do Pema e acesso direto as comunidades do entorno do parque. Os locais

para instalação das guaritas foram indicados pelos moradores. Segundo eles, são nesses locais que ocorrem à retirada de recursos do Pema de forma clandestina.

Para os pesquisadores, a premissa básica para a implantação das ações de manejo do Pema, além das normas legais existentes, é considerar a participação dos moradores nas atividades pertinentes. Algumas dessas atividades de manejo sugeridas envolvem a gestão dos recursos naturais. Assim, a realização de estudos e levantamentos da história do uso dos recursos naturais seria o alicerce para a elaboração dos programas de gestão de recursos para na região do entorno do Parque.

Quanto à questão da elaboração de termos de compromisso e acordos de uso que irão nortear as atividades dentro do Pema foi sugerido que tanto as comunidades quanto os que promovem a visitação deverão ser envolvidos na discussão. Com relação às ações compensatórias observou-se que serão necessários estudos mais técnicos e históricos sobre a região e a avaliação deverá ser em conjunto com os moradores.

As ações de manejo que tratam da visitação e uso público do parque foram significativas para os representantes dos moradores. Um dos programas de manejo sugerido envolve um estudo de viabilidade para a realização de programas de hospedagem na casa dos moradores do entorno. Eles consideram esta ação como promissora, pois reconheceram que: “assim a gente pode ter algum ganho”, comentário do seu Otávio, da comunidade de Maxirá. Os programas que envolvem capacitação também ganharam o entusiasmo das comunidades. Os programas de condutor de visitantes e o de formação de pára-pesquisadores foram considerados como os mais promissores.

É fato que à exceção do Parque Estadual da Serra das Andorinhas, nenhum parque estadual no Pará possui ainda plano de manejo aprovado. A situação sequer é contornada pela elaboração de normas de uso do parque, que visam a estabelecer regras mínimas de uso, de forma provisória. Os gestores teriam como dialogar com os atores sociais com base em regras formais. No entanto, isto não significa que a gestão do parque funcione adequadamente. O plano de manejo é muito mais que um simples livro de normas. Ele embute um diagnóstico socioambiental que, com a participação da comunidade do entorno, pode identificar parcerias, conflitos existentes ou potenciais e indicar os meios de gerir o parque de modo mais efetivo.

Para se conservar e manejar uma unidade de conservação de proteção integral como o Pema, há a necessidade de se elaborar um programa para apoiar a implementação da gestão participativa. Nesse programa, a formação de lideranças locais é primordial. A promoção da compatibilização dos planos de desenvolvimento regional entre os atores interessados também poderá contribuir para se alcançar o manejo da unidade de conservação. Essas atividades ou políticas devem ser desenvolvidas no âmbito do estado

ou até mesmo do município. As formas de gestão devem priorizar a distribuição de benefícios ao coletivo, deverão respeitar a cultura local e ser ecologicamente sustentáveis.

Não foi proposto mudança de categoria da unidade. Está se propondo a inclusão social dos moradores do entorno do Pema para alcançar a manutenção da biodiversidade em uma unidade de conservação de proteção integral, localizada em um enclave de cerrado na Amazônia. Espera-se que as proposições resultantes do plano de manejo do Pema sejam inseridas nas políticas da Sectam para a região. Entre esses resultados a inclusão social dos moradores do entorno deverá ser iniciada com a criação e instalação do conselho consultivo do parque. E nesse conselho a garantia de assento e voz para os representantes das comunidades do entorno. Lembro que por meio dos conselhos consultivos é que se espera atingir a tão sonhada gestão participativa nos parques.

A diretriz do Snuc em seu Artigo 5º. Parágrafo III: “Propõe assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Brasil, 2000). Para garantir que o Conselho Consultivo do Pema seja instrumento efetivo de participação da sociedade e de ajuda à gestão é necessário que as discussões realizadas dentro deles e as propostas ou demandas daí advindas sejam realmente levadas a sério pelos gestores, mesmo que não possam ser sempre aceitas ou atendidas.

A proposta de criação de zonas de ocupação temporária, conforme previsto no Roteiro Metodológico e posteriormente a elaboração dos acordos de uso e manejo, são primordiais para os moradores. Esta ação poderá permitir o estabelecimento de uma futura relação pautada na necessidade de se caminhar rumo a uma gestão mais envolvida com a sociedade em geral e as comunidades locais em particular. A participação e o envolvimento dos moradores do entorno na elaboração do plano de manejo do Pema não é um caso isolado na Amazônia. O diferencial é que, nesse caso, atua-se em uma unidade de conservação de proteção integral sob gerência do estado.

No Brasil, várias análises de eficiência e eficácia do manejo de parques têm apontado que somente a adoção de estratégias colaborativas não é suficiente para garantir o sucesso da gestão de um parque. Fatores como a falta de recursos e de processos gerenciais adequados prevalece nos órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

Vale lembrar outras regiões onde acordos de uso de recursos constam dos planos de manejo. Os exemplos relatados por Primack e Rodrigues (2001), em parques na África e no Nepal, onde há permissão para as populações utilizarem recursos das unidades de conservação. Em vários parques africanos há permissão de abate de grandes animais de caça para o consumo da população local. No Nepal, a colheita de bambu e sapé no Parque Nacional Chitwan pela população local é permitida e, no Brasil, um exemplo recente desse

procedimento foi o termo de compromisso assinado entre o Ibama e as comunidades para uso de pescado na Rebio do Lago Piratuba no Amapá (Ibama, 2006).



Figura 38 - Apresentação do mapa do zoneamento das comunidades do entorno.



Figura 39 - Mapa lúdico com proposta dos comunitários e pesquisadores para o zoneamento do Pema.

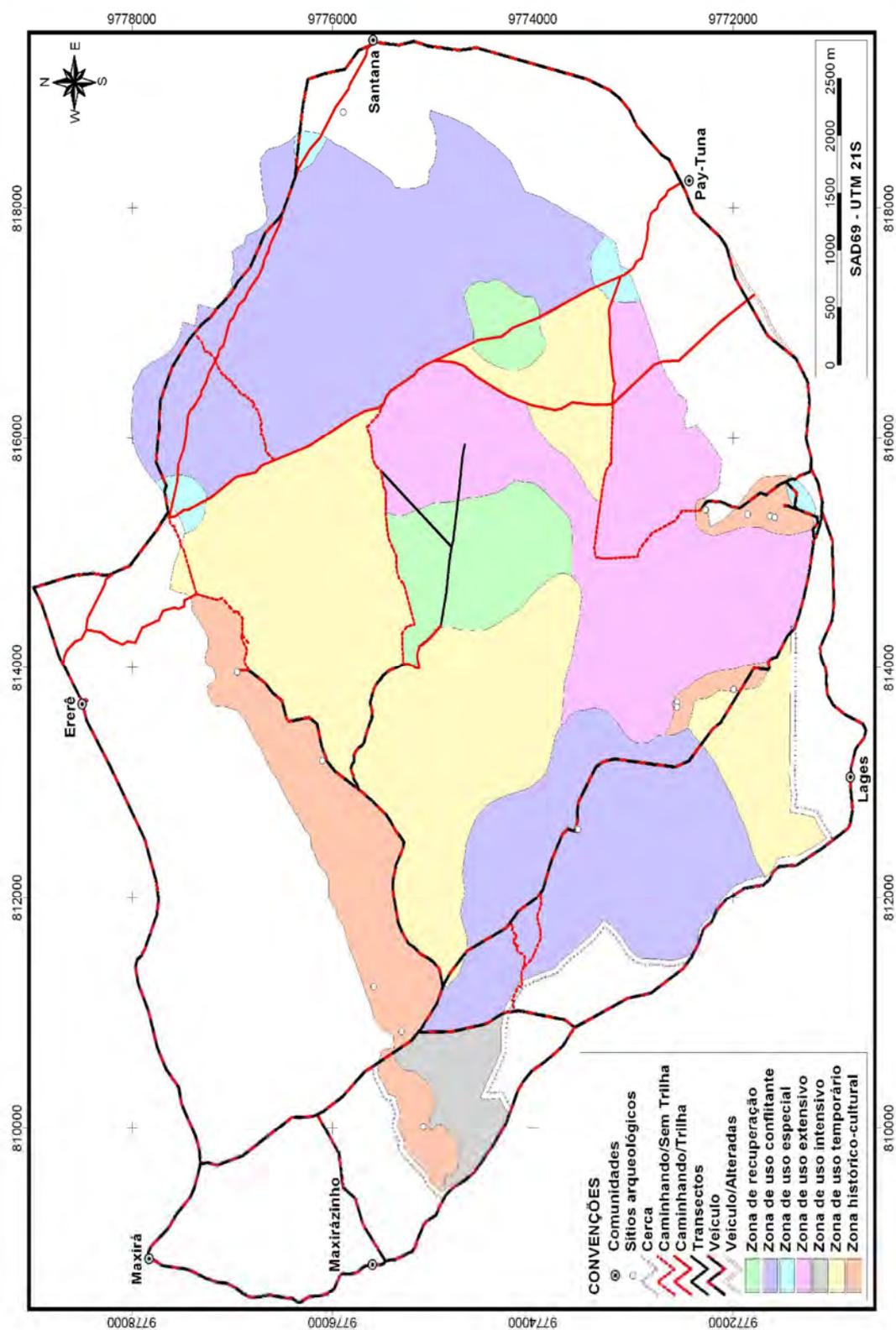


Figura 40 - Mapa conjunto, elaborado pelos moradores e pesquisadores para o zoneamento do Pema.

10.4 ENCONTROS E EMBATES: A PERCEPÇÃO LOCAL DO PEMA

“Isso aqui é muito antigo, antes de existir monte alegre, já existia o Ererê..., a natureza é quem criava a gente” D. Elza, 87 anos moradora de Santana

A partir da forma de como os moradores do entorno delimitaram as zonas de uso do Parque foram perceptíveis os seus conhecimentos da região e a compreensão dos espaços, onde cada comunidade vive e detêm foram determinantes. A identidade, a afetividade e o respeito mútuo pela história de uso e ocupação dos territórios que cada comunidade tomou para si, mostraram o conhecimento de que, em um futuro próximo, esses espaços pertencerão ao Estado.

Embora a criação e o estabelecimento do Pema sejam uma realidade, não deixa de ser uma ameaça aos territórios, enquanto espaços de moradia e produção, onde os moradores se mantêm tanto socialmente quanto materialmente. São nesses espaços que foram construídos suas estratégias de organização e uso dos recursos. Nesse processo estão em jogo os patrimônios acumulados ao longo das gerações que nessas áreas se estabeleceram, constituíram suas terras, construíram seus saberes, seus territórios de uso dos recursos e o que conseguiram acumular de capital. Remete também a disputas em dimensões individuais (como as áreas de caça); familiares (grupos domésticos que se apropriam de coleta de cajuí e sacuri); e regionais (entre comunidades que utilizam uma mesma área para o gado e retirada de madeira).

No entanto, eles desejam ter reconhecidos seus direitos, assim como participar da negociação e do Conselho Consultivo onde a possibilidade de garantir que suas coletas de produtos possam ser mantidas e ser considerada como um esforço bem sucedido para a conservação do Pema. Para as comunidades do entorno do Pema ser parte do processo, é uma vontade por várias razões: para começar ter garantido o acesso aos recursos; resolver as questões fundiárias e definir o direito a terra; e a perspectiva de que haja melhorias para suas comunidades sob forma de projetos.

Com essa atitude, os moradores esperam poder negociar com o governo o uso de alguns recursos, principalmente dos produtos florestais não madeireiros. Uma das propostas surgidas na oficina de planejamento foi a utilização do Termo de Compromisso com as comunidades para regulação do uso de recursos no interior da unidade de conservação.

Para as comunidades do entorno, esse instrumento pode ser traduzido como uma forma de empoderamento local, no sentido de ampliação da participação desses moradores na tomada de decisão. Está claro para as comunidades que irá haver uma redução da utilização dos recursos dentro da unidade, mas para que isso garanta a sustentabilidade das

famílias será necessário que haja outras fontes que permitam substituir os recursos utilizados para a geração de renda.

A acumulação de informações sobre uso de recursos naturais por populações locais tem oferecido aos cientistas modelos de uso sustentável desses recursos. Baseados no argumento de que essas populações sabem usar e conservar seus recursos biológicos, a participação nas tomadas de decisão sobre o planejamento e a gestão de unidades de conservação é considerada como fundamental (CUNHA, 2000; CUNNINGHAM e SHANLEY, 2001; BEGOSSI e HANAZAKI, 2002).

Há críticas aos projetos de "etnoconservação" que criaram uma nova batalha pela conservação da biodiversidade e populações locais. Isto tem implicações importantes em termos da relação entre conhecimentos científicos e saber local. De um lado fortalece propostas de conservação sem a presença humana, que pediriam decisões centralizadas e meios de aplica-las. Há ainda os que defendem que a participação de populações locais em projetos de conservação pode gerar prejuízos as próprias populações em virtude das diferentes relações de poder existentes (BRANDON et al, 1998; ESCOBAR, 1998, TERBORGH, 2002).

O parque é visto por todos como uma fonte de geração de emprego e renda. Há uma demonstração por parte das comunidades de ser visível e participe do processo de implementação da unidade o que provavelmente tem reduzido os conflitos. A cobiça sobre o Pema, por parte da prefeitura e de alguns grupos da cidade, está calcada na possibilidade de criar empreendimentos para o turismo e, novamente, a geração de renda entra como componente do "reconhecimento da importância do parque".

Não se pode negar que existem problemas na co-existência de populações locais e unidades de conservação; a normatização existente até hoje não é suficiente para resolver plenamente esta questão. Apenas a participação de representantes das populações locais nos conselhos seja consultivo ou deliberativo das unidades de conservação e planejamentos participativos não garante a participação e a inclusão sociais efetivas. Trata-se, portanto de uma questão política, pois se trata do empoderamento de um grupo até então excluído e é um processo e como tal, está se consolidando e evoluindo.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O envolvimento de populações locais foi institucionalizado como solução para resolução de “problemas”, causados pela ocupação humana em unidades de conservação e seu entorno, um dos aspectos polêmicos na administração de áreas protegidas. A aceitação da ocupação humana em unidades de conservação e em seu entorno ocorreu via debates, relativos às causas sociais da crise ambiental envolvendo ambientalistas, representantes de populações locais e atores institucionais. A adoção da proposição de uso sustentável dos recursos naturais, a regulamentação e o controle do uso dos recursos naturais, com a regulamentação do Snuc, e diretrizes internacionais amplamente discutidas, como a CDB, permitiram expor aos efeitos perversos da exclusão as populações que viviam em parques e seu entorno.

A inserção das causas ambientais, junto aos movimentos ambientais, desencadeou propostas para o extrativismo e a agricultura, atividades de manutenção das populações locais, mantendo seu acesso aos recursos naturais e a sua participação no planejamento e gestão das unidades de conservação.

A constatação da compatibilidade entre o uso dos recursos naturais e a conservação ambiental foi reafirmada por inúmeros estudos a partir de 1980. Esses estudos apontaram as especificidades da relação entre as populações locais e o meio ambiente; e identificaram os problemas socioeconômicos decorrentes da delimitação das unidades de conservação. Dentre eles, os conflitos entre população local e órgãos gestores, resultantes das restrições às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais necessários à reprodução social dessas populações.

Assim, o estabelecimento do Snuc permitiu a garantia da participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, como por exemplo, a formação dos conselhos consultivos, divulgação de informações à população e a outras partes interessadas. A participação local nas tomadas de decisões e o *saber local* são vistos como possibilidade de contribuição para elaboração de soluções no uso dos recursos naturais.

A adoção das determinações do Snuc ocorreu sob a dinâmica de gestão de unidades de conservação já existentes no país e na Amazônia. Algumas delas sequer elaboraram seus zoneamentos e planos de gestão ou manejo; outras, em menor número, além de já se utilizarem desses instrumentos, contam também com projetos de ação de desenvolvimento e de conservação em andamento.

A política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os

objetivos a que se propõem. Essa via é a da inclusão da perspectiva das populações rurais no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas.

Ao idealizar uma proposta de pesquisa que envolvesse populações locais, seus conhecimentos e saberes para a elaboração e implementação de um plano de manejo, procurei trazer à tona as perspectivas de aliar conservação, conhecimento local e políticas públicas.

Até hoje, lembro das cenas que me chamaram a atenção quando participei do seminário para criação de unidades de conservação em Monte Alegre e que posteriormente me ajudaram a perceber que dali teria um “caso” a estudar, discutir, propor. Assim, por acreditar que os moradores ali presentes deveriam participar, entender, ter voz no novo processo que se configurava na política de conservação, aliado a uma dose de idealismo, constituiu uma mistura de elementos que me levaram a aceitar o convite de “Seu” Arnaldo de voltar e conhecer a sua comunidade.

Ao presenciar a solenidade do evento em que prefeito, representantes do estado, coordenadores, pesquisadores e autoridades discutiam sobre biodiversidade, unidade de conservação, participação, políticas de desenvolvimento para Amazônia, em meio a olhares e expectativas de que mudanças estariam por vir a partir da criação de uma unidade de conservação. Isso me fez pensar: como seria a concretização desse processo? Teria a oportunidade de dar continuidade a experiências que eu já havia vivenciado no Parque Nacional do Jaú, antes das regulamentações e legislações que reconhecessem o conhecimento local e a importância da participação das populações locais nas tomadas de decisão?

O desafio para mim foi o de reunir minha vivência e empirismo a uma proposta acadêmica em que concepções sobre conhecimento local, uso de recursos, territorialidade, políticas ambientais nem sempre se conjugam. Certamente apenas cumpri parte do desafio, visto que o plano de manejo está elaborado e nele as idéias, vivências e história da população do entorno estão inseridas. A perspectiva desenvolvida junto a esses moradores, em um lugar conhecido mundialmente, por sua importância na história evolutiva e ambiental, de ocupação de um enclave de cerrado na Amazônia poderá ter outros desdobramentos.

De todo jeito, busquei construir uma abordagem local, com ênfase nas relações entre populações do entorno e pesquisadores, atores institucionais, políticas ambientais, conhecimento local, legislações pertinentes, no processo de elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Monte Alegre. Isso resultou na elaboração do plano de manejo, com suas propostas de zoneamento e manejo construídas a partir do envolvimento das

comunidades do entorno e conciliando conhecimento local e científico para a gestão de unidades de conservação de proteção integral.

O modelo desejado para as unidades de conservação de proteção integral pressupõe a proteção e preservação dos recursos naturais da biodiversidade com geração de benefícios para as populações do entorno. Entretanto, a gestão participativa que seria a mola mestra para a conservação da biodiversidade, não está de fato, concretizada nas políticas executivas. Com a ausência de interlocução entre todos os envolvidos, a gestão não se realiza e fica no discurso político, limitada nas apresentações institucionais.

É no local que se encontram as sugestões e até soluções aos impasses e a criação de novas proposições a serem adotadas pelo poder público. Nas reuniões e nas oficinas realizadas nas comunidades, na sede municipal e em Belém, lideranças e representantes das comunidades, pesquisadores e agentes dos órgãos públicos estaduais e municipais debateram a problemática da conservação ambiental, identificaram necessidades e sugeriram ações políticas para sua região. A compilação dessas reuniões que foi inserida no plano de manejo deve ser uma referência para a promoção da implementação do Pema.

Os pontos principais das propostas para o zoneamento e programas de manejo, focalizaram melhorias na condição de vida e na manutenção da utilização dos recursos pelos moradores locais, a definição fundiária de suas terras e financiamentos adicionais que são sinalizados como chegando junto com a proteção ambiental.

Essas colocações refletem o resultado prático obtido: a elaboração do plano de manejo. Poderia “quicá” afirmar que para os gestores, pesquisadores e as instituições este seria o resultado ideal desta tese. No entanto, para as comunidades, a participação na elaboração do plano de manejo será para elas uma possibilidade de se tornarem visíveis para esses mesmos gestores, ou pesquisadores e até para as instituições e com isso verem atendidas muitas de suas necessidades. A conservação da biodiversidade, a proteção do meio ambiente e os demais requisitos que envolvem uma unidade de conservação e seu plano de manejo tornaram-se coadjuvantes.

A maior parte das unidades de conservação da Amazônia ainda não conseguiu deslanchar como uma proposta de conservação aliada à participação das populações locais seja em seu interior ou no entorno. Boa parte delas está na fase de desenvolvimento e implantação de seus planos de manejo, buscando alcançar um controle mais efetivo de seus objetivos de criação, a conservação da biodiversidade. Por isso, é necessário realizar estudos sobre experiências de gestão em unidades de conservação, em termos de efetivação dos planos de manejo, da estruturação dos conselhos consultivos, participação da população local, associando benefícios da biodiversidade, para a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Das análises desenvolvidas, instrumentos de gestão participativa, abordagem sugerida pela UICN, se aplicado as práticas dos gestores das unidades de conservação devem contribuir para redução da pobreza das comunidades do entorno por meio de geração de benefícios.

Esses benefícios se traduzem em programas de desenvolvimento capazes de gerar a tão esperada “melhoria de nossa vida” e devem contribuir para a implantação de tecnologias inovadoras, preferencialmente ligadas as formas locais de produção e relação social. É importante que as comunidades participem dos debates e das propostas para a gestão da unidade, certamente terão contribuições a dar. Vale lembrar que as comunidades do entorno estão situadas na unidade de conservação APA Paytuna, categoria de uso sustentável que permite a utilização de recursos, implantação de projetos e programas de desenvolvimento.

O imbricamento da etnobiologia e etnoecologia com as políticas ambientais permite que os conhecimentos tradicionais, os modos de vida e entendimento de espaços e territórios de comunidades seja utilizado para gestão participativa e aplicado as políticas de conservação. No que se refere à aplicabilidade, há um crescente reconhecimento de que fatores sociais devem ser levados em conta em estratégias de manejo para gestão de unidades de conservação.

Este estudo ganha relevância na medida em que o governo do Estado do Pará, em sua proposta de estruturação dos seus órgãos ambientais, está buscando parcerias e multiinstitucionalidade para a implementação dos planos de manejo. No entanto, é urgente a necessidade de superar as incertezas existentes sobre como deve funcionar a gestão de unidades de conservação de proteção integral e qual é a metodologia mais adequada para a elaboração e implementação dos planos de manejo.

Vale ressaltar que a Sectam abriu concursos públicos e está revendo a sua estruturação do ponto de vista político, estabelecendo uma secretaria somente de “meio ambiente”. A elaboração e institucionalização do sistema estadual de unidades de conservação trarão formas de garantir a implementação dos planos de manejo com base participativa.

Fica evidente a necessidade de estudos de casos específicos, comparativos, pró-ativos e, (por que não?) participativos, com os mais diversos olhares, para identificar com melhor precisão as dificuldades e contradições – assim como também seus avanços –, visando transformar um “discurso consensual” e um “embasamento legal” em uma efetiva democratização da gestão ambiental pública.

O envolvimento comunitário, bem sucedido nas pesquisas sobre a biodiversidade e também no esforço de elaboração de zoneamento e propostas para o manejo do Pema, exige que as tomadas de decisão e as responsabilidades sejam compartilhadas entre todos os parceiros. Isto significa que as instituições burocráticas necessitam abrir mão do controle

hegemônico e delegar responsabilidades aos grupos comunitários que demonstrem interesse e habilidade em assumir certas tarefas.

A elaboração do plano de manejo do Pema representou um importante resultado para as futuras ações políticas do Estado no que se refere às questões ambientais. Ele foi projetado para levar adiante os objetivos iniciais do Pema com sua ênfase na consulta e na disseminação da informação por meio da pesquisa participativa, ampliando o seu escopo para abranger a criação uma estrutura de gestão capaz de lidar mais adequadamente com as complexidades sociais e ecológicas do monitoramento da biodiversidade. Este poderá se transformar num mecanismo capaz de articular o conhecimento local e os valores comunitários com a ciência e política, corporificando uma abordagem pró-ativa e integrada que combine uma visão de longo-prazo com projetos orientados para a ação que implementem o manejo do Parque.

Os dois principais desafios a serem superados pela gestão ambiental para implementação do Pema dizem respeito à definição do seu papel em relação às agências (científicas e reguladoras) e às iniciativas locais, bem como à garantia de que as iniciativas serão desenvolvidas num espírito de cooperação, onde nenhum dos vários grupos participantes domine o processo. A implantação do conselho consultivo deverá obedecer às necessidades dos gestores, da população do entrono e da cidade. O êxito desse plano de manejo dependerá da percepção de sua importância para o cumprimento do mandato das agências governamentais e também de sua relevância em termos da representação dos interesses das comunidades. Provavelmente, uma forma de parceria que precisa ser mais ativamente cultivada no futuro é a ligação entre a pesquisa científica e os empreendimentos comunitários existentes na área estudada.

A experiência gerou novos desafios e as lições aprendidas forneceram valiosos *insights* sobre as implicações conceituais, metodológicas e práticas da aplicação de uma abordagem integrada para iniciativas de conservação da biodiversidade. A participação de populações locais na elaboração dos planos de manejo de todas as categorias unidades de conservação deve ser considerada.

Não será possível mudar as atitudes societárias com relação à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade a não ser que haja algum tipo de entendimento dos fatores que influenciam a criação e implementação de unidades de conservação. Isto exige um entendimento mais amplo das implicações da mudança nas relações de poder, como resultado de processos envolvendo múltiplos atores sociais e das necessidades institucionais de assegurar a gestão ambiental. Talvez iniciativas capazes de promover a articulação da ciência com o conhecimento local possam contribuir significativamente no sentido de proporcionar uma compreensão mais profunda da importância da biodiversidade para todos os envolvidos.

Essas iniciativas poderão contribuir também para enraizar as experiências individuais da população num esforço mais amplo de inventário, monitoramento e utilização de recursos biológicos – um pré-requisito para o seu uso sustentável, conforme proposto pelas comunidades do entorno.

A fim de assegurar um envolvimento ativo dos cidadãos em iniciativas relacionadas à conservação da biodiversidade, é essencial viabilizar o seu envolvimento em atividades de gestão local. Ao mesmo tempo, as comunidades não poderão levar a termo novas iniciativas se não receberem apoio científico, técnico e financeiro adequado.

Uma abordagem integrada deveria ser transdisciplinar, para tornar inteligíveis as interações entre o comportamento humano e os processos ecológicos. Deveria transpor e construir pontes entre as ciências naturais e sociais e facilitar as ligações entre os cientistas, as comunidades e os formuladores de políticas.

Por fim, a pesquisa participativa fomenta a mudança social por meio da construção da capacitação e do empoderamento da comunidade. A gestão participativa promove um entendimento, mediante a pesquisa interdisciplinar e tomadas de decisão, envolvendo múltiplos atores sociais.

A elaboração do Plano de manejo do Pema articulou o conhecimento científico com o conhecimento local e com a conscientização das comunidades sobre a problemática da biodiversidade. Por meio de um processo de aprendizagem social e de investigação transdisciplinar, todos os participantes dispõem agora de um melhor entendimento das questões científicas e sociais que lhes dizem respeito e estão começando a reconhecer que, juntos, eles podem ser parte da solução - sem dúvida, uma percepção de importância fundamental para a preservação dos recursos biológicos do Pema. Essa nova visão da conservação exige novos papéis para funcionários e gestores e para a comunidade local no manejo de unidades de conservação; isso também exige maior ênfase de treinamentos e comunicação do que habilidades técnicas

A maioria dos moradores do entorno mostraram-se dispostos a apoiar a implementação do Pema. Essa atitude pode ajudar a consolidar uma forma de conservação que seja diferente da utilizada pela maior parte dos gestores de “cima para baixo” que ainda prevalece em muitas regiões da Amazônia.

O governo estadual começa a assumir, ao menos no plano do discurso, a importância da biodiversidade para um desenvolvimento em bases sustentáveis da região. As comunidades do entorno do Pema vão-se apercebendo do fato de que conservar o ecossistema é condição para sua própria sobrevivência, na medida em que dependem de uma exploração sustentável dos recursos biológicos locais como meio de subsistência; conscientizam-se da importância dos seus conhecimentos empiricamente acumulados a respeito dos recursos da região, para o melhor aproveitamento desses recursos. A

população da cidade percebe a importância da conservação da biodiversidade como forma de garantir ganhos econômicos gerados a partir da implantação do Pema.

Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica tenha força de lei nos países que a ratificaram, isto não assegura sua capacidade de fazer valer, concretamente, suas determinações.

É talvez na escala do local onde se colocam os mais sérios desafios à sua implementação. A CDB não representa, a conclusão de um processo de negociação internacional com respeito aos diversos aspectos envolvidos com a temática da biodiversidade. Ela é também parte e expressão de uma dinâmica ainda em curso de disputas e alianças no que se refere a seus desdobramentos práticos no território.

É possível afirmar que a biodiversidade vem sendo, ainda que de forma lenta inserida à legislação, às políticas públicas e ao discurso das elites estaduais e regionais. Ao mesmo tempo surgem novos atores, organizam-se novas parcerias e propõem-se novos projetos alternativos de uso da terra e dos recursos naturais da região, o que pode ser percebido como início de mudanças.

No entanto é fundamental o envolvimento e o comprometimento, não apenas dos poderes públicos e dos atores mais diretamente interessados e afetados pela temática da biodiversidade, mas da sociedade como um todo.

RECOMENDAÇÕES

□ O apoio institucional mostra-se a condição necessária para o desenvolvimento local do qual depende a sustentabilidade. No entanto, as ações dirigidas serão sempre caras e dependentes de fonte de apoio institucional se não houver também investimentos em mudanças em outras esferas sociais para a promoção integral e não fragmentada de sociedades sustentáveis.

□ A visibilidade da vontade de participação expressa pelos representantes das comunidades locais deve ser inserida nas discussões políticas acerca da implementação do Pema, e não como uma atividade apenas dos intelectuais e agentes ambientais da SECTAM, as populações devem ser ouvidas tanto para a constituição dos Conselhos Consultivos quanto da implementação dos programas de manejo.

□ O estado deve garantir que o plano de manejo, tal como foi elaborado pelos moradores, possa ser executado respeitando-se a questão espaço de utilização dos recursos naturais, realizando estudos complementares com o envolvimento direto dos moradores locais.

- Estabelecer junto à prefeitura do município uma política de parceria para conservação do Parque Estadual Monte Alegre e da APA Paytuna.
- A fim de assegurar o envolvimento ativo dos cidadãos na conservação da biodiversidade, torna-se imprescindível criar um senso de apropriação comunitária desse processo, ressaltando assim a conservação da biodiversidade como função principal das unidades de conservação.
- A CDB embora ressalte em seus artigos a prática de ações que fomentem a distribuição dos benefícios, reconhecimento do conhecimento local, estes ainda estão distantes das práticas adotadas pelos gestores e até por pesquisadores que atuam na área de conservação.

PÓS-ESCRITO: situação atual do plano de manejo

Após a conclusão dos trabalhos de campo e da oficina de planejamento, a Paratur organizou um evento para a apresentação dos resultados obtidos. Esse evento foi realizado na cidade de Monte Alegre para a sociedade local. O evento aconteceu em novembro de 2006 e foram convidados os moradores do entorno, representantes da cidade, Sectam e prefeitura de Monte Alegre. Embora tenha sido amplamente divulgado o comparecimento desses atores no evento foi nulo. Apenas os moradores das comunidades do entorno compareceram. Nenhum representante da cidade foi ao evento para avaliar as propostas surgidas na oficina de planejamento.

Quando conversei com alguns dos moradores da cidade que não participaram das reuniões sobre o Pema, sobre o não comparecimento ao evento a resposta foi: “de que este evento não muda nada”; eles se referiam a lei municipal que propõe a cessão do território do Pema para o município. Para outros moradores da cidade, a decisão já está tomada pela prefeitura que, para eles, é soberana nas resoluções municipais.

Em janeiro de 2007, a Paratur encaminhou o documento final do plano de manejo do Pema à Sectam. Em outubro de 2007, a Sectam emitiu parecer sobre o documento do plano de manejo. Os técnicos da Sectam ao avaliarem o documento retiveram-se a dar sugestões apenas nos dados emitidos pelos pesquisadores quanto à caracterização biológica da área. Não emitiram parecer sobre as atividades de manejo propostas para o Pema. O que permite avaliar que o fato dos técnicos da Sectam não terem participado do processo de elaboração do plano de manejo os fez ter uma leitura do documento, baseada apenas nos seus conhecimentos de formação.

Há que se considerar as mudanças políticas ocorridas no estado do Pará no que se refere à política ambiental, além da mudança partidária ocorrida no governo do Estado, a Sectam passou por uma reestruturação institucional que envolveu suas atribuições, a contratação de novos técnicos, mas não a sua capacitação para a elaboração de planos de manejo. A Sectam foi desmembrada em duas secretarias estaduais: a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Sedect) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). A Sedect está voltada para explorar diversidade de recursos naturais da Amazônia sem destruí-los. Tem esta secretaria a função de unir ciência, tecnologia e desenvolvimento, a fim de promover uma competitividade baseada no conhecimento e uma exploração ambientalmente mais qualificada dos recursos naturais.

A Sema ficou com a responsabilidade de assumir as atividades de licenciamento ambiental, do gerenciamento das unidades de conservação, do monitoramento ambiental e da educação ambiental. O modelo político ambiental adotado pelo estado do Pará no que se refere à estrutura institucional é uma síntese do modelo de gestão do governo federal.

O estado criou também o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado (Ideflor), que ficará responsável não só pela concessão do uso das florestas estaduais, mas também pela coordenação de toda política florestal para o Estado. Dentre as atribuições da Sema estão, ainda, o incentivo a pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e a projetos inovadores para o uso da biodiversidade.

A renovação no quadro de pessoal técnico; elaboração de políticas ambientais mais rígidas para a liberação de licenças ambientais; e uma postura mais voltada à participação das populações locais foram algumas das mudanças assumidas pelo órgão. Segundo seu diretor, Valmir Ortega, a perspectiva para a implementação dos planos de manejo para as unidades de conservação poderão vir com base em recursos financeiros, advindos da compensação ambiental. Para as unidades de conservação, a proposta imediata é executar a implantação dos conselhos consultivos.

O Simpósio "Conservação de Biodiversidade em Paisagens Florestais Antropizadas", realizado em Belém de 21 a 23 de novembro de 2007, teve como objetivos examinar e quantificar os impactos das populações humanas sobre a biodiversidade das regiões de florestas. Além de discutir os desafios e as oportunidades para a conservação da biodiversidade em áreas protegidas, florestas manejadas para corte seletivo e em regiões com uso intensivo da terra, incluindo a agricultura, silvicultura e urbanização.

Algumas sugestões para a atual política de conservação do Estado do Pará foram propostas pelos pesquisadores participantes. Entre as quais que os técnicos do governo devem "aprender a ouvir "os problemas, advindos das comunidades que utilizam os recursos da floresta. Para eles, a questão da conservação "não é somente cercar *habitat* intactos e jogar a chave fora, conservação tem escalas, gradientes de uso e paisagens que mesmo que pareçam devastadas, tem uso". Carlos Peres (coordenador do seminário).

Para o secretário da Sema, a conservação da biodiversidade no Estado do Pará: "deve ser tratada por um conjunto de iniciativas com ações do governo estadual, federal, municipal e das ONGs". Para ele, há uma carência de consolidação no estado da gestão ambiental e que estas ações políticas devem ser tratadas em fóruns das secretarias estaduais. A nova estruturação da secretaria deve compor uma rede de parcerias, onde a sociedade, as instituições públicas e privadas poderão contribuir.

No quesito unidades de conservação, segundo o secretário, a criação de um fundo de áreas protegidas gerida a partir de recursos, advindos da compensação ambiental, poderá estruturar a esfera pública do estado para gerir e proteger as unidades de conservação e realizar a gestão da biodiversidade.

O documento do plano de manejo do Parque Estadual Monte Alegre, atualmente encontra-se na Sema e na Paratur. Há uma proposta da Paratur para que seja realizada uma reunião em conjunto com os técnicos da Sema e os pesquisadores, além dos

avaliadores do Ministério do Meio Ambiente, ligados ao programa do Proecotur para a avaliação final do documento e dar início as propostas de manejo para o Pema.

No município de Monte Alegre, a prefeitura, segundo seu secretário de agricultura, turismo e meio ambiente, Francisco Lima, ainda não fez a solicitação de mudança do território do Pema ao Estado. Isto ocorre, segundo ele, em função das novas políticas, adotadas pelo estado para as áreas protegidas em geral, e que envolvem o município, como, por exemplo, as políticas de concessão florestal e a Flota do Paru estará contemplada.

Os moradores do entorno do Pema, estão na expectativa da criação do conselho consultivo do parque. Para eles, o caminho percorrido até então não garantiu seu envolvimento nem mudanças no modo de vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, v.16, n.3, p.273-285, 2002.

ALCÂNTARA NETO, C.P. **Ecologia e pesca dos Maparás, Hypophthalmus ssp. (Siluriformes, hypophthalmidae), no Lago Grande de Monte Alegre, Baixo Amazonas, Pará.** 1994. 268p. Dissertação (Mestrado Biologia)- em Universidade Federal do Pará, Belém.

ADAMS, et al.O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: Adams, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui Ed.; Neves, Walter, Ed. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.**/São Paulo: Annablume, 2006.295-321p.

ALDÉ, L. Etnia pra que te quero. **Revista de História.** v.2 mar. P.16-27, 2007. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em dez. 2007.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** 2002.827p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ALMEIDA, F. **Crônicas de Monte Alegre.** [s/Ed.] 1979. 193p.

ALMEIDA, M. Acre: reserva extrativista do alto Juruá In: **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1994. 276 p.

ALMEIDA, A. W. B.. Quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ciganos, faxinaleses e ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

AMEND, S. E AMEND, T.- Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble? In:_____ **Espacios sin habitantes? Parques Nacionales Del America del Sur.** Caracas: Nueva Sociedad, IUCN 1992, p 457-472.

AMOROZO M.C.M.A Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais In: DISTASI,L.C **Plantas medicinais: arte e ciência.** Um guia de estudo interdisciplinar. (ed)Ed.UNESP. SP. 1996. p 47-68.

AMOROZO, M.C.M. Management and conservation of *Manihot esculenta* Crantz. germ. plasm by tradicional farmers in Santo Antonio do Leverger, Mato Grosso State, Brazil. **Etnoecologica**, México , v.4, n.6.p 69-83, 2000.

AMOROZO, M.C.M. e GELY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena, PA, Brasil.**Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Botânica , Belém, v. 4, n.1,p:47-131,1988

ANGELO MENEZES, M.N.-Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento e de sustentabilidade no município de Monte Alegre no Estado do Pará: áreas especiais de interesse turístico e locais de especial interesse turístico. Universidade da Amazônia- 70p 2002. mimeografado.

ARRUDA, R.S.V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C.(Org.) **Etnoconservação** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo. NUPAUB, USP, . 2000.p. 273-290.

AUGUSTO, C.; MOREIRA, E. Monte Alegre na visão dos cronistas e viajantes: 1817 a 1913. Em: Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente, ambiente e conflitos sociais. **Boletim do Museu . Paraense. Emílio Goeldi**. Serie. Antropológica. Belém n. 14, p.91-93.1998.

AZIZ N. A.. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n.45, p. 26, 2002.

BARATA, F. Uma análise estilística da cerâmica de Santarém. Separata de: **Revista Cultura do Instituto . de Antropologia. e Etnologia do Pará**, Belém, n. 5, 1953.

BARRETTO FILHO, H.T. Da Nação ao planeta através da natureza. Brasília:UNB,1977. **Série Antropologia**, nº 222,

BARRETO FILHO, H.T. Populações Tradicionais: introdução a crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R; NEVES, W., (Eds). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**./São Paulo: Annablume, 2006. p.109-143.

BARROS, B. S. **Parque Estadual Monte Alegre Situação Fundiária**: relatório para o plano de manejo. [S.l. s.n.] , 2006, 12p.

BARROS, B.S.- **A valorização do trabalho humano no contexto dos projetos de desenvolvimento sustentável**: uma proposta para o parque estadual monte alegre –Pará. 2006.90p Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade da Amazônia , Unama, Belém

BARTHOLO Jr., R.; BURSZTYN, M. **Amazônia sustentável**: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020. Brasília: IBAMA, 1999. 180p

BEGOSSI, A; HANAZAKI, N.; SILVANO, R.. **Ecologia humana, etnoecologia e conservação** In: AMOROZO, M.C.; MING, L.C.;PEREIRA DA SILVA, S.M. (Orgs). SEMINÁRIO EM ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DO SUDESTE: métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia e disciplinas correlatas,.2002,. Rio Claro **Anais...** Rio Claro: SBEE, UNESP, . . 2002. p.93-127

BEGOSSI, A.. Use of ecological methods in ethnobotany: diversity indices. **Economic Botany**, v 50, n.3.p:280-289. 1996.

BEGOSSI, A., HANAZAKI, N. E ;PERONI, N. Knowledge and use of biodiversity in Brazilian hot spots. **Environment, Development and Sustainability**, 2: 177-193.,2000.

BENATTI, J.H. **Presença humana em unidade de conservação**: um impasse científico, jurídico ou político?In: SEMINÁRIO DE CONSULTA PROGRAMA NACIONAL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA . Macapá, 21 a 25 de setembro de 1999.. 20p.

BENATTI, J.H. et al Políticas Publicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. UNICAMP: **Ambiente & Sociedade**, v.6, n.2, 2003.

BENSUSAN, N.. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 176p.

BOISSIÈRE, M. et. al **Biodiversity and local perceptions on the edge of a conservation area, the Tran Village, Vietnam**. Bogor:Center for International Forestry Research , CIFOR, 2006, 106p.

BOLSAFAMÍLIA.Disponívelem www.saude.gov.br/nutricao/documentos/relatorios_finais_pbf, Acesso em Dez.2006.

BOO, E. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: HAWKINS, D.(org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

BONALDO, A.- Levantamento da entomofauna na área proposta para criação de unidade de conservação. Relatório 2001,25p. Mimeografado.

BOULLON, R. **Planificacion Del Espacio Turistico**. México: Trillas. 1986.

BRANDON, K. E. e WELLS, M. Planning for People and Parks: Design Dilemmas. **World Development**, v 20, N. 4, p. 557-570, 1992.

BRANDON, K.E.;REDFORD,K.H.;SANDERSON,S.E.(Eds.) **Parks in peril**: people, politics and protected áreas., EUA, Washington D.C:Island Press, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n. 242, de 30 de junho de 1999. Disponível em www.mma.gov.br/portarias. Acesso em nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Política nacional de povos e comunidades tradicionais. Disponível em [www.mma.gov.br/texto/politica de povos tradicionais](http://www.mma.gov.br/texto/politica_de_povos_tradicionais) [1] pdf]. Acesso em nov.2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** : Lei n° 9.985, de18 de julho de 2000; Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002. 2.ed. aum. Brasília: 2002, 52p.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente- EDITAL FNMA/PROBIO n°03/2001 Elaboração de projetos no entorno de unidades de conservação de proteção integral em ecossistemas abertos.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Convenção sobre diversidade biológica**: Conferência para adoção do texto acordado da CDB - Ato final de Nairobi. Brasília: MMA/SBF, 2000.60p. (Biodiversidade 2).

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão Participativa do SNUC**. Secretaria de biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa áreas Protegidas da Amazônia. - Brasília:2004. 205p.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e pantanal**. Brasília Funatura, Conservation International, Fundação Biodiversitas, Universidade de Brasília, Brasília, 1999. 26p.

BRASIL MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SERVIÇO BRASILEIRO DE FLORESTAS **Avaliação e Identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília, 2002, 404p.

BRASIL MINISTÉRIO DO TURISMO, Plano Nacional do Turismo, diretrizes, metas e programas 2003-2007, Brasília, p. 48, 29 de abril

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação:** intenções e resultados Maria Cecília Wey de Brito, São Paulo : Annablume,: FAPESP, 2000. 230p.

BROWN, K. Innovations for conservation and development.. **Geographical Journal**. V.168,n1,p.6-17., Ma.2002.

CAMPOS FILHO, L.V.S. 2002. **Tradição e Ruptura:** cultura e ambientes pantaneiros. Cuiabá: Entrelinhas, 184p.

CAUGHLEY, G.; GUNN A.. **Conservation biology** in theory and practice. Blackwell Science, Oxford: 1996,.459 p.

CERDEIRA, RGP; RUFFINO, M.L.; ISAAC, V.J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre, PA-Brasil. **Acta Amazônica**,Manaus,v.27,n. 3,p. 213-228, 1997.

CHAMBOULEYRON,R.I. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre ocupação da Amazônia seiscentista**. Nuevo MundoMundo Nuevos, Debate, 2006. Disponível em :<<http://nuevo mundo.revues.org/index 2260>. > Acesso em Nov.2007

CHILD,B.; DALACLAYTON, B. Transforming approach to CBNRM: learning from Luangwa experience , Zambia. In: MCSHANE, T.O; WELLS,M.P. Getting Biodiversity Projects to Work: Toward more effective conservation and development. New york: Columbia University, 2004,p256-289p.

CIFOR- Guia Básico de Avaliação do Bem-Estar Humano GBA. 1999.79p. (Manuais de Critérios e indicadores, 5),

CONCEIÇÃO, M. F.C.; MANESCHY, M.C.A. Projetos de Colonização: as grandes questões. In: _____. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental:** temas básicos. Brasília: IBAMA, 1994. p.45-71.

CONCEIÇÃO, M.C.A. **Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação Social na Amazônia**. In COSTA, M.J: (Org.) Sociologia na Amazônia. Debates Teóricos e experiências de Pesquisa.. Belém: Universidade Federal do Pará. 2001

CONSENS, M.. First rock paintings in Amazon basin. **Rock Art Res**_, v.5, n.1, p. 69-72, may. 1988.

CONSENS, M. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. S. Paulo, **Dédalo** v. I,p.265-278, 1989. Edição Especial.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Machado, R.B., M.B. Ramos Neto, P.G.P. Pereira, E.F. Caldas, D.A. Gonçalves, N.S. Santos, K.Tabor e M. Steininger. 2004. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico. Disponível em: www.conservation.org.br/arquivos/RelatDesmatamCerrado.pdf. Acesso em nov. 2006

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo** - Um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001. 232p.

COSTA, FILHO.A. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: o papel estratégico do campesinato. In: VIANA, G., SILVA, M. e DINIZ, N.(Orgs). **O desafio da Sustentabilidade na Amazônia**: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, p. 289 – 313.

COUTINHO, L. M. O conceito de Cerrado. **Revista Brasileira de Botânica**. n. 1, p.17-23,1978.

COUTINHO,L.M.. Aspectos da conservação do cerrado brasileiro. Disponível em: http://eco.ib.usp.br/cerrado/aspectos_conservacao.htm. Acesso em Nov.2007

CRESPO, S.; DRUMMOND, J.A.. O Parque Nacional da Tijuca: contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação Urbana. **Série Comunicações do ISER**. Rio de Janeiro, v.19, n 54, p.20-28, 2000.

CRULS, G. **Hileia Amazônica**. 2. ed. São Paulo:Companhia Nacional, 1955.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M **Populações Tradicionais e Conservação**-texto produzido como subsídio apo GT Povos Indígenas e Populações Tradicionais. **Seminário Macapá**. 1999- 9p.

CUNHA, M.M.J.C.;ALMEIDA M. W.B .Indigenous people traditional people and conservation in the amazon- **Daedalus** ,v.129,n.2,p.315-338, 2000.

CUNHA, M.;ALMEIDA M.W.B.(Orgs.) **Enciclopédia da Floresta**: o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: companhia das Letras, 2002.784p

CUNHA, F.M.B.- Aspectos Morfoestruturais do Baixo Amazonas.In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZONA, 1,1982. Belém, **Anais...**, Belém: 1982.

CUNHA, F.M.B.; CAPUTO, M.V. Novos aspectos da geologia de Monte Alegre e áreas circunvizinhas.. Belém, Petrobrás- **DENOR**, 1974n. 690 A,(Relatório Interno)

DANTAS, E. L. M. **Juventude e Meio Ambiente**. Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato. Setor Juventude Brasília CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL Novembro 2006.13p.

DANTAS S.M. - **Avifauna do Parque Estadual Monte Alegre**. Relatório. 2006.20p Mimeografado.

DECLARACIÓN DE BARILOCHE- SAN CARLOS DE BARILOCHE – PARQUE NACIONAL NAHUEL HUAPI – PATAGONIA ARGENTINA. In: **II Congreso Latino Americano de Parques nacionales y otras Areas Protegidas**: Conservación, Integración y bienestar para los pueblos de América Latina. 2007. 13p. Disponível em: [www.congresolatinoamericanodeparqueyotrasareasprotegidasparques/declaracion de bariloche](http://www.congresolatinoamericanodeparqueyotrasareasprotegidasparques/declaracion%20de%20bariloche). Acesso em janeiro de 2008

DERBY, O.A. A Serra do Miaxirá **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etmographia**, Belém. T.II ,n. 1/4), p. 340 – 343 1898. Trabalhos Restantes inéditos da Comissão Geológica do Brasil (1875 – 1878) Pará,.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO –seção 1 n. 249 de 29 de dezembro de 2006, MDA, . Projeto de assentamento – PAE Jaquará-comunidades de Jaquará Cerquinha. Disponível em <http://www.dou.gov.br>_ Acesso em dez 2007.

DIEGUES, A.C.S.;ARRUDA, R.S.V **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA;. 2001, p.15-74 (Série Biodiversidade, 4).

DIEGUES. A.C.; MOREIRA. A.C. (Orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. USP: Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileira, São Paulo. 2001.

DIEGUES, A.C.S.. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, USP,. 1994.163p

DIEGUES, A.C.S.(Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos** . 2 ed. São Paulo: Annablume, NUPAUB-USP, HUCITEC, 2000. p.1-46.

DNPM.Projeto RADAM,Brasil. Folha SA 21-Santarém: Rio de Janeiro 1976 (Levantamento de Recursos Naturais).

DOURADO, M. C. C. O.C. **Meio Ambiente no Pará: fato e norma**. Belém :UFPA, NUMA, 1993. 198p. (Universidade e Meio Ambiente,7)

DOUROJEANNI, M.; PÁDUA, M.T.J.. **Biodiversidade** A hora decisiva. Curitiba..UFPR,2001.p173-223..

DOWIE, M. **Refugiados da Conservação** São Paulo:NUPAUB, 2006.7p. Disponível em www.oriononline.org> Acesso em jan.2006

DRUMMOND, J.A.. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v.4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, J.A. et al. **O Estado das áreas protegidas do Brasil – 2005**,Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.unbcds.pro.br/pub/index> > Acesso em 2006.

DUCKE, A. Relatório II.(de 1919 1 1928) Archivos. Jardim Botânico Rio de Janeiro, n.5 , p.1-175, 1930.

ECOTURISMO no PARÁ.v.16, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/meioambiente>> Acesso em fev.2007 .

EGLER, W.A. Contribuição ao conhecimento dos campos da Amazônia. I Gr. Campos de Ariramba. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Nova Série. Belém, n.4, p.1-36, 1960.

ENRIQUEZ, G. E. V.. Os caminhos da bioprospecção para o aproveitamento comercial da biodiversidade na Amazônia. **ComCiencia**, UNICAMP, v. 64, 2005

ELLISON, K. Renting biodiversity- the conservation concession approach. **Conservation in Practice**. V.4, n. 4, p.20-29, 2004.

EMBRAPA- Zoneamento agroecológico do Município de Monte Alegre, Estado do Pará. CPATU, 1999.122p

EMPERAIRE,L., PINTON F., SECOND G Dinámica y manejo de la diversidad de las variedades de yuca del noroccidente amazónico (Brasil) **Etnoecologica**.v.5 n.7 p 38-59.1998

- ESCOBAR, A., Whose nature, whose knowledge? Biodiversity conservation and the political ecology of social movements. **Journal of Political Ecology** v.5. 1998. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em Nov.2006
- EVA, H.D.; et al A land cover map of South America. **Global Change Biology**, v.10,p. 731-744,2004.
- EVANS, Y. Participação Comunitária em Gestão Ambiental: o caso do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo, Brasil. Department of Geography Queen Mary, University of London Mile End, London E1 4NS, 49p. Janeiro de 2007. Disponível em www.geog.qmul.ac.uk/docs/staff/4409.pdf. Acesso em Maio 2007.
- FARIA, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos Revista de Turismo y Patrimônio Cultural** v. 3, n.1, p.63-67, 2005. Disponível em: <http://www.pasosonline.org>. Acesso em Nov.2006 ,ISSN: 1695-7121
- FRAJE, T.J P. et al Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/Ribeirinha. In SCHERER, E; OLIVEIRA, J. A. (Orgs.). **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, p 2006.233-254.
- FEARNSIDE, P.M.; FERRAZ, J. A conservation gap analysis of Brazil's Amazonian vegetation. **Conservation Biology** v.9,p.1134-1147. 1995
- FERNANDES-PINTO, M.J.G.W. Conhecimento etnoecológico de pescadores artesanais de quaraqueçaba (PR). In: DIEGUES AC (Org.). **Enciclopédia Caiçara**, v.i-NUPAUB-CEC/USP. Hucitec São Paulo. 2004, 382 p
- FERREIRA, A.R.. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Ed. Edusp.1986
- FERREIRA, E. J. G. et al . **Peixes Comerciais do Médio Amazonas Região de Santarém – PA**. Brasília: IBAMA/MMA, 1998. 211p.
- FERREIRA, L.C.. dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do ribeira, SP, Brasil **Ambiente & Sociedade**, vol.7,n. 1 jan./jun. p 48-69. 2004
- FERREIRA, M.. Relatório de avaliação da flora da região de Monte Alegre, para criação de unidade de conservação, 2001, 30p. Mimeografado.
- FERREIRA, M.S E R. A. E. Vegetação do parque estadual Monte Alegre, Monte Alegre, Pará, Brasil.. 2006- 19p mimeografado
- FIGUEIREDO, G.M.; LEITÃO FILHO, H.F.; BEGOSSI, A. ethnobotany of atlantic forest coastal communities: diversity of plants uses in Gamboa (Itacuruçá island, Brazil). **Human Ecology**. v.21, p.419-430. 1993
- FIGUEIREDO, S MANHI, C. Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, D., SOLHA, K.. **Princípios do Planejamento turístico: teoria e prática**. São Paulo: Manole. 2006.
- FRIAES, P. **Monte Alegre: berço das civilizações amazônicas**. Monte Alegre PA: VER, 1995.145p.

FONSECA, G.A.B. et al **Livro vermelho dos mamíferos brasileiros ameaçados de extinção**, Fundação Biodiversitas, . Belo Horizonte 1994, 459p.

FONSECA-KRUEL, V.S ; PEIXOTO, A.L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. v.18, n.1, p.177-190, 2004.

FREY K. **Políticas Públicas**: Um debate Conceitual e reflexões referentes à prática da na análise de políticas publicas no Brasil. .

FURTADO, L. G.;NASCIMENTO, I.H. **Caracterização sociocultural do entorno da área prevista para unidade de conservação do município de Monte Alegre**. [S.l.,s.n.]. 2001. . Relatório. 12 pp.

FURTADO, L. G. et al. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Serie. Antropologia, v. 14, n. 1, p.74, 1997.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993, 486p. (Coleção Eduardo Galvão).

FURTADO. L. G Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia:contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar.. **Boletim do Museu Paraense. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, mai/ago. 2006

GALATTI U. et al - **Relatório Herpetofauna Terrestre (Anfíbios E Répteis)** para o plano de manejo- 2006- 19 p. mimeografado.

GRUPO ESPELEOLÓGICO DO PARA. **Texto Monte Alegre – Geologia, Geomorfo, Clima, Cavernas, etc..** 40 p. 1984 Manuscrit o

GUARIM N. et al. Notas etnobotânicas de espécies de Sapindaceae jussieu. **Acta Botanica Brasilica**. v.14, n.3, .327-334, 2000.

HAGUETE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 9.ed.;[S.I.] Petrópolis.Vozes.2003.

HANAZAKI, N. **Ecologia de caçaras: uso de recursos e dieta**. 2001. 193 pp. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HANAZAKI, N.;et al Diversity of plant uses in two Caiçara communities from Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation** v.9: p97-615. 2005

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, n.162. 1968.

HARTT, C. F. Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista Instituto Archeologico Histórico e Geográfico. Pernambucano**, Recife, n.47, p.301-329, 1895.

HARTT, C.F. A Geologia do Pará. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia**, Belém. T.1, n.1-4 , p257-273, 1896.

HARTT, CF. Monte Alegre e Ererê. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, T.2 , n.1-4 ,p. 322 – 340, 1890.

HIDASHI, J. **Catálogo das aves do Brasil, especialmente do Centro Oeste e da Amazônia**. Cuiabá: Companhia de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. 1973, 91 p.

HOMMA, A.K.O. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa, Informação tecnológica, 2003. 274p.

IBAMA. **Roteiro Metodológico**: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e estações ecológicas do Brasil. Brasília, IBAMA, 2000

IBASE- **Gestão participativa em unidades de conservação**. Disponível em <http://www.ibase.br>. Acesso em Jul. 2006. 30p.

IBGE- Estimativas censo 2006 Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso dez. 2006

INOUE, C. Y.A.. **Construção do conceito de regime global de biodiversidade e estudo de caso Mamirauá**. O papel da comunidade epistêmica da biologia da conservação em experiências locais que visam conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 2003.335p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

IORIS, E. Conflitos em Unidades de Conservação com Populações Locais: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. In: XII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. FÓRUM DE PESQUISA 3: "CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000.-Brasília, 21P.

IRVING, M. A.; MEDEIROS R.; G. ARAY, I. **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados Núcleo de Produção Editorial Aquarius, Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio. 138p. 2006

IUCN. **Red List of Threatened Animals**.. Disponível em <<http://www.iucnredlist.org>> Acesso em dez2006. Glan, Switzerland

JANCOSKI, H.; et.al Aspectos etnoecológicos do parque estadual do Araguaia-MT como subsídios para delinear Estratégias de uso e conservação. In: VIII CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 23 a 28 de Setembro de 2007, **Anais...** Caxambu, 2007

KATSER, F. Geologia do Estado do Pará **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia**. Belém, n.9, p.103, 115, 209. 1933.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. v.1, n.1, p.147-155, jul., 2005.

KRAEMER, M. E.P. Ecoturismo e sustentabilidade: o turismo ecológico e a sustentabilidade, Disponível em <http://www.portal do agronegocio.com.br/ecologia/ecoturismo> Acesso em fev.07.

KUSTERS K.; et al . Towards Solutions for State vs. Local Community Conflicts Over Forestland: The Impact of Formal Recognition of User Rights in Krui, Sumatra, Indonesia. **Humam Ecology** v.35 p.427-438 .2007

LE LONTE. **O Estado do Pará**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, 503p.

LEONARDOS, O.H. **Geociências do Brasil**. A Contribuição Germânica, Rio de Janeiro, Fórum Editora, 1973, 345p.

LERNER, L. C. Convenção sobre a diversidade biológica-compromissos assumidos e resultados obtidos pelo Brasil In: III ENCONTRO DAS ANPPAS Disponível em <http://www.anppas.com.br> Acesso em Fev. 2007. **Anais...Brasília**, 2006

LIMA, D.A. Viagem aos Campos de Monte Alegre, Pará. **Boletim Técnico do Instituto Agronomia do Norte**, Belém n 36, p. 99. dez. 1959.

LIMA, D.;POZZOBON, J.Amazônia socioambiental - sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, I.C.G.; SILVA, J.M.C.; OREN, D.C; D'INCAO, M.A. (Orgs.). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 195-251.

LINS, C..**Amazônia**: Histórias, lendas e crônicas de Monte Alegre. (s.d.) Monte Alegre 252p

LITTLE, P. - **A Etnografia dos Conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. Departamento de Antropologia- Universidade de Brasília, 2001.. 9p. Mimeografado.

LOBATO, C..Áreas de conservação ambiental para o estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. A Amazônia na Constituição, Belém n. 24 p.20-40, 1988

LOBATO, C. Unidades de conservação no Estado do Pará. **Pará Desenvolvimento**. Amazônia eco-visões, Belém, edição especial, p 28-41., Jun.1992

MACHADO, R.B.; et.al. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico. Disponível em <http://www.conservaçãointernacional.org.br> Acesso em out. 2007.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do Mar**: São Paulo Ática. 1993.

MARAJÓ, J.C. G.A. B., **A Amazônia**: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil/ pelo Barão de M. Lisboa:[S.I.] Typografia Minerva, 1883.

MAROTTI, Paulo S. **Educação e Percepção ambiental das Comunidades do Entorno de uma Unidade de Conservação**.2002. 218p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos,

MARTIN, G.L. et al. **Managing resources**. People and plants handbook Paris:UNESCO, : /WWF 2001, 40p.

MARQUES, J. G. 2001. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2. ed. NUPAUB, USP, São Paulo,Brasil, 258pp.

MARQUES, J.G. **O Olhar (Des)multiplicado, O Papel interdisciplinar e do Qualitativo na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. In: métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia e Etnoecologia e disciplinas correlatas. In: AMOROZO, M.C. et al (org.). I SEMINÁRIO EM ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DO SUDESTE. **Anais...** Rio Claro, UNESP/CNPq. p.31-46. 2002.

MARTIN, G. **Etnobotânica: manual de métodos**. Montevideo: Nordan-Comunidad. , 2001, 240p. Serie Pueblos y Plantas

MAURITY, C. et. al. Estudos das cavernas da Província Espeleológica Arenítica de Monte Alegre - PA . **Cadernos de Geociências**, n.15, p.57-63, 1995.

MEDEIROS, M.F.T; FONSECA, V.S.;ANDREATA, R.H.P. Plantas medicinais e seus usos pelos sítios da Reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**. v.18,n. 2, p.391-399, 2004.

MEDEIROS R.. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol.9 , n1, jan/jun. p 41-64,2006.

MELO, T. Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade: Documentos de Salvaguardas socioambientais..Disponível em www.funbio.org.br/publique/web/media/salvaguardas. Acesso outubro/2006.

MENDES, L.P.. **Etnoecologia dos pescadores e marisqueiras da Vila de Garapúá/Ba** 2002. 97p.Monografia apresentada ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, como parte integrante da disciplina Estágio Curricular Supervisionado (BIO 153), um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas – Recursos Ambientais (Ecologia). Salvador.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração do SNUC. In: BENJAMIN A.H.(coord.), **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2001. p. 190-231.

MERCADANTE, M. A batalha do código florestal: algumas lições. São Paulo, 2000. mimeografado .Palestra proferida no 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental, Instituto o Direito por um Planeta Verde.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN A.H.(coord.), **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2001. p. 3-41.

MITTERMEIER, R.A; SCHWARZ, M , AYRES, J.M. A new species of marmoset, genus *Callithrix* Erxleben, 1777 (Callitrichidae, Primates) from the Rio Maués Region, State of Amazonas, Central Brazilian Amazonia. **Goeldiana Zoologia**, n.14, p.1-17, 1992.

MITTERMEYER, R.A.;MYER,N.;MITTERMEIER, C.G..Hotspots Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. CEMEX. **Conservation International**.1999

MYERS, N., et al Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** n. 403, p.853–858. 2000.

MEDIDA PROVISÓRIA 2186/2001 na sua versão nº 4946/03.

MORÁN, E. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ. ed. Vozes. 1990, 365 p.

MOREIRA, E.O Direito dos Povos sobre seus conhecimentos associados à biodiversidade: As distintas dimensões destes direitos e seus cenários de disputa. In: BARROS, B.S.;et al (Orgs.) **Proteção aos Conhecimentos das Sociedades Tradicionais**. - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Centro Universitário do Pará, 2006. p 309-332.

MORSELLO, C.A.. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo**. São Paulo. FAPESP. 2001

MUCK, K. As Florestas da Amazônia do Sul. São Paulo: ed. Universitária de Brasília, ed. Polígono, 466p. 1972.

MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. Avaliação Ambiental da área proposta de criação de unidades de Conservação no Município de Monte Alegre. Belém. 2001.68p Mimeografado.

NAZAREA, V.D. A view from a point: Ethnoecology as a Situated Knowledge.In: NAZAREA,V.D.(org) **Ethnoecology: Sitated Knowledge**. University of Arizona.1999.p.3-20.

NEMAYER, M.. Desmatamentos no bioma Cerrado: uma análise temporal (2001-2005) com base nos dados MODIS - MOD13Q1, In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. **Anais...** Florianópolis, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3877-38

NORDI, N.et.al. etnoecologia, educação ambiental e Desenvolvimento sustentável.In:_____. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA, 2001,2003. p133-144.

NUNES, F. A. **Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina**:Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX. [S.l.;s.n.]

NUNES, F. A.Núcleos Coloniais e Agricultura na Amazônia Imperial: Uso e Ocupação da terra Associação Nacional de História – In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007 8p **Anais...** Florianópolis

NUNES, M.. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica da Juréia-Itatins/SP**. 2003. 150p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA J.R.C. de et al. **Zoneamento agroecológico do município de Monte Alegre**. Belém: EMBRAPA, 1998, 119 p. il.

OLIVEIRA, M.C.C.R. **Evolução do sistema agrário na margem esquerda do baixo Amazonas**. 2002. 147p. Dissertação (Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Amazônia Oriental, Belém.

OLIVEIRA, R.ALMEIDA, R.H.; BARROS, B.- **Projeto de pesquisa planejamento participativo para elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável comunitário**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.Mimeografado.

OLIVEIRA, R.; ALMEIDA, R. BARROS, B. S.-Plano de Desenvolvimento Sustentável Comunitário das comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre. Relatório técnico-FNMA. .- 2002. 107p Mimeografado

OLIVEIRA, R.R. - **Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental**. In: III ANPAS, **Anais...** Brasília, 2006.

PAIVA, S. M. C.– **Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico** (Consultoria Legislativa, 25 de abril de 2001 Disponível em: www.senado.gov.br/conleg/artigos/economia/os_programas_governamentais.pdf/www.direitoestado.com.br/bibliotecavirtual/520/-44k Acesso em fev 2007.

PASA M.C.; SOARES, J.J.; NETO, G.. Estudo etnobotânico na comunidade de Conceição-Açu (alto da bacia do rio Aricá Açu, MT, Brasil). **Acta botânica. brasileira**. V.19.n. 2,p.195-207. 2005

PECHMANN, JWK; et.al.- Declining amphibian populations: the problem of separating human impacts from natural fluctuations. **Science**, n.253, p.892-895, 1991.

PEREIRA, E.S. **O Patrimônio Arqueológico de Monte Alegre**. Relatório técnico, para avaliação ambiental para criação de unidade de conservação em monte alegre. 2001, 12p mimeografado.

_____. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). **Boletim. Museu. Paraense. Emílio Goeldi**, série. Antropologica., Belém, v.8,n.1,p. 5-24, 1992.

_____. **Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil**. Valencia, 1996. Tese (Doutorado) Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia. Valência.

PEREIRA, E. S. Avaliação dos sítios arqueológicos para o plano de manejo do parque estadual monte alegre. Relatório. 2006 39p Mimeografado.

PERES, C. Effects of hunting on western Amazonian primates communities. **Biological Conservation**, n.4, p.47-59, 1990.

PESSIS, A. M.. Imagens da Pré-História. **Parque Nacional Serra da Capivara**. 1a.. ed. São Paulo: FUMDHAM/PETROBRAS, 2003. v. 01. 304 p.

PHILLIPS, O.;GENTRY, A. H. The useful plants of Tambopata, Peru: I. Statistical hypotheses tests with a new quantitative technique. **Economic Botany** v.47, n.1p.15-32. . 1993

PIMBERT, M.;PRETTY,J. - Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C (Org) **Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB-USP, São Paulo, 2000. p.183-223.

PIMENTEL,D.S.;MAGRO, T. C. A imagem arranhada dos parques - uma discussão epistemológica. In: III SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL (IIII SAPIS). 2007 Teresópolis – RJ

PINHEIRO, R.V.L. et al. **Projeto Espeleológico Monte Alegre**, Relatório de Pesquisa 1992. 33p.Mimeografado.

PIRES, JM. Tipos de Vegetação da Amazônia. **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém – Pa, n.20, p.179-202, 1973.

PNUD -Projeto: Assistência Preparatória para a implementação da fase I do PROECOTUR.: Brasília; Organismo Nacional de Execução: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Coordenação Amazônica; Organismo Internacional de cooperação:Disponível em <http://www.pnud.org>. Acesso em dez.2006

PRANCE, Quantitative ethnobotany and the case for conservation in Amazonia. **Conservation Biology** v.1,n.4, p.:296-310. 1987.

PRIMAZ- Programa Informações para a Gestão Territorial – Monte Alegre- séries, Solos, Socioeconomia, Turismo, Hidrologia. 189p. 1999.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina, E. Rodrigues, 2001.

PROJETO Políticas Públicas para o meio ambiente. Relatório narrativo final. Brasília. IEA Fundação Ford. 139p 1993

POSEY, D.A.. Indigenous management of tropical Forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v.3,p.139-154. 1985

POSEY, D.A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó).In: RIBEIRO, D. (Ed). **Suma etnológica brasileira**. Vozes, Petrópolis, p. 173-185. 1987.

POSEY, D.A.. Interpreting and Applying the “Reality” of Indigenous Concepts: what is necessary to learn from the natives? In: REDFORD, K.H. & PADOCH, C. (eds.). **Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use**. New York: Columbia University Press, pp. 21-34. 1992

QUARESMA, H.D. A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodoal/Maiandeuá**. 2000.220p Dissertação (Mestrado) NAEA/Universidade Federal do Pará, Belém.

RADAMBRASIL, 1976. Folha SA.21-Santarém; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. Departamento Nacional de Produção Mineral, 522 pp.

REBELO, G.H. O Modo de subsistência dos moradores das comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre: A Vida No Ecótono Savana-Várzea Na Amazônia.. 31p 2006.Mimeografado

REIS, A.C.F. Monte Alegre: aspectos de sua formação. Belém [s.ed.], 1942.

RENT, A.S.G.. **Unidades de Conservação e Desenvolvimento Local:Um Estudo sobre Gestão Participativa tendo como caso A APA – Alter do Chão/PA** Disponível em: [www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/Andrea Rent](http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/Andrea%20Rent) Acesso em out./2007.

REZENDE, W.M. O Mecanismo de Intrusões de Diabásio nas Bacias do Amazonas e Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA,25., 1972, **Anais**,1972

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ECOSISTÊMICA DO MILÊNIO [www.millennium assessment.org](http://www.millenniumassessment.org). março 2005. 60p

RIBEIRO, J.F.,et al Aspectos fenológicos das espécies nativas do cerrado. In XXXII Congresso Nacional de Botânica, **Anais...** Terezina, p.181-1981981.

RODRIGUES, C.A.G. et al. **Relação entre os Cerrados e as queimadas no Parque indígena de Tumucumaque** (Pa) EMBRAPA, v. 54, 33p dezembro-2006.

ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. **Science**, n.272, p.373-384. apr.. 1996.

RUSCHMANN, D.. O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente. 1994. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RYLANDS, A. B. - The Status of Conservation Areas in the Brazilian Amazon.WWF.. 1991 Mimeografado

RYLANDS, A.B.; BANDON, K.- Brazilian Protected Areas. **Conservation Biology**, Vol.19 no.3, june 2005, 612-18p

SÁ, R. L. Unidades de conservação como instrumento de proteção da biodiversidade eo projeto áreas Protegidas da Amazônia- Arpa. In: BENSUSAN, N.(Ed.)**Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade: como, para que e porquê. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo; instituto Socioambiental- ISA, 2002.

SALATI, E et. al - **Amazônia, Desenvolvimento e Integração** – Ecologia. Brasília CNPq Ed. Brasilienses. 1984.

SALLES, V. Mr. Cousteau e as Itacoatiaras de Monte Alegre. “**A Província do Pará**”, Belém, 26 de ago. de 1984. Caderno 2.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos Direitos**. São Paulo: Peirópolis. 2005

SANTOS, João. **Crônicas do Monte**. Monte Alegre Pará, Prefeitura Municipal de Monte Alegre, 1980. 138p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANO, E.; BARCELLOS, A.O.;BEZERRA, H.S. Assessing the spatial distribution of cultivated pastures brasilian savanas.**Pasturas Tropicales**, Cali,v.22n.3 p.2-15,2002.

SCHERL, Lea M, et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006. 60 p.

SCHERER- WARREN,I. **Redes de movimentos sociais**- Edições Loyola, Coleção ESTUDOS BRASILEIROS, 1993, 143p.

SECTAM. Relação das espécies ameaçadas do Estado do Pará. Disponível em www.sectam.pa.gov.br. Acesso em set. 2006.

SERAFIM, S. I. L.. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. (Tomo III, Norte – 1). Fundações e Estradas. Século XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. 487p.

SILVA, J.M.C. **Um método para o estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação na Amazônia Legal**. Brasília, WWF-Brasil, 1997.

SILVA, J.M.C. et al. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: a tropical savanna hotspot. **BioScience** v. 52, n. 3, p. 225-33, mar. 2002

SILVA M.J.; NIVALDO, N.. **Pescadores, peces, espacio y tiempo: un abordaje etnoecológico**. v. 31, n.5 p.358-363. Disponível em. www.scielo.org.ve/scielo. Acesso em mayo 2006

SILVA, M.F.F. s/d. **Vegetação: análise fitoecológico e de paisagem em Monte Alegre** Relatório. 9 pp.

SILVA J.M.; PASTANA, J.M. do N. Síntese geológica e vegetação do município de Monte Alegre-Pará. DNMP-CPRM 1999.70p.

SILVEIRA, L.T et al. - Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paytuna (Monte Alegre-PA). Belém. s.n.t., 1984. Manuscrito inédito do Grupo Espeleológico Paraense – GEP. II

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO- SNUC- MMA/ 18 Julho de 2000- Decreto lei nº9. 985.25p.

SMITH, A., H. MARSH. Management of traditional hunting of dugongs [Dugong dugon (Müller, 1776)] in northern Great Barrier Reef, Australia. **Environmental Management** 14: 47-55. 1990.

SOARES, B.C., et al Desenvolvimento Sustentado e Consciência ambiental : natureza, sociedade e racionalidade. **Ciência & Cognição**. V.10, p.42-49. 2004. (Submetido: 22 de julho de 2004 / aceito:30 de julho de 2004/ISSN 1806 – 5821 – Publicado on line: 31 de julho de 2004 Disponível em: <<http://geoticias.yahoo.com.br/cienciasecognição/>>)

SOARES, et. al, - **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCS de Proteção Integral/ Maria Clara Couto (Coord.)** . Nurit Bensusan e Paulo Sérgio Ferreira Neto. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112p. (Série Estudos Funbio: n.4)

SOUTHWORTH, J. et al. "Protected areas." In: CUTLER J (Eds). Encyclopedia of Earth. Cleveland (Washington, D.C.: Environmental Information Coalition, National Council for Science and the Environment). [Published in the Encyclopedia of Earth May 26, 2007 Disponível em . <http://www.eoearth.org/article/Protected_areas> Acesso em Out.2007

SOUZA e SILVA JR. et. al. **Inventário da diversidade de mamíferos do Parque Estadual Monte Alegre**. Município de Monte Alegre, Pará. 2006, 27 p., Mimeografado

TAKEUCHI, M.A. Estrutura da Vegetação Amazônica II. As Savanas do Norte da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Ser. Bot., Belém. n.7, p.1 –14, 1960.

TERBORGH, J. **Tornando parques eficientes**. Curitiba, ed. UFPR, 2002.

THIOLLENT, M.. **Metodologias da Pesquisa-ação** – São Paulo: Cortez, 2003. 107p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TOLEDO, V.M. What is ethnoecology? Origin, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**. v. 1, n.1, p.5-21, 1991.

TOLEDO, V. M Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. In: **La modernización rural en México: un análisis socioecológico**, Estudios Agrarios 2000 UNAM. P.55-90. México

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983, 250p.

TUXILL, J; NABHAN, G.P.- Plantas, Comunidades y Areas Protegidas: una guía para el manejo in situ. Montevideo, Uruguay, Ed. Nordan-Comunidad. 2001, 227p. **Serie Pueblos y Plantas**.

UENO, Koji, **História de minha vida: um imigrante japonês**. Monte Alegre, [s.n.] 2005, 39p.

UICN. 2003. V Congreso Mundial de Parques: Acuerdo de Durban e Recomendaciones. Durban.

VERMEULEN, S.; SHEIL, D.-Partnerships for tropical conservation. **Oryx** Vol 41 No 4 October 2007. p. 434–440

VIANNA, L.P.. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação**. 1996. 207p. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

WISEU, R. Relatório de avaliação geológica de Monte Alegre, para criação de unidade de conservação. 2001 34p. Mimeografado

WISEU, R. ALMEIDA , C.- Relatório de aspectos abióticos da região do Parque estadual Monte Alegre. 2006,45p Mimeografado.

VIEIRA, I.C.G.; FERREIRA, L.V.; HOMMA, A . K. O. Programa de C&T para recuperação de áreas alteradas no arco do desmatamento da Amazônia. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Relatório Final). 2006. 108p. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/documentos/Relatorio_final-SBPC-Amazonia.pdf. Acesso em Fev. 2007

VIERTLER, R. Métodos Antropológicos como ferramenta para Estudo em Etnobiologia e Etnoecologia. In AMOROZO, M.; MING. L.C.; SILVA, S.P.(Orgs.). **Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste**, 1.,2. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002.

WALLACE A.R. 1889. **Viagem pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução: Eugênio Amado. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979, 317 p.

WATSON, A., L. ALESSA,; B. GLASPELL.. The relationship between traditional ecological knowledge, evolving cultures, and wilderness protection in the circumpolar north. **Conservation Ecology** 8(1): 2. online] URL: <http://www.consecol.org/vol8/iss1/art2/2003>

WEBER, A.N. do Amaral et al. **Políticas Públicas em Biodiversidade**: Conservação e uso sustentado no País da Megadiversidade, p.01-22, Disponível em: (http://www.hottopos.com/havard1/politicas_publicas_em_biodiversidade.htm, Acesso fev. 2007)

WELLS, M.P.;MCSHANE,T.O. Integrating protect area management local needs and aspirations. **Ambio**,vol.33, N.8.Dezembro ,2004.503-513p.

WELLS, M.P.,BRANDON,K. People and parks: linking protected area management with local communities.WWF, Washington, D.C. 2004

WESLEY, M.H.A. Colonização, Terra, e o Pequeno Agricultor: Modificações face a escassez de terra. **Revista do CHLA/UFAL**. Ano III, N° 5. Abril de 1990 15p (v.3, n.5, p.15, abr. 1990)

WETTERBERG, G.B. et al – Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia.Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, PNUD/FAO/IBDFBRA-45. 1976. (Série Técnica)

WORKSHOP 90. Prioridades biológicas para a conservação da Amazônia [s.l]: Conservation International, IBAMA, INPA, 1991. Mapa10

ANEXOS

ANEXO 1 Questionário aplicado em 2006 junto aos moradores das comunidades
 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE
 ESTADUAL MONTE ALEGRE (2006)

Comunidade:

Entrevistador:

Informações da família

Nome:

1-Número de pessoas da família:

adultos		crianças	
homens	mulheres	Masculino	feminino

2- Escolaridade do entrevistado:

() primeiro grau incompleto () primeiro grau completo () assina o nome () lê e escreve
 () não lê

3- tempo que vive na comunidade:**4- origem:**

() na comunidade
 () de fora
 () outro estado

5- saúde:

Doenças freqüentes na família:

() febre () gripe () diarréia () malária () outras

Material da casa:

() palha e madeira () alvenaria e amianto () madeira e amianto
 () madeira e telha () madeira e palha

Água: () poço () cacimba () filtro () rio

Sanitário: () sim () não

Lixo: () queima () joga no quintal () joga no rio

6- Renda:

Principal ocupação: () pescador () agricultor () extrativista () diarista () gado
 () aposentadoria

7- Ganha dinheiro com: () diária () pecuária () lavoura

() venda de produtos

Quais produtos:

bens que possui: () barco () motor () motor de farinha () geladeira () liquidificador () TV () ferro () freezer () bicicleta () moto () carro de boi outros:

8- **Associações que participa** () STTR () Z-11 () associação comunitária () clube () outro

10- Auxílios que recebe do governo: R\$?() bolsa escola : quantas () auxílio gás() auxílio doença () outro

11- **Uso dos recursos:** o que tira da mata, inverno/ verão; do coberto? Inverno/ verão; da várzea? Inverno/ verão; dos campos de várzea? Inverno/ verão; dos roçados? Inverno/ verão.

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO EM 2001

PROJETO MPEG/FNMA(2001)

Diagnóstico Sócio Ambiental da Região do Entorno do Parque Estadual Monte Alegre

Data: _____ Nome da comunidade: _____

Coordenadas/GPS: _____ / _____

Nº SUCAM/FUNASA _____

Residência: () Alvenaria com palha () Barro batido com palha () Alvenaria com telha () Outro

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome	parentesco	idade	cn	ci	ct	te	cpf	1ºg i	1ºg c	lê	assina nome	2ºg i	2ºgc

OBS: CN= certidão de nascimento; CI= carteira de identidade; CT= carteira de trabalho; TE= título de eleitor; CPF= pessoa física.

Escolaridade: 1ºGI= primeiro grau incompleto; 1ºGC= primeiro grau completo; 2ºGC= segundo grau completo; 2ºGI= segundo grau incompleto.

2- Naturalidade

() Paraense, do município de _____ () comunidade _____ () De outro Estado _____

3- Estado Civil: () Casado (a) () Divorciado (a) () Solteiro (a) ()

Viúvo (a) () Concubinato (a)

4. Religião:

() Católica () Espírita () Adventista () Protestante ()
Testemunha de Jeová () Umbanda () Não tem nenhuma () Outras:

II. HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO:

5- Há quanto tempo mora na área? _____

6- Há quanto tempo mora no local desta casa? _____

7- Por que vocês escolheram esta área para morar?

() disponibilidade de terra () porque os pais moravam aqui
() possibilidade de trabalho agrícola () fartura de produtos extrativistas
_____ () outro _____

III. QUESTÃO FUNDIÁRIA

9) Essa terra é do Sr (a) ou está aqui só tomando conta? () própria () tomando
conta. Proprietário _____

10. Possui título da sua terra?

() Sim () Não

IV. ATIVIDADES ECONÔMICAS

11 Qual a sua principal atividade?_ 12. Há quanto tempo está nesta atividade?

13. Quais suas atividades anteriores?

14. Situação econômica: () Aposentado () Dependente () Autônomo ()

Pensionista () Assalariado

15. Possui algum tipo de crédito bancário?

() Não () Sim. Qual ? _____

16. Quais as principais fontes de RENDA do grupo familiar?

Inverno _____ Verão _____

17. O Sr. (a) acha que este tipo de atividade ou produto é rentável? () Sim

() Não Porque? _____

18. Área explorada: () própria () Arrendada () outros _____

19. Qual a sua produção mensal aproximada?

20. Para quem e onde o Sr.(a) vende ou costuma vender sua produção ?

21. De que forma foi feito o pagamento?

() Em dinheiro, na entrega

() Em mercadoria, em várias vezes

() O pagamento já estava comprometido com dívidas de mercadorias compradas anteriormente

() Em dinheiro, parcelado

() Em mercadoria, na entrega

22. O Sr. acha que a exploração dessa atividade está:

aumentando () diminuindo ()

Por quê? _____

23. O Sr.(a) tem dívidas?

Não() Sim() Com quem ?

Quanto?

24. O que o Sr.(a) acha que pode ser feito para melhorar esta atividade na comunidade?

Percepção da história e do futuro das atividades econômicas:

25. Há tempos atrás (+- 10 anos), quais eram os produtos mais IMPORTANTES trabalhados por vocês e que ganhavam mais dinheiro?

() açaí() palmito() farinha () artesanato() outros _____() caça ()
pesca () madeira () agricultura

26. Por que abandonaram essa (s) atividade (s)?

() queda nos preços() Outro _____() outras oportunidades mais
lucrativas

27. O QUE O SENHOR ACHA QUE VAI DAR MAIS DINHEIRO NOS PRÓXIMOS ANOS?

() açaí () palmito () farinha () artesanato () Pimenta () frutas
() caça () pesca () madeira () arroz () Turismo ()

Outros _____

28. O que o Sr. (a) entende por Planejamento?

29. O Sr.(a) já faz algum tipo de Planejamento? Qual?

30. Existe na área alguma atividade lucrativa? Qual?

Vantagens	Limitações

31. Qual sua perspectiva de futuro, o que pretende fazer no futuro?

32. Gostaria de participar de um plano de uso da área onde vive?

() Sim () Não

BENS E CONSUMO:

33. Quais aparelhos eletrodomésticos o Sr(a) possui em sua casa?

() TV() gerador próprio() fogão a gás () geladeira
() freezer () máquina de lavar () Outro _____

34. Possui casa fora da comunidade? () Sim () Não Onde? _____

35. Faz compra de rancho? () Sim () Não Quantas vezes por mês? _____

36. Onde compra? _____. Quanto gasta? _____

37. Possui veículo? () Não () Sim Qual? _____

38. Que tipo de saneamento possui?

() Esgoto encanado () fossa séptica () esgoto a céu aberto

VI. TURISMO

39. Aparecem turistas visitando a área? Sim () Não ()

Onde estes turistas se hospedam?

() Nas casas dos moradores () no hotel () em acampamento ()
outro _____

41. A comunidade gostaria de ser visitado pelos turistas? Sim () não ()

42. O que você mostraria aos turistas? 1- _____

2. _____ 3. _____

43. O que gostaria de fazer para os turistas? Guiar nas trilhas () hospedar os turistas ()
servir refeição () não receber turista () outra atividade ()

44. Quais os lugares mais visitados pelos turistas?

1 _____ 2 _____ 3 _____

45. Quem leva os turistas nestes lugares?

() Pessoal de Monte Alegre () não sabe quem são () Pessoal das comunidades ()
Outros _____

46. Já ganhou algum dinheiro com turistas? Sim () Não () Caso sim, como ganhou
o dinheiro? () Venda de prod. para alimentação () hospedando () guiando ()
fazendo transporte () outro

O que você acha do desenvolvimento do turismo na área? Vai ser bom () Não vai ser
bom () Por que?

VII. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

48. O trabalho principal da casa é realizado somente pela família?

() Sim () Não _____

49. Quantas pessoas estão envolvidas nessa atividade e quais as suas funções?

	Quant.	Atividades
Homens		
Mulheres		
Crianças		

50. Quem na sua família é responsável pela venda e administração dos recursos ou do dinheiro obtidos?

VIII. ORGANIZAÇÃO E SAÚDE

51. Na comunidade existe: () Centro Comunitário () Associação de Moradores () Sindicatos

() Não sabe () Outros

52. Você participa de alguma dessas organizações? () Sim () Não Qual? _____

53. O Sr. acha importante a organização da comunidade? Por quê?

54. Quais as maiores necessidades de sua comunidade? Por quê?

55. A comunidade possui posto de saúde ou hospital? Funciona bem?

56. Quais as principais doenças que acontecem em sua família ?

57. O Sr. (a) utiliza remédios do mato?

58. Na comunidade tem rezador ou benzedeira?